

REFORMA POLÍTICA
DIREITOS DA MULHER
INVESTIGAÇÕES DAS CPIS
DESARMAMENTO
MUNICÍPIO: BASE SOCIAL
SAÚDE E MORADIA
DESENVOLVIMENTO
TRANSPORTE
SANEAMENTO
LEGISLAÇÃO
VIOLÊNCIA E SALÁRIOS
REFERENDO

Agenda Brasil

RENAN CALHEIROS

INVESTIMENTOS PÚBLICOS
EXPORTAÇÕES
TURISMO E CIDADANIA
DEFESA DA JUVENTUDE
SEGURANÇA PÚBLICA

AGENDA BRASIL



SENADO FEDERAL

Senador **RENAN CALHEIROS**

AGENDA BRASIL

BRASÍLIA – 2006

AGENDA BRASIL

Copyright 2006 by Renan Calheiros

Coordenação Editorial

Luiz Francisco Terra Júnior

Alexandre Ramos Verano

Maurício de Albuquerque Melo

Francisco Tonu

Douglas de Felice

Revisão

Mariana Reino

Capa

Alessandra Maia – Núcleo de Criação e Marketing – SF

Fotos

Arquivos Senado Federal – Gabinete Renan Calheiros

Calheiros, Renan.

Agenda Brasil/Renan Calheiros. – Brasília: Senado Federal, 2006.

188 p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar.
3. Calheiros, Renan, atuação parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	9
Artigos	
Em defesa dos anistiados políticos	13
Política de saneamento	15
Pacto de poder	17
Investimento no turismo	20
Quem não chora não mama	22
Águas do Nordeste	25
Moradia: problema de todos	28
O ano legislativo	31
Vacina contra a corrupção	34
A construção da cidadania feminina	36
A reforma inadiável	39
Investimento estratégico	41
Da tática à prática	43
Pacto pelo desenvolvimento	45
Praga nacional	47
Lembranças de columbine	49
Investindo no futuro.....	51

Retrocesso inaceitável	53
As Mães do Rio	55
O Direito de ser criança	57
Ecos do passado	59
Água é vida	61
Negócios da China	63
Faltou criatividade	65
O Engenheiro da Legalidade	67
A demora que mata	69
A segurança nas estradas	71
A saúde sem planos	73
Crimes modernos	75
Justiça e cidadania	77
Guerra sem trincheira	79
Desenvolvimento econômico e competitividade	81
O Futuro do Mercosul	83
PPP, PMDB e a governabilidade	85
Brasil, nota 10	87
A construção da paz	89
Crimes da nova era	91
Portadores de medalhas	93
A melhor idade	95
O Brasil na ONU	97
Nasceu homem, morreu menino	99
Memórias de vigário geral	101
Tráfico desumano	103
Gargalos do crescimento	105

Os braços da violência	107
PPPs: parcerias estratégicas	109
O imortal das idéias	111
Aceleração Saudável	113
Combustível do futuro	115
Retrocesso inadmissível	117
Natal de todos	119

Pronunciamentos

O necessário investimento no turismo	123
O sertão está virando mar	128
Torturador na Câmara	131
A crise depois da Parmalat	134
A construção da cidadania feminina	138
Debate sobre CPI	142
Convenção Nacional do PMDB	147
Destinos do PMDB	151
15 de março – dia do consumidor	154
Urgência para a paz	156
Exemplo das Mães do Rio	158
Morte de Leonel Brizola	162
Proposta para o Congresso	165
“Linha Direta”	174
Ideário de Celso Furtado	178
Um combustível brasileiro	181
Armas nocivas	186

APRESENTAÇÃO

Este volume de minha prestação de contas das atividades político-parlamentares tem um significado todo especial. Foi o último ano que exerci a honrosa atividade de Líder, no Senado, da bancada do meu Partido, o PMDB. Aliás, atividade que meus companheiros de Partido incluíram no meu currículo desde o distante fevereiro de 2001.

Com esta função, desenvolvi – além do convívio harmônico com meus pares – o exercício permanente do diálogo eloqüente e construtivo com os demais líderes partidários. Sempre em busca da integração e do entendimento para que as decisões daí decorrentes estivessem no rumo das aspirações nacionais.

Em nenhum momento, no cumprimento do meu mandato parlamentar, ou na liderança da bancada do PMDB, permiti que minha atenção fosse desviada dos propósitos que sempre nortearam minha vida pública.

Renovo aqui meus compromissos com a cidadania, com o bem comum, com a democracia, com um País mais justo e solidário, com o bem-estar dos meus concidadãos e com as indispensáveis melhorias das condições de vida de todos os brasileiros.

Em todos os cargos que exerci, e em todos os mandatos parlamentares que generosamente o povo de Alagoas fez a indicação majoritária do meu nome, nunca fugi desse rumo. Renovo minha palavra em perseguir o pacto, permanentemente.

Na conversa diuturna com os companheiros – e na interlocução com os líderes dos demais partidos políticos com assento no Senado Federal – fui elaborando esta “Agenda Brasil”, com os principais temas de interesse da sociedade e de todo o povo brasileiro.

O constante confronto de idéias, de argumentos, de interesses, vai moldando o consenso, permitindo o amálgama das concepções, vai unificando o discurso e estabelecendo o roteiro do que é possível.

Fizemos a discussão necessária. Os objetivos estão expostos. As conversações políticas frutificaram nossa liderança. Com ela, a imprescindível sinergia positiva para chegar até aqui.

Espero sua leitura atenta, suas observações e suas críticas, se necessário. E, acima de tudo, as sugestões para a elaboração de novas “agendas”. Permanecerei alerta e atento às reivindicações sociais, políticas, nacionais e cidadãs.

Conte comigo! Um grande abraço do



Renan Calheiros

ARTIGOS

EM DEFESA DOS ANISTIADOS POLÍTICOS

O Estado brasileiro se esforçou ao longo de 24 anos para encontrar meios de resgatar a dignidade profissional e familiar de milhares de pessoas que tiveram suas vidas arruinadas por aqueles absurdos atos de exceção. Por isso, antes do encerramento dos trabalhos legislativos de 2003, expressei, da tribuna do Senado, minha preocupação com a efetiva implementação dos direitos dos anistiados políticos, pois alguns dos beneficiados beiram os 80 anos de idade.

Quando fui Ministro da Justiça já me ocupava com a questão, realizando estudos e discussões para priorizar a regulamentação do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna. O Congresso Nacional, depois de muita negociação, ouvindo as associações de anistiados políticos, aprovou o Projeto de Lei de Conversão, do qual tive a honra de ser relator.

A simples letra da lei encartada em um pedaço de papel, no entanto, não foi suficiente para operar os efeitos para os quais ela foi aprovada. É preciso que se dê cumprimento à norma, adotando medidas essenciais à sua materialização no campo prático, em tempo socialmente justo, sob pena de ser concretizada a velha advertência de Rui Barbosa, de que ***“justiça tardia nada mais é que injustiça qualificada”***.

Padeço da teimosia de acompanhar a aplicação da lei, a fim de que se realize, a tempo e modo, o que se determinou. Poucas coisas decepcionam mais a sociedade do que uma lei inútil, porque uma norma sem efetividade age no sentido inverso da lógica, autorizando exatamente aquilo que se proibiu ou foi repudiado.

Precisamos ser firmes para realizar o conteúdo da lei, afastando todos os obstáculos que possam atrasar ainda mais os ressarcimentos, por meio de critérios de atuação capazes de imprimir rapidez aos trabalhos da Comissão de Anistia, que enfrenta o represamento de mais de 20 mil processos. Até o mês de dezembro, o Colegiado julgou 5.941 processos, deferindo 1.121 indenizações.

O Governo Federal prometeu pagar as indenizações aos militares e servidores públicos anistiados, liberando R\$900 milhões até 2006. No entanto, o orçamento de 2004 reserva apenas R\$57 milhões para o pagamento dos processos dos anistiados políticos, muito aquém do necessário. Quanto a isso, existe um compromisso do Ministro do Planejamento, Guido Mantega, de uma suplementar para totalizar R\$200 milhões para 2004, alcançando R\$300 milhões em 2005 e R\$400 milhões em 2006.

Ocorre que, de acordo com o Ministro, haveria preferência para o pagamento das prestações mensais continuadas, deixando em segundo plano os valores retroativos. Ora, isso é inaceitável, porque ***cumprir a lei pela metade significa submeter os anistiados políticos a um novo vexame***, agravando uma situação que se procura abrandar.

A missão que o destino nos impõe agora é realizar os anseios daqueles que tiveram suas vidas e suas carreiras profissionais devastadas pelo regime de exceção. Minha expectativa é no sentido de que o Governo Federal tenha sensibilidade para adotar medidas que facilitem, em curto prazo, a execução dessa importante lei, implantando os direitos dos anistiados políticos e pagando as indenizações devidas, inclusive as parcelas retroativas das prestações mensais continuadas.

Publicado em 4-1-2004.

POLÍTICA DE SANEAMENTO

No ano que passou, alguma coisa se falou e pouco se fez em relação à melhoria dos serviços de saneamento básico em nosso País. Houve uma tímida discussão quando o Governo Federal anunciou, no início do segundo semestre, que enviaria ao Legislativo proposta transferindo o poder sobre as concessões do serviço de saneamento para os municípios, abrindo a possibilidade de parcerias entre capital público e privado. As discussões não evoluíram. O projeto do Governo não chegou ao Congresso Nacional. Aliás, muito pouco se avançou, no período, quando se tratou das questões sociais.

É fato que o Congresso Nacional aprovou importantes leis, verdadeiros marcos sociais, como os Estatutos dos Idosos e do Desarmamento. Mas, não se pode negar que a agenda política do Executivo em 2003 priorizou as reformas constitucionais tributária e previdenciária; e a agenda econômica, a estabilidade monetária. A agenda deste ano terá de ser, necessariamente, o social, buscando incessantemente a geração de empregos.

As expectativas políticas e econômicas para 2004 são boas, ainda que estejamos diante de uma situação preocupante em função do descaso de anos e anos com a questão social. Por isso, este é o momento de o Congresso Nacional receber do Executivo o projeto regulamentando os serviços de saneamento básico, para abrir uma ampla discussão com todos os segmentos envolvidos com o setor sobre o marco regulatório. O debate terá, necessariamente, de começar dentro do Congresso Nacional.

Segundo dados do IBGE, 54 milhões de cidadãos não dispõem de serviço de coleta de esgotos. E mais, 39 milhões vivem em residências onde os dejetos são lançados em rios ou no próprio solo.

É fato ainda que 45 milhões de pessoas não contam com rede de distribuição de água e 12 milhões não sabem como funciona um serviço regular de coleta de lixo. Se essa situação não for encarada, continuaremos a ostentar a 65ª posição no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que nos coloca numa situação inferior, em relação à qualidade de vida, a países como Uruguai, Argentina e Chile, só para citar alguns vizinhos da América do Sul.

O Ministério das Cidades estima que são necessários cerca de R\$180 bilhões em recursos nos próximos 20 anos para que cada um dos 170 milhões de brasileiros tenha água encanada, esgoto tratado e coleta adequada de lixo em casa. O Governo anunciou antes do Natal investimentos para este ano da ordem de R\$7 bilhões no setor.

Num simples exercício de matemática, pode-se concluir que ainda assim o passivo será enorme. Portanto, o dinheiro público não será suficiente para resolver o problema. O setor privado, inclusive o internacional, tem interesse em formar parceria com o setor público, mas só o fará depois que houver uma lei regulamentando o setor. Além de tudo, é preciso lembrar que investimentos em saneamento básico e habitação podem gerar milhões de empregos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que ***para cada dólar investido em saneamento, outros cinco são economizados em gastos com saúde pública.*** São dados que sugerem a todos, homens públicos ou não, uma boa reflexão neste início de ano.

Publicado em 6-1-2004.

PACTO DE PODER

Quando fomos procurados pelo Governo com uma proposta de acordo ainda embrionária, percebi que ali estava a oportunidade de reescrevermos nossa história, apostando num novo projeto para o País. Naquele momento, ainda não tínhamos a clareza de objetivos que temos hoje. Agora, ao Partido interessa, sobretudo, a costura de um pacto estratégico de poder, a formação de uma aliança duradoura com desdobramentos futuros. O Partido tem um campo de convergência muito grande com o Governo, principalmente na área social. Tanto que, em 12 dos 27 estados, os peemedebistas votaram com o Presidente Lula ainda no 1º turno.

Temos, hoje, perfeita consciência de nossas responsabilidades e somos, sem falsa modéstia, o fiel da balança. Não fosse o PMDB, não haveria governabilidade, nem a aprovação das reformas constitucionais. Participamos com 90% dos votos da bancada de senadores na aprovação da reforma da Previdência e 100% da tributária. Nosso partido possui uma trajetória importante: somos a primeira bancada no Senado, a segunda maior na Câmara, temos seis governadores, quase 1.500 prefeitos, milhares de vereadores, o maior número de deputados estaduais e um programa com fundamento social. O PMDB diz, entre outras coisas, que a história do Brasil contemporâneo é uma crônica de exclusão e injustiças. Mas é, também, o despertar dos brasileiros, em meio a enganos e decepções, para uma exigência de cidadania, de igualdade e de justiça.

O partido é grande, complexo, com múltiplas correntes e de difícil administração. Mas ultimamente temos tido uma relação interna excepcional. Estamos, surpreendentemente para alguns, pacifica-

dos. Estabelecemos a disciplina partidária como meta insubstituível. O PMDB está procurando se reoxigenar, quer se livrar da imagem negativa que configurou sua participação nos outros governos. Pela primeira vez na nossa história, entramos para a base de sustentação para depois entrar para o Governo. É claro que o PMDB já ocupa alguns espaços na administração federal, mas por iniciativa individual e não por ação partidária, coletiva. Felizmente, boa parte da opinião pública já começa a perceber o que está acontecendo. Em recente pesquisa, 34% das pessoas disseram entender o acordo com o PMDB como um sinal de que o PT amadureceu e busca governar com ampla maioria.

Desde o primeiro momento das conversas, assumimos compromissos com a governabilidade. Coube a mim a tarefa de dizer ao Presidente Lula que não gostaríamos de antecipar a reforma ministerial, nem substituir ninguém. O importante é construirmos uma aliança definitiva, em que não sejamos meros coadjuvantes. Queremos ter papel ativo na formulação do Governo, na definição de políticas públicas e não apenas apertar botão no painel. Daí a necessidade de um pacto estratégico de poder. Uma aliança com o PMDB consolida o governo de centro-esquerda. Isto será muito bom para o PMDB, ótimo para o Governo e excelente para o País.

Como Líder, cabe a mim a tarefa de coordenar a seleção de nomes para os ministérios, definindo critérios e fazendo a interlocução. Aliás, tenho dito que apenas dois nomes dos 23 senadores estão fora de qualquer cogitação: o meu e o do Presidente do Senado, José Sarney. O nosso problema é justamente o excesso e não a escassez de nomes. ***Não admito vetos a companheiros, nem precipitação. Qualquer nome da bancada merece igualmente representar o PMDB.*** Também não podemos tremer, errar na reta final, sob o risco de jogarmos por terra toda uma corrida que coloca em jogo o futuro do Partido e do País. Este é, portanto, um momento crucial para todos nós. Daqui por diante, se quisermos assumir uma agenda de crescimento sustentado, com inclusão social e, portanto, distribuição de renda, teremos de

consolidar vínculos indestrutíveis com as instituições partidárias e com a sociedade.

Mas, a fim de que isso não represente um aprofundamento do acerto com o atraso feito para sustentar a arrancada inicial, precisamos ser mais criativos no processo. Por isto, quero novamente defender a idéia, já discutida e aprovada pelo Governo, de criarmos um Fórum permanente que reúna todos os partidos aliados. Somente deste jeito daremos feição à coalizão de Governo e definiremos propostas para o País, materializando as virtudes do diálogo, da negociação e da participação política ampliada. Assim realizaremos a efetiva transição do modelo atual de estabilidade econômica democrática para um modelo de desenvolvimento, que resgate nossas hipotecas sociais e construa um novo Brasil.

Publicado em 18-1-2004.

INVESTIMENTO NO TURISMO

A atividade turística tem apresentado alto índice de crescimento e movimentado bilhões de dólares em todo o mundo. Dados da Organização Mundial de Turismo revelam que este é o setor que mais cresce nos últimos anos e já superou, inclusive, a indústria automobilística na geração de receitas, com um faturamento aproximado de US\$3,6 trilhões. Ou seja, cerca de 10,5% do PIB mundial. Movimenta, ainda, quase 2 bilhões de viajantes, gerando mais de 260 milhões de empregos.

Estamos, portanto, diante do desafio de incrementar uma indústria que abriga 11% de todo o mercado mundial de trabalho, é a principal fonte de renda para 40% dos países e se inclui entre as cinco maiores atividades geradoras de riquezas em 83% das nações. O Brasil, com sua imensa dívida social e a presente retração da economia, não se pode dar ao luxo de perder oportunidades de desenvolver seu potencial turístico, setor que produziria profunda e positiva mudança socioeconômica no País. Em todo o mundo, de cada dez empregos um é gerado pela indústria turística. ***No Brasil, cada emprego direto criado no setor representa quatro indiretos.***

Infelizmente, o Brasil, com todo o seu potencial, amarga o desconfortável 29º lugar no *ranking* internacional dos países que mais recebem turistas. A Espanha, por exemplo, recebe uma média de 57 milhões de visitantes por ano. Para uma terra como a nossa – de belezas naturais exuberantes, patrimônio histórico e arquitetônico riquíssimo, cultura, música e folclore contagiantes, e culinária para todos os gostos – é absolutamente insignificante receber apenas 5 milhões de turistas estrangeiros anualmente.

O crescimento do apelo turístico baseado na preservação e conservação da natureza, além do patrimônio histórico e cultural, co-

locam o Brasil na vanguarda como um dos principais destinos nos próximos dez anos. Daí surge a necessidade de nos prepararmos, desde já, investindo mais em capacitação da mão-de-obra, segurança e infra-estrutura para competirmos no mercado internacional. A Organização Mundial do Turismo prevê que para cada dólar investido nesta área por um país, ele recebe 6 como retorno.

Para que o Brasil se torne um grande destino turístico mundial, é necessário que ele consolide primeiro um turismo interno forte, de qualidade e competitivo. Depois um turismo intra-regional significativo para então poder se consagrar como um destino internacional. É preciso, portanto, desenvolver o turismo em bases sustentáveis. O turista, hoje em dia, está mais bem informado e exigente. Não quer apenas férias passivas sob o sol, mas experiências que o enriqueça culturalmente. É necessário estimular a parceria entre o Governo, empresariado e a comunidade para alcançarmos estes objetivos. Ações compartilhadas com a sociedade são fundamentais neste ramo de atividade. Incentivar programas de entretenimento, educação ambiental e realizar a recuperação de paisagens degradadas também são iniciativas desejáveis. De igual modo, é imprescindível identificar meios e instrumentos que, em áreas como o transporte, possam remover obstáculos ao impulsionamento do turismo interno e externo no País.

Fazer esta lição de casa é urgente. E, por falar em lição de casa, gostaria de lembrar o compromisso assumido pelas lideranças do Governo no Congresso de fazermos a revisão das alíquotas da Cofins, acertado com o PMDB e com outros partidos. Votamos o projeto de conversão que melhorou a medida provisória, mas com o compromisso de, na convocação extraordinária, realizarmos a sua inadiável revisão. Isto beneficiará imensamente o setor do turismo.

Se não adotarmos todo este conjunto de medidas, ficaremos para trás no tempo e na concorrência com outras nações. A exuberância natural, histórica e arquitetônica do Brasil será novamente substituída pelo conforto, bom atendimento e relação custo-benefício dos países que já perceberam, há muitos anos, que o turismo é fator de prosperidade, geração de empregos e justiça social.

Publicado em 25-1-2004.

QUEM NÃO CHORA NÃO MAMA

O Brasil ocupa, hoje, a 5ª posição no *ranking* dos países de maior produção mundial de leite, com aproximadamente 21 bilhões de litros anuais. Em primeiro, está a União Européia, seguida dos Estados Unidos, Rússia, Ucrânia e Índia. Este conjunto de países representa 65% da produção mundial de lácteos. Praticamente todos utilizam uma série de políticas de subsídios à produção, como a compra de excedentes pelo Estado, e estabelecimento de preços mínimos para o produtor.

Em nosso País, os milhares de produtores exercem a nobre atividade de prover aos lares brasileiros o nosso leite de cada dia, gerando uma renda primária de R\$7 bilhões e, a cada ano, promovendo a ocupação de 3 milhões de pessoas, somente na zona rural. A atividade movimenta 8% do PIB agrícola de R\$85 milhões de reais anuais, ou seja, 12 bilhões de reais nas vendas de produtos lácteos no mercado consumidor, que contribuem para o Erário com R\$2,5 bilhões de impostos arrecadados.

Por isto, não podemos permitir que as mudanças no cenário mundial da produção e industrialização de leite, geradas pelo fechamento da segunda maior empresa de industrialização de leite e derivados do mundo – a Parmalat – tragam prejuízos para o setor leiteiro nacional. Com as dificuldades financeiras causadas pela crise, não deverá restar ao produtor outra opção a não ser a venda das vacas para o corte. E lembro que cada vaca demora dois anos para produzir leite. ***Recuperar***, portanto, ***a cadeia produtiva de leite*** brasileira, que vive uma situação difícil devido à redução do consumo

desde 2003, *deve ser uma prioridade de Governo*. Precisamos avançar no modelo cooperativista. Esta crise não pode impedir que mudemos o rumo do planejamento que foi traçado para o setor dentro do Governo e da esfera produtiva.

Para combater de maneira mais imediata os efeitos da recente crise mundial, proponho, entre outras medidas, a disponibilização de Empréstimos do Governo Federal para a compra do excedente de leite disponível no mercado. Com os recursos, o produto poderá ser adquirido e estocado pelas cooperativas e pelas indústrias do setor e ter o seu preço assegurado. Para isso, são necessários R\$500 milhões no ano, sendo R\$300 milhões até março, conforme estima a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados. É preciso combinar ações de curto prazo para evitar prejuízos aos produtores que fornecem leite para a Parmalat e, ao mesmo tempo, trabalhar com medidas capazes de sustentar a renda do conjunto da cadeia leiteira brasileira. São cerca de 500 mil agricultores familiares produtores de leite no mercado formal e outros 500 mil no mercado informal, que representam 52% da produção brasileira.

O setor do leite é estratégico para o País porque ele é um produto fundamental para a nutrição do brasileiro e é uma atividade capaz de gerar muitos recursos para a agropecuária familiar. Em 2003, o Governo tomou medidas para fortalecer o setor, estabelecendo uma política de preço mínimo para o produto. Além disso, o Governo comprou no último ano 100 mil toneladas de leite dos produtores familiares por meio da Conab. Já o excedente da produção da safra 2003/2004 está estimado em 1,2 bilhão de litros de leite. Isso ocorreu porque no ano passado houve uma redução de 19% no consumo de derivados e 4% no de leite, enquanto a produção se manteve estável. A queda no consumo diminuiu o preço pago ao produtor e a possibilidade de que parte do produto fique sem destino preocupa o setor.

A crise da Parmalat é uma demonstração de que é necessário reestruturar o setor para que sejamos menos vulneráveis aos grandes conglomerados. O Governo deve analisar outras medidas, como a possibilidade de compra do leite em pó recebido pelas cooperativas do setor como pagamento de dívidas da Parmalat. O leite poderia ser

usado pelo Fome Zero para distribuição à população atendida pelo programa.

A América Latina representa entre 20% e 25% das vendas mundiais da Parmalat. A dívida da empresa no Brasil com os bancos é estimada em R\$1 bilhão, ou US\$350 milhões. A Parmalat é o segundo maior comprador de leite no País e a empresa tem cerca de 6 mil trabalhadores no País e oito fábricas. Daí a importância de darmos maior atenção à solução dessa crise.

Publicado em 1º-2-2004.

ÁGUAS DO NORDESTE

O Dia Mundial da Água vai ser comemorado no próximo dia 22 de março. E – não sei se por previsão científica ou por ironia do momento – o tema escolhido é “A Água e os Desastres”. Coincidência ou não, o quadro atual das chuvas e enchentes em nosso País é alarmante. A questão do uso e da gestão de nossos recursos hídricos está na ordem do dia.

No Nordeste, a instabilidade climática mostra um dramático quadro de destruição de lavouras, de desemprego e fome. Nos últimos anos, esta vulnerabilidade foi responsável pela redução de 9% no produto da agropecuária regional e de 4,5% no PIB. O número de atingidos por secas e enchentes chegou a quase 12 milhões de pessoas. E os trabalhadores inscritos nas frentes emergenciais de trabalho, a 2 milhões. Em alguns estados do Nordeste brasileiro, o potencial hídrico renovável *per capita* é preocupante. As normas da ONU estabeleceram um mínimo de 2 mil metros cúbicos por habitante/ano. Alagoas, por exemplo, tem apenas 1.579 metros cúbicos e não é o estado com menor média. Os cálculos da Agência Nacional de Águas para o Nordeste também são desanimadores. Estima-se que existem hoje mais de 2,2 milhões de domicílios rurais na região sem água de boa qualidade. E, para buscar água, o nordestino gasta em média cerca de uma hora de seu dia, andando pelo menos 3 quilômetros até um poço ou açude.

Por causa de números como esses, devemos dar maior atenção às questões ligadas à água porque elas estão extremamente vinculadas à pobreza e à miséria. Não é que as pessoas sejam pobres porque não têm acesso à água. Elas não têm acesso à água porque são pobres. Ou

seja, a falta de água é um componente a mais da pobreza, tornando-a ainda mais desumana. E este problema não existe apenas no Brasil. No mundo todo, 3 bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares por dia. Destas, 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável. Dois bilhões vivem sem infra-estrutura de saneamento. Conforme estudos das Nações Unidas, as populações mais pobres são sempre as mais vulneráveis a problemas relacionados à água, como secas, enchentes e poluição. A degradação ambiental é outra questão crítica. Calcula-se que 20% das espécies de peixes de água doce estão extintas ou ameaçadas.

Agora, atravessamos um momento difícil com o atual período das chuvas. De acordo com a Chesf, esta é a maior cheia dos últimos 44 anos na região Nordeste. As enchentes e desabamentos decorrentes das fortes chuvas de verão já fizeram quase 100 vítimas fatais e vários feridos. Mais de 20 pessoas estão desaparecidas. O último levantamento do Ministério da Integração Nacional mostra ainda que foram danificados cerca de 12 mil quilômetros de estradas. Ao todo, 300 municípios em 15 estados foram atingidos pelas chuvas. No balanço nacional da Secretaria de Defesa Civil, mais de 100 mil pessoas estão desabrigadas ou desalojadas.

Estas são considerações que faço num momento em que o sertão, como dizia a profecia, está virando mar. Mas nem tudo é desastre no clima semi-árido do Nordeste, que garante luminosidade, calor constante e baixa umidade relativa do ar, o que, associado à irrigação, significa crescimento acelerado das plantas, maior produtividade e menos pragas. Explorar esse potencial fabuloso da região é missão de todos. O aproveitamento melhor de nossos recursos hídricos, associado ao investimento na agropecuária, só tende a potencializar a geração de trabalho. Para que tenham uma idéia, o investimento para criar um posto de trabalho no setor da horticultura é de cerca de 6 mil dólares, 15 vezes menos que o necessário para gerar um emprego na indústria automobilística.

Precisamos redefinir o uso correto e limpo da água do Brasil. Antigamente, o principal era a produção de energia elétrica. Agora, mudou. As prioridades são o consumo humano e a irrigação, principalmente no Nordeste, uma região com maior carência de água. Es-

tamos diante de uma revolução de conceitos e práticas. ***O cenário é de nova ordem econômica e de nova cultura organizacional.*** Não podemos aceitar passivamente que nos imponham uma visão determinista e elitista sobre o Nordeste. A geografia e o clima não podem, definitivamente, ditar o nosso destino.

Publicado em 8-2-2004.

MORADIA: PROBLEMA DE TODOS

Se pudermos reduzir a três os fatores que provocaram o crescimento do déficit habitacional no Brasil, nos últimos anos, chegaremos a esta radiografia: a falta de interesse do Estado, o achatamento do poder aquisitivo da classe baixa e a mercantilização excessiva do setor. Na verdade, não existem políticas habitacionais. O que há, hoje, é a habitação meramente como mercadoria, um nicho de negócios voltado para as classes mais favorecidas, que ainda têm dinheiro para comprar.

Temos de pensar a habitação como moradia e não simplesmente como construção de casas. Conceitualmente, isso implicaria estudar as condições ambientais e sociais em que ela será inserida. A consequência seria o equilíbrio ambiental e a harmonização urbana. É urgente que a habitação seja, efetivamente, considerada uma questão social e um dos mais importantes itens para a melhoria da qualidade de vida. Se não fizermos isso, estaremos ferindo os princípios do Estatuto da Cidade, que tem como lema a função social da casa e da cidade. É preciso discutir mais a “habitabilidade” – que é a moradia, o bem-estar e a qualidade de vida – e menos habitação.

Mais do que nunca, a hora de se resolver tamanho impasse é esta, pois nenhum país se desenvolveu sem que a habitação tivesse saído na frente das ações, principalmente quando há um déficit habitacional de 6,6 milhões de moradias, como é o nosso caso. Em um comparativo entre o ano passado e 2002, o segmento perdeu mais de 55 mil vagas. Diagnóstico elaborado pelo IBGE apontou, em 2000, a existência de 20 milhões de pessoas enfrentando dificuldades com moradia. Se não moravam em residências precárias, estavam sujeitas

ao comprometimento de mais de 30% da renda com aluguel, à coabitação familiar excessiva ou mesmo à ausência de teto.

A maior visibilidade dos movimentos de sem-teto em 2003 pode estar impregnado de contingências políticas, mas esse fator não é suficiente para explicar a mobilização. A precariedade habitacional no País é uma realidade. O anúncio dos investimentos pelo Governo Federal também necessita ser acompanhado de iniciativas semelhantes dos governos estaduais e municipais, mesmo que o cenário econômico seja de retração e conseqüente queda na arrecadação de impostos. ***Poucos investimentos têm tamanho alcance social como os aplicados em moradia.***

Estudos da Fundação Getúlio Vargas mostram que cada milhão de reais investidos geram 65 empregos diretos, indiretos e induzidos na cadeia da construção. Para atingir tal objetivo, poderíamos adotar soluções inovadoras, como a edificação de casas básicas, a revitalização de imóveis nos centros históricos das cidades, a utilização dos terrenos vazios urbanos para construção de novos bairros com pequeno comércio, a indústria artesanal com equipamentos comunitários e a criação de projetos diferenciados de casas e apartamentos nas regiões metropolitanas em locais dotados de infra-estrutura.

Os recursos para estas idéias poderiam vir do orçamento do FGTS, que seria elevado para cerca de R\$7 bilhões, conforme estudos do Grupo Técnico de Apoio do Conselho Curador do FGTS. Isso elevaria significativamente a produção de moradias novas, destinando-se 70% dos recursos para o programa, levando à criação de mais de 300 mil empregos. Já para a população com renda de até três salários mínimos, na qual se concentram 83,2% do déficit habitacional do País – cerca de 5,5 milhões de famílias – sugerimos, o mais rapidamente possível, dotações orçamentárias, a serem aplicadas na construção de habitações populares, num programa de subsídios. Outra iniciativa indicada seria acelerarmos a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que institui o Programa Nacional de Subsídio a Habitação de Interesse Social, para regular a aplicação dos recursos do orçamento. A adoção de propostas como esta permitirá a construção de milhares de unidades, gerando quase um milhão de

empregos, o que seria uma notável contribuição para a recuperação do desenvolvimento econômico.

Os governos, em todos os níveis de poder, em parceria com a iniciativa privada, as organizações comunitárias e os representantes populares, têm o dever de buscar soluções. Somente o engajamento coletivo poderá tornar verdade o que tem sido apenas *slogan*. Afinal, moradia é um problema de todos nós.

Publicado em 15-2-2004.

O ANO LEGISLATIVO

O ano de 2003 foi marcante para o nosso Parlamento. Comemoramos os 180 anos de existência do Poder Legislativo. Foi um momento de reflexão sobre o nosso papel na história brasileira. Na Assembléia Geral Constituinte, instalada em 1823, fixou-se a idéia do primado da lei e do direito individual, princípios a que, ao longo dos anos, o Parlamento incorporou o direito social, avançando agora na defesa dos direitos difusos do meio ambiente e das minorias.

Nessa tradição, a última sessão legislativa foi marcada pela aprovação de propostas de grande repercussão no cotidiano do cidadão amplamente debatidas com o Governo e com a população. Para servir ao País, nos resultados alcançados, não há como distinguir Governo e Oposição. Houve sempre um terreno comum de interesse público em que foi possível encontrarmos soluções. Em 2003 houve um amadurecimento e uma inteira consciência de responsabilidade da classe política brasileira.

O Senado Federal realizou, no ano passado, 209 sessões, das quais 121 foram deliberativas, enviando à sanção presidencial 58 projetos de lei, encaminhando à Câmara dos Deputados 112 projetos. Examinou 55 medidas provisórias, e aprovou 990 matérias de competência privativa ou exclusiva, acordos internacionais e operações de crédito. Se juntarmos às matérias o exame de milhares de emendas apresentadas aos projetos em tramitação, todas elas analisadas uma a uma, objetos de deliberação, poderemos avaliar a gigantesca massa do trabalho parlamentar que nos absorveu. Todo esse trabalho foi destinado à melhoria de operação e atualização de direitos. São horas e horas, dias e meses de reuniões, discussões, debates, estudos, que

demonstram a capacidade do Parlamento brasileiro e a vitalidade de nossa democracia.

À Constituição de 1988 já fizemos 46 emendas, que correspondem a 1.100 projetos de emenda apresentados na Câmara dos Deputados e 570 no Senado Federal. Só esses números mostram a poderosa pressão para expurgá-la e adaptá-la a melhor servir ao País. É evidente que colocamos na Constituição muita matéria que nela não devia estar. E temos seguido esse desvio despendendo um extraordinário esforço no engessamento de matérias não permanentes, de situações que são, em outros países, resolvidas pela lei ordinária. A experiência das sessões de 2002 e 2003 mostra que a reforma do artigo 62 da Constituição não resolveu o problema da edição excessiva de medidas provisórias. A restrição da relevância e urgência da matéria é de caráter subjetivo e difícil de ser aplicada. No último ano, examinamos 55 medidas provisórias, mais de cinco por mês, com o ritual do regime de urgência acionado pelo tempo de tramitação pelas Comissões Mistas e pelos dois Plenários.

E agora, depois da abertura dos trabalhos legislativos nesta semana, vários desafios se apresentam. Temos pela frente outras mudanças constitucionais da maior relevância, como a reforma do Judiciário, a reforma política, as novas regras para o setor elétrico, a Lei de Falências, entre tantas outras matérias importantes.

Transformar o Estado em instrumento a serviço do bem coletivo, em alavanca para as mudanças e as reformas e em moderador dos conflitos em toda sociedade democrática são apenas alguns dos desafios dos sistemas representativos modernos. Nenhuma dessas finalidades, porém, será efetivamente cumprida enquanto os partidos políticos não forem capazes de sintonizar o discurso com a ação, absorvendo as múltiplas aspirações coletivas, mas reconhecendo ao mesmo tempo as inúmeras limitações do Governo para realizá-las. A verdade é que a democracia moderna não pode ser forte sem partidos fortes, organizados, com doutrina e programa. Onde não existem os partidos com essas características, intermediando a vontade popular, ela é um frágil equilíbrio.

A democracia representativa ainda é o melhor dos regimes. Para alguns – é verdade – o mais barato seria não existir Parlamento. Mas,

quando o Congresso é fechado ou deixa de existir, acabam a cidadania e a liberdade do povo. Temos de conviver sempre com a necessidade de defesa do Parlamento. Uma Câmara Alta desintegrada, arcaica e desprestigiada será sempre um entrave no caminho da estabilização política e econômica de um país.

Publicado em 22-2-2004.

VACINA CONTRA A CORRUPÇÃO

Considerada uma das propostas mais importantes da reforma Política – que tramita há 7 anos no Congresso Nacional e é uma das bandeiras programáticas do PMDB – a reforma do financiamento exclusivamente público de campanhas é a melhor vacina contra a corrupção. Os desvios e irregularidades apontados no cenário nacional são, em boa parte, uma consequência do atual modelo de financiamento das campanhas, que proporciona, em alguns casos, uma ligação espúria entre os doadores e os candidatos. Muitas vezes, esse mecanismo se dá entre os doadores e os integrantes da campanha, sem que o próprio candidato saiba. De qualquer forma, ***tal tipo de apoio, geralmente, é cobrado lá na frente, durante o mandato.***

Sabe-se que a prestação de contas à Justiça Eleitoral no Brasil é, geralmente, fictícia e o que funciona no dia-a-dia das campanhas é uma contabilidade à parte. Mas o financiamento de campanhas não é, hoje, uma preocupação apenas em nosso País. É, também, uma pedra no sapato das maiores democracias do mundo. Na Alemanha, um escândalo envolvendo doações ilegais e não contabilizadas comprometeu Helmut Kohl, ex-Chanceler alemão. O escândalo cresceu com a denúncia de que, em 1992, um partido recebera uma doação ilegal do Presidente da França, o socialista François Mitterrand. Em Israel, o partido do ex-Primeiro-Ministro Barak foi multado em US\$3,4 milhões por aceitar doações ilegais do exterior. Na Itália, investigações revelaram contas secretas do Partido Socialista, de Bettino Craxi, e da Democracia Cristã, de Giulio Andreotti. Nos Estados Unidos, denúncias atingiram o ex-Presidente Bill Clinton e o atual, George W. Bush. No Peru, o caso Montesinos culminou com a renúncia de

Alberto Fujimori. Na Argentina, episódios semelhantes envolveram a compra de votos no Governo De La Rúa.

Diante de tal realidade, entendo que o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais é o melhor caminho para garantir a isenção e liberdade para se realizar, plenamente, o trabalho parlamentar, para se dar oportunidade aos jovens de ingressar na política e para se combater os efeitos nocivos do poder econômico. Vale lembrar que o sistema atual é muito mais caro, se forem levados em conta os complexos mecanismos que influenciam o uso de verbas do Orçamento da União, direta ou indiretamente, fruto de compromissos assumidos durante a campanha. Portanto, para o eleitor, o sistema atual não serve. Para o candidato, o modelo atual não é o ideal. Para as empresas e doadores, o modelo atual também não interessa. E, para a Justiça Eleitoral, a fiscalização fica mais difícil porque os subterfúgios algumas vezes usados para desvios e “caixas 2” são muitos.

Mas é necessário destacar que o projeto foi concebido tendo em vista que as regras eleitorais do futuro serão diferentes, com a instituição do sistema de listas partidárias, a fidelidade partidária e a cláusula de desempenho, entre outras inovações. Sabe-se que, hoje, se gasta mais da metade dos recursos de campanha com o pagamento de produtoras e empresas de *marketing* e propaganda política, o que deve mudar no novo modelo.

O financiamento público de campanhas, sem dúvida alguma, dará mais seriedade e consistência à própria vida partidária. Dirigentes serão escolhidos com mais critério pelas bases. O que um financiador de campanha entrega a uma pessoa desonesta é cobrado com juros e pago por todos em benefício de poucos. Ainda que custe dinheiro ao Estado, vale a pena pagar pelo financiamento das campanhas. É a melhor maneira de estancar a sangria dos cofres públicos e de se garantir a independência aos candidatos.

Para mostrar como o tema é complexo e polêmico, cito aqui uma frase do vice-Presidente norte-americano entre 1964 e 1968, Hupert Humphrey, ao deixar a vida pública: “*O financiamento de uma campanha é uma maldição. É a mais nojenta, indigna e debilitante experiência da vida de um político. Fede e repugna. Não tenho palavras para dizer o quanto odeio isso*”.

Publicado em 29-2-2004.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA

Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, não poderíamos falar de seus direitos sem ter uma visão, mesmo que breve, de sua posição atual dentro da sociedade. Podemos dizer que o desenvolvimento político, social, econômico e cultural do País nas últimas décadas influiu muito na maneira de existir, viver, pensar e agir das mulheres.

A mulher, hoje, constitui metade da população brasileira, cerca de 36% de sua força de trabalho ativa, metade do eleitorado e do público consumidor. Mais de 70% das pequenas empresas brasileiras são administradas por mulheres. Politicamente, elas também avançaram bastante. No que concerne às lutas gerais do povo brasileiro, ela tem desempenhado um papel marcante no trabalho que, pouco a pouco, vai nos levando à evolução democrática de nosso País. Em países como a Suécia, elas ocupam 45% dos cargos parlamentares. No Brasil, o poder político ainda é uma conquista recente. Mesmo beneficiadas pela lei, ocupam apenas 9% dos mandatos parlamentares.

Mas a presença das mulheres na vida pública não configura somente uma conquista feminina, como também muda as relações políticas no mundo. Relatório recente do Banco Mundial afirma que países em que a igualdade de gênero na política é menor pagam-se um preço alto no que diz respeito à sua habilidade de desenvolvimento e redução da pobreza. Ou seja: países mais machistas são mais pobres. No que se refere às suas lutas específicas, cabe destacar que ***cresce no Brasil a consciência expressa no combate pela igualdade, autonomia e dignidade da mulher.*** O movimento feminista, principalmente em relação à irradiação de suas idéias, tem-se desenvolvido como verdadeira brecha libertária entre as

poucas que conseguiram abrir-se, rompendo as barreiras das enormes restrições impostas à liberdade do debate social.

Tudo isso somado determinou sensíveis mudanças no comportamento em relação à igualdade de direitos da mulher, principalmente entre a classe média. E a aceitação, com menos preconceitos no debate público, de temas candentes e até então proibitivos, como o direito à educação sexual das crianças e dos adolescentes, a contracepção, o aborto, a sexualidade feminina, o controle pela mulher de seu corpo etc. Em síntese, é a aceitação da nova mulher que surge na arena política nacional assumindo, com garra e paixão, múltiplos deveres e defendendo direitos, até então, válidos somente para os homens. Este é, realmente, o grande fenômeno de nossa época no mundo e em nosso País. E nós, homens e mulheres, temos de estar preparados para aceitá-lo e encaminhá-lo de modo positivo.

Apesar das grandes mudanças havidas na vida da mulher, somos obrigados a reconhecer que isso acontece com enormes sacrifícios, que comumente as impedem de competir em pé de igualdade com os homens. A remuneração, por exemplo, não acompanha o crescimento profissional feminino. Uma pesquisa recente do IBGE revela que as profissionais de todas as classes sociais, em cargos idênticos aos dos homens, ganham 40% menos. E este padrão não é somente brasileiro. Na França, as mulheres têm salários 15% menores. No caso do Brasil, um aspecto torna a diferença ainda mais cruel. Em média, as brasileiras têm um ano a mais de escolaridade que os brasileiros e, muitas vezes, mais cursos e especialização. Ou seja, são mais bem preparadas e ganham menos. Certos preconceitos parecem mesmo ter vida longa.

Infelizmente, uma outra tragédia que atinge a parcela feminina da população brasileira é a violência. As Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres continuam registrando milhares de casos, sendo a grande maioria relacionada aos crimes de lesão corporal dolosa e ao crime de ameaça. As estatísticas mundiais também são alarmantes: de 20% a 50% das mulheres já foram vítimas de assalto. Uma em cada dez já foi estuprada e 30 milhões foram mutiladas em todo o mundo.

Mas a verdade é que a atitude em relação à mulher, no geral, mudou, e para melhor. Por minha convicção pessoal de continuar lutando pelos direitos humanos, quero, mais uma vez, me congratular com as mulheres deste País e dizer-lhes que estarei sempre atento aos seus pleitos e às suas necessidades em Brasília.

Publicado em 7-3-2004

A REFORMA INADIÁVEL

A proposta que traça um novo desenho constitucional do Poder Judiciário cuida de um dos mais intensos e abrangentes temas da atualidade. É um capítulo decisivo na longa luta em favor do aperfeiçoamento de um dos pilares da democracia moderna e da reconquista de direitos da sociedade. Acabar com os entraves que impedem a evolução da Justiça é inadiável e uma prioridade na agenda das preocupações nacionais.

Temos, hoje, uma prestação jurisdicional lenta, cara e burocrática. Na base desse infortúnio, está o colapso estrutural do Poder Judiciário e leis processuais anacrônicas, que alimentam um extravagante sistema de recursos e estimulam atrasos de toda sorte. Por isso, para ser completa, moderna e eficiente, a reforma do Judiciário deve envolver mudanças na legislação processual, simplificando ritos, eliminando expedientes protelatórios e formalidades inúteis.

Justiça que se pretende universal, acessível a todos, há de ser, necessariamente, desembaraçada. Este objetivo de uma Justiça expedita só poderá ser alcançado a partir de um conjunto de ações que incorpore os avanços tecnológicos e racionalize procedimentos. O Poder Judiciário é uma instituição viva e, por isso, deve ser alvo de permanente atualização.

O volume de processos judiciais aumenta a cada dia e praticamente inviabiliza a prestação satisfatória de serviços à população. Os números mostram um quadro dramático que precisa ser revertido o quanto antes.

O Superior Tribunal de Justiça recebe um processo a cada dois minutos. No ano passado, o STJ recebeu mais de 227 mil processos

e julgou 210 mil, o que dá a extraordinária média de quase sete mil e quinhentos recursos por ministro-relator. O Supremo Tribunal Federal registrou, em 2003, a entrada de 109.965 processos, o que dá uma média de 9.806 para cada um de seus 11 ministros dar parecer.

Mais de 90% dos recursos que desembarcam no STF são repetidos, conforme revelou o Ministro Carlos Velloso. O Tribunal Superior do Trabalho também convive com uma desumana carga de trabalho. No ano passado, recebeu quase 110 mil processos. O drama também atinge as instâncias estaduais. O magistrado brasileiro, sem dúvida, suporta o maior volume de trabalho do mundo.

No Brasil, o que sobra em processos falta em juízes. Aqui, temos pouco mais de dez mil magistrados para uma população de 180 milhões de pessoas. Na Europa, a média é de um juiz para sete mil habitantes. Diante desse quadro, é impossível lavrar decisões de qualidade e seguras, em tempo socialmente justo. Justiça tardia nada mais é do que injustiça qualificada e manifesta, como já advertia Rui Barbosa nos idos de 1921.

Quando exerci o cargo de ministro da Justiça tive a honra de comparecer perante a Comissão Especial de Reforma do Judiciário da Câmara dos Deputados. Ali, defendi diversos pontos de vista. Continuo inflexível adversário da litigância irresponsável, da exuberância de causas repetidas e dos recursos meramente protelatórios, que nada contribuem para a evolução do Direito. Nesse contexto, sou a favor da disseminação e do fortalecimento dos Juizados Especiais em todo o País, como forma de agilizar a prestação jurisdicional.

É essencial mexer na estrutura do Poder Judiciário, para fortalecer a instituição, o que pode ser feito alterando a Constituição. Mas, sem dúvida, a rapidez no desfecho dos processos judiciais somente será alcançada com substancial mudança nas leis processuais, para diminuir o número de recursos, simplificar o processo de execução e fortalecer os Juizados Especiais.

Publicado em 14-3-2004.

INVESTIMENTO ESTRATÉGICO

Inovação é a palavra-chave dos novos tempos de rápidas transformações. O conhecimento na sociedade pós-industrial é inovador por natureza e a tecnologia, vital para a competitividade. O poder e a riqueza das nações estão, portanto, no conhecimento. Vivemos sob o império da mente, como prognosticava Winston Churchill. No nosso caso, o Brasil saiu atrasado na Revolução Industrial. Foi praticamente excluído dela e conheceu apenas o capitalismo tardio.

Não foi à toa que o País foi classificado pelas Nações Unidas em 43º lugar entre 72 países, no índice de desenvolvimento tecnológico. E, sem o conhecimento, impossível chegar ao desenvolvimento, com emprego, renda e qualidade de vida para todos.

A melhor forma de ***transformar um país***, portanto, é ***com forte investimento em ciência, em pesquisa direta e em tecnologia***. Para isso, há deficiências imediatas que precisam ser enfrentadas. Não existem, ainda, mecanismos compensatórios para a parcela da sociedade que não acompanha o avanço do conhecimento, uma das condições para o progresso sem exclusão social.

A distribuição do conhecimento é desigual e afeta cruelmente as regiões distantes e mais pobres, como o Nordeste. Para se ter uma idéia, 57% dos pesquisadores do País estão no Sudeste, 20% no Sul. O Nordeste conta com apenas 15%. Falta, também, a desejada integração entre universidades, Governo e iniciativa privada. Além disso, o descompasso científico do Brasil fica evidente nos seguintes números: na produção de artigos científicos, o Brasil só é superado pela Coreia, em 28%. No registro de patentes, a superação é em 3 mil por cento.

São dados que mostram, claramente, o quanto precisamos avançar no campo do conhecimento e, mais do que isso, o quanto precisamos colocar a resultante disso a serviço do desenvolvimento socioeconômico do País. O grande objetivo perseguido, a exemplo do que ocorre em outros países, é incorporar as empresas privadas no mercado produtor de tecnologia.

Dois exemplos de segmentos mercadológicos que obtiveram sucesso a partir da sinergia entre a universidade pública e empresas privadas são o de telecomunicações, em Campinas, e o aeroespacial, em São José dos Campos. E o Congresso Nacional pode dar sua contribuição a este processo, aprovando propostas que permitam a integração de pesquisadores e professores de universidades mantidas pelo Governo com o setor privado e a flexibilização da atual lei de licitação para que entidades públicas possam fazer “encomendas tecnológicas”; e ainda priorizando aquisições de produtos com características inovadoras e a definição de regras para a divisão de direitos sobre propriedade intelectual, ou patentes, entre órgãos públicos, pesquisadores e empresas privadas.

O grande papel da ciência e tecnologia é acompanhar e participar do que se passa na fronteira avançada do conhecimento de ponta, buscar a excelência e a qualidade da pesquisa, a realização das vocações, atender as demandas da sociedade e do setor produtivo e dos novos modos de organização, gestão e financiamento. Mas tudo isso tem de acontecer sem deixar de lado as demandas regionais, buscando distribuir melhor o conhecimento no País para encontrar os verdadeiros alicerces que passarão a dar sustentação ao processo de desenvolvimento econômico e social.

Publicado em 21-3-2004.

DA TÁTICA À PRÁTICA

Nestes 15 meses de Governo, os chamados pilares da economia mostraram mesmo que precisam ser mantidos. A imagem do País lá fora é boa, o câmbio se mantém num patamar aceitável, a inflação – embora com repiques – tem-se mantido abaixo dos dois dígitos, temos honrado nossos compromissos internacionais e a economia em geral permanece estável. Enfim, do ponto de vista da macroeconomia, a tática está impecável.

Mas é hora de pôr em prática algumas medidas que acelerem um quadro de melhoria, também, no dia-a-dia da economia. Ou seja, de nada adianta sermos táticos se não formos, também, práticos. Digo isto porque tem crescido na sociedade e no meio político um clamor para que se adotem medidas de emergência que acelerem a retomada do crescimento. Nos próximos dias, vamos mobilizar as lideranças partidárias para elaborar uma agenda que permita a construção de um pacto pelo desenvolvimento delineado pelo Congresso, mas que contará com a atuação decisiva da equipe econômica e do Presidente Lula.

É verdade que o atual Governo herdou uma situação resultante de um efeito cumulativo de décadas. A dívida pública e o passivo externo galgaram enorme progressão, levando o País a forte vulnerabilidade externa, acompanhada de estagnação econômica e consequente crescimento do desemprego aberto, do trabalho informal, da diminuição da renda média da maioria dos assalariados e da expansão da marginalização social.

Mas a atual orientação econômica – fundamental no primeiro ano do Governo para garantir a estabilidade – não deve ser uma fun-

ção permanente. Exige, mesmo que num processo gradativo, um redirecionamento para a mudança. A persistência de uma política macroeconômica objetivando metas de inflação muito rigorosas para o padrão da economia nacional, sustentada ***na manutenção de juros muito elevados e pesados superávits fiscais primários, parece ter atingido seus limites.***

Por isto tudo, creio que nosso desafio primordial no momento deve ser a transição para um novo modelo de desenvolvimento, crescente e duradouro, com geração de empregos e distribuição de renda. É preciso, com urgência, estabelecer esta nova realidade, que seja pela produção e pelo crescimento. O pacto pelo desenvolvimento deve envolver todos os segmentos da sociedade, incluindo trabalhadores, donas de casa, sindicatos, empresários e políticos para que haja desenvolvimento econômico, com inclusão social.

A retomada do desenvolvimento, com seu norte na transformação social, requer – hoje como antes – escolha política. Isso não significa desconsiderar as leis objetivas da economia e deixar de buscar as soluções técnicas compatíveis. Mas a solução é, antes de tudo, uma opção política.

Hoje, acumulam-se as condições gerais e a ampla convergência social para o redirecionamento da política econômica. É necessário mesmo caminhar para o rumo de um desenvolvimento autônomo, que valorize o trabalho, amplie o emprego e aumente o bem-estar dos brasileiros. Alcançar um novo modelo não depende apenas do Governo. É imprescindível a participação da sociedade e do povo brasileiro neste processo que pode desaguar num amplo pacto pelo desenvolvimento. Esta é sugestão que faço para ampliarmos os horizontes do País e deixarmos para trás a retração econômica.

Publicado em 4-4-2004.

PACTO PELO DESENVOLVIMENTO

Tenho dedicado os últimos dias a elaborar o esboço de um cronograma de medidas que acelerem a retomada do desenvolvimento. São idéias e sugestões compiladas em uma proposta que, pretendo, se constitua num amplo pacto pelo desenvolvimento econômico e social do País. Nos próximos dias, vou procurar as lideranças partidárias no Congresso, as entidades representativas de trabalhadores, empresários, Igreja, sindicatos, Governo, movimentos sociais, partidos políticos, enfim, todos os segmentos representativos da sociedade que possam contribuir de alguma forma para o debate em torno do crescimento.

O importante é que o quadro geral não seja de desestímulo para os investidores, de retração econômica, de desemprego e, principalmente, impaciência de uma grande parcela da sociedade com os resultados mais imediatos da economia de uma maneira geral. É claro que a estabilidade é um princípio que precisa ser preservado. Mas não pode ser um fim em si mesmo. É uma condição a ser mantida, mas não a única. Sem abalar os pilares que nos trouxeram até aqui, é perfeitamente possível usar mão da criatividade e da ousadia para melhorar o dia-a-dia do País. São medidas que respeitem as condições da economicidade ao longo do tempo, mas não afetem a boa imagem que o Brasil ocupa lá fora.

O PMDB, como a maior instituição partidária, tem a obrigação e a responsabilidade de contribuir decisivamente para o debate político com propostas e sugestões que coloquem o País nos trilhos do desenvolvimento novamente. O Governo vem tomando medidas que precisam ser concretizadas e cabe ao Presidente Lula e à sua equipe a condução e a implementação delas. Sem os bancos de fo-

mento e a esperada retomada dos investimentos em infra-estrutura, por exemplo, como esperar a diminuição do desemprego? Também o Governo deve promover o crédito amplo e barato para movimentar setores como a construção civil, um dos grandes empregadores nacionais. No que tange à definição de políticas, a da área industrial merece ser reestudada. Pelo que ficou definido, quatro segmentos que se utilizam fortemente de tecnologia serão priorizados. Acontece que estas áreas não são grandes contratantes de mão-de-obra e esta deve ser uma das prioridades do momento.

Além de tudo que mencionei até aqui, há medidas inovadoras, como a isenção de impostos de produtos da cesta básica, o desconto do Imposto de Renda para as famílias que formalizarem seus empregados domésticos e a liberação de parte do FGTS para a compra do segundo imóvel ou mesmo para reformas. ***Conhecemos amplamente os diversos gargalos que entram a retomada do crescimento econômico.*** Lembro que nossa insegurança jurídica é ainda muito grande, sem falar na imprevisibilidade judicial, onde muitos juízes legislam ao invés de interpretar a lei. Daí a importância da reforma do Judiciário. Outro problema é a instabilidade política que transforma a coalizão de Governo – a qual o PMDB integra – circunstancial, calcada na formação de maiorias eventuais para a aprovação de matérias pontuais. A coalizão tem de funcionar permanentemente e ter fortes ramificações nos estados e municípios.

E há outros problemas, entre tantos, como a interpretação muito rígida das leis ambientais, sem falar nas complicações burocráticas que impõem lerdeza, pelo excesso de normas. Como se vê, precisamos avançar na evolução de nossos marcos regulatórios, no aperfeiçoamento da relação Governo-iniciativa privada, na solução do conflito agrário, na falta de logística dos transportes e na redução da carga tributária, entre outros tantos desafios.

Publicado em 11-4-2004.

PRAGA NACIONAL

Esta é uma guerra não-declarada. Em 20 anos, de 1980 a 2000, cerca de 600 mil brasileiros foram assassinados. A taxa de homicídios subiu 130%. São 30 mil vítimas por ano, o triplo dos mortos civis em um ano de guerra no Iraque, por exemplo. Isto tudo sem falar nas pessoas que carregam as seqüelas provocadas pela criminalidade por toda a vida. A violência é uma praga nacional, e, como se sabe, tem como principal combustível o tráfico de drogas e de armas. E, por não ter fronteiras, por operar na clandestinidade, precisa de uma política permanente de enfrentamento.

Os números são mesmo aterradores. De acordo com o IBGE, os jovens são os mais atingidos por este mal. De 1991 a 2000, a taxa de mortalidade de jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos por armas de fogo cresceu 95%. No mesmo grupo, em 2000, os homicídios representavam 57,1% das mortes por causas externas, enquanto os acidentes de trânsito eram 18,3%. E a violência cresce em todos os estados brasileiros. O Rio de Janeiro está na frente na estatística nacional de mortes de homens por arma de fogo, com taxa de 181,6 por cem mil habitantes, seguido por Pernambuco, Espírito Santo e São Paulo. A região Sudeste tem taxa de 106,2 mortos por cem mil habitantes. O índice nacional é de 30,9 mortes por cem mil habitantes. Todo o problema se concentra na falta de perspectiva na população jovem de 15 a 24 anos. Eles não têm emprego e a evasão escolar é alta nesta faixa etária. Estão soltos no mundo, disponíveis para serem arregimentados pela marginalidade. Por isto, é preciso uma política pública objetiva de inserção desses jovens no mercado de trabalho e na educação.

No caso do Rio de Janeiro, onde se registraram nos últimos dias cenas de uma verdadeira guerra civil, não podemos deixar que se perpetue uma fronteira aberta para o crime organizado. Esta insegurança pública não é, de forma alguma, um problema localizado. Tanto que o Distrito Federal, em 2000, aparece em quinto lugar na lista da violência. Nas vizinhanças do poder, mata-se quatro vezes mais que a média nacional. E as Forças Armadas, que chegaram a ser cogitadas para combater a violência fluminense, têm um papel a cumprir, mas certamente não estão preparadas para este tipo de ação urbana.

A crise de segurança pública, portanto, é bem mais ampla do que possa parecer e requer medidas de curto, médio e longo prazos.

O problema exige um projeto, um cronograma de medidas coordenadas entre União, estados e municípios, pois se trata de um quadro de emergência nacional. O País está atrasado na formulação de um verdadeiro programa antiviolência, que precisa integrar e articular todos os níveis da administração pública no planejamento e na execução de ações repressivas e preventivas nas mais diversas áreas. Entre elas, é preciso reforçar os projetos sociais que já existem e criar outros. Outro problema é a ocupação das terras nas grandes cidades, que também deve ser revista e a localização de algumas favelas, repensada. Mas sem a repressão à lavagem de dinheiro e às linhas de suprimento de armas e drogas que abastecem as quadrilhas, não haverá êxito nesta cruzada.

Para enfrentar a crise de segurança, só um projeto nacional. E este não pode ficar no papel. Tem de ganhar as ruas com medidas efetivas e de curto prazo, porque o que está em jogo são vidas humanas e, sem dúvida alguma, o futuro de nossas gerações.

Publicado em 18-4-2004.

LEMBRANÇAS DE COLUMBINE

Há cinco anos, dois estudantes da Universidade norte-americana de Columbine entraram nas salas de aula atirando. Mataram 12 colegas, feriram 23 e se suicidaram. O episódio virou um marco da luta contra a banalização das armas em todo o mundo e rendeu um Oscar ao diretor Michael Moore pelo documentário “*Tiros em Columbine*”, que retrata de forma crítica o fascínio da sociedade daquele país pelo armamentismo.

Nos Estados Unidos – como se vê – o problema é cultural, tem raízes diferentes das nossas, mas se manifesta da mesma maneira: tirando a vida de pessoas inocentes. Lá, um levantamento realizado com a colaboração do Departamento de Educação sobre a violência nas escolas apurou que, nos últimos anos, aconteceram 37 incidentes com armas de fogo em centros de ensino, o que levou diversos estados norte-americanos a rever a legislação sobre o assunto.

Aqui ***no Brasil, a luta contra a farra das armas tem trilhado vitórias nos últimos tempos.*** Ano passado, aprovamos o Estatuto do Desarmamento, um passo importante no longo processo de mudança cultural de nossa sociedade contra este mal que contamina países como os Estados Unidos. Tenho sido incansável em afirmar que a arma, antes de ser um instrumento de proteção, é a principal causa da morte de quem a possui. E o Estatuto pretende restringir a circulação de armas de fogo e munições em todos os estados brasileiros, o que será sem dúvida alguma um avanço.

Claro que, como todo processo de evolução social gerado por uma nova lei é longo, estamos apenas começando. Temos ainda um caminho pela frente na regulamentação do Estatuto e cada cidadão

brasileiro pode contribuir diretamente enviando propostas. Os ministérios da Justiça e da Defesa já receberam cerca de 800 sugestões sobre a proposta de regulamentação do Estatuto do Desarmamento. A sociedade organizada também está participando. O Grupo Especial de Regulamentação do Estatuto recebeu esta semana das organizações não-governamentais Viva Rio, Instituto Sou da Paz e Convive um documento de avaliação técnica da proposta divulgada no último dia 13 e aberta à consulta pública até 27 deste mês. Representantes de diversos setores da sociedade, dentre os quais colecionadores de armas e proprietários de escolas de tiro, também participaram da audiência.

Um dos pontos que considero fundamentais é implementar a numeração e identificação das munições, uma tendência mundial que tem de ser seguida por aqui. As balas que saem das armas são peças importantes no processo de investigação policial e poderão, em muitos casos, levar à identificação dos autores dos crimes. Outra questão é o referendo popular que vai decidir, no primeiro domingo de outubro de 2005, pela proibição ou não da venda de armas no País. Apresentei requerimento, com o apoio dos outros líderes partidários, à Mesa do Senado para que o decreto legislativo que marca a data tenha preferência na pauta de votações e estou confiante que a proposta será aprovada nos próximos dias.

Uma das variáveis fundamentais que determinam o desenvolvimento de uma sociedade e influenciam os indicadores econômicos e sociais é a questão da segurança pública. Os conflitos armados, derivados da criminalidade, são consequência direta da deficiência ou ausência de políticas permanentes de enfrentamento deste problema. E uma de suas principais causas é o acesso fácil que o crime organizado e as pessoas têm às armas de fogo. Sem mudar esta realidade, não superaremos jamais o verdadeiro gargalo do desenvolvimento brasileiro que é a violência.

Publicado em 25-4-2004.

INVESTINDO NO FUTURO

A importância do ensino como mecanismo de distribuição de renda na população brasileira, e em outros países, é cada vez mais evidente. Agora, quando acabamos de comemorar o dia da educação – 28 de abril – este deveria ser um dos principais debates que poderíamos travar sobre um tema que, sem dúvida alguma, estará decidindo o futuro de nossas gerações. No Brasil, a enorme desigualdade social existente é, em grande parte, resultado da péssima distribuição educacional. Há uma grande concentração de pessoas com pouca qualificação entre os negros ou mulatos, morando em áreas não metropolitanas da região Nordeste e trabalhando na agricultura.

No entanto, é inegável que houve uma evolução no nível educacional do brasileiro nos últimos 20 anos, mas esta melhora mostrou-se pequena quando comparada com a ocorrida em outros países semelhantes. Este atraso é causado, em parte, pela diminuição no ritmo de passagem do ensino médio para o ensino superior nas gerações mais recentes e, em parte, pela evasão escolar entre os mais pobres, que abandonam o sistema antes de concluir o ensino fundamental.

Este quadro pode ser confirmado por um relatório recente da Unesco: em todas as faixas etárias analisadas, o analfabetismo é maior entre pretos e pardos (6,4%) do que entre brancos (2%). Somente 29,2% dos jovens do País encontram-se matriculados no segundo grau ou no ensino superior. Os extremos vão do Distrito Federal (37,7%) até Alagoas (16,2%), onde a taxa de analfabetismo entre os jovens chega a 15,4%. Como consequência deste quadro geral, o aumento da oferta das pessoas com média qualificação parece ter pro-

vocado, também, um aumento da taxa de desemprego e de informalidade entre estas pessoas.

E uma das explicações para isto está na falta de recursos para a educação. Países em estágio de desenvolvimento equiparável ao do Brasil, como México, Índia, Portugal e Irlanda, estão investindo mais no ensino e ampliando o tempo de instrução escolar de seus cidadãos, segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. México e Irlanda têm investido 18% do seu PIB *per capita* por estudante matriculado, da pré-escola à pós-graduação. E a Índia aplica 16%, enquanto o Brasil investe 14%. Num *ranking* de 45 países, o Brasil tem abaixo de si apenas Rússia e Indonésia, com 11%.

Melhorar o ensino público fundamental e médio para que todos, pobres e ricos, tenham as mesmas chances é uma questão comumente não priorizada. Apesar das iniciativas governamentais, aparentemente inovadoras, os estudos têm revelado que o desempenho educacional tem sido medíocre em termos de qualidade, revelando o caráter excludente do modelo adotado. Continuam altos os índices de evasão, reprovação e repetência, além dos baixos indicadores de desempenho educacional dos alunos da educação básica. A educação infantil continua à margem da política educacional, enquanto se assiste à destruição do ensino médio. Em meio a mudanças, como a reforma do ensino superior e o sistema de cotas, são bem-vindos os instrumentos de avaliação adotados pelo Ministério da Educação, como o Provão. É um bom começo. Evidentemente, é necessário muito mais. O País cresce e ***a qualificação educacional da sociedade é uma urgência inadiável.***

Publicado em 2-5-2004.

RETROCESSO INACEITÁVEL

Com exceção da Carta da ditadura getulista de 1937, todos os diplomas constitucionais brasileiros rejeitaram o princípio da reeleição, em qualquer instância. Em 1891, 1934, 1946, 1967 e 1969, a recondução aos cargos do Executivo e do Legislativo não era prevista, nos diversos textos, justamente por ser considerada instrumento concentrador de poder e por ir contra as normas que norteavam a democracia já naqueles tempos. Somente em 1988, os legisladores tiveram a preocupação de vedar expressamente a reeleição, inclusive – e principalmente – para as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Agora, durante o jogo, querem mudar as regras por meio de uma emenda constitucional que tramita na Câmara.

Mas, como ensina o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, em países onde a consciência de cidadania e dos valores democráticos esteja ainda em processo de evolução, o poder conferido pela reeleição potencializa enormemente o poder: “...*propicia aliciar, cooptar ou submeter indivíduos, instituições, segmentos sociais ou poderes da República, seduzidos por vantagens ou subjugados por pressões diversas...*”. Em artigo intitulado “Reeleição e Moralidade Política”, o professor ainda lembra que é dever dos dirigentes da Nação, “*manter, defender e cumprir a Constituição*” (art.78), “... *sob pena de qualificar-se como um perjuro, seu poder de iniciativa para emendas constitucionais (art. 60, 2º) jamais poderá ser exercido em proveito próprio ...*”.

As regras atuais para as eleições para as presidências da Câmara e Senado são baseadas em princípios democráticos, que têm como pilares a alternância de poder, a renovação das lideranças políticas e a reoxigenação do comando do Legislativo, entre outros. Toda reelei-

ção fora de época transmite a impressão de que o mandato foi ampliado artificialmente para favorecer determinado cenário e perpetuar o poder nas mãos de poucos. Além disso, não faz parte da tradição do Congresso a reeleição no meio da legislatura. ***Isto certamente irá passar para a opinião pública a impressão de casuísmo.*** Uma reeleição a fórceps pode gerar um verdadeiro curto-circuito nas relações entre os partidos. Outro aspecto que deve ser levado em conta é a polêmica que o assunto gera em todos os partidos, sejam eles da base ou da oposição. Muitos já se posicionaram contrariamente, sejam através de suas executivas, sejam através de suas bancadas.

A reeleição para as Presidências do Senado e da Câmara no meio da legislatura – o STF já considerou que a eleição das Mesas no início da legislatura não caracteriza reelegibilidade – afeta a ordem política vigente. Há, ainda, um outro motivo para a inconstitucionalidade da emenda da reeleição. O art. 37, *caput*, da Constituição determina que a administração obedecerá a alguns princípios inafastáveis, entre eles o da moralidade pública e administrativa. É óbvio que o princípio da moralidade se aplica no momento da aprovação das leis, tanto que o art. 55, 1º, estipula que perderá o mandato o representante que perceber vantagens indevidas. O professor Michel Temer, em sua obra “Elementos de Direito Constitucional”, reforça: “*Trata-se de obediência a princípios, não de obediência à literalidade das normas*”.

A extrema insensibilidade diante de fato político tão grave e censurável pode gerar ainda outro efeito lastimável em estados e municípios, permitindo que se perpetuem os comandos das Assembléias Estaduais e Câmaras de Vereadores indefinidamente. O momento exige ações firmes não somente de nós congressistas, mas de toda a sociedade, para impedir que sejam enfraquecidas nossas frágeis instituições democráticas.

Publicado em 9-5-2004.

AS MÃES DO RIO

Na semana em que acabamos de comemorar o Dia das Mães, as mulheres brasileiras merecem uma homenagem por sua contribuição a um processo cujo objetivo maior é garantir o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida. Invadindo, por assim dizer, um campo tradicionalmente dominado pelos homens – o das armas de fogo – as mulheres estiveram presentes na campanha que deu lugar à lei mais importante nesta matéria em todo o continente: o Estatuto do Desarmamento.

Não é segredo que a tão discutida violência armada no Brasil é essencialmente um fenômeno masculino. A grande maioria das mais de 100 vidas que se perdem a cada dia em tiroteios neste País é de homens. No Rio de Janeiro, segundo pesquisas disponíveis, para cada mulher entre 15 e 24 anos morrem 24 homens da mesma faixa etária. Mas não podemos esquecer que, por trás de cada homem morto, fica a dor das mulheres que sobrevivem. Mães, mulheres, filhas, namoradas, avós, irmãs e amigas arcam não só com a perda de um ente querido, mas também com as conseqüências psicológicas do medo e da insegurança. E, na maioria das vezes, com a responsabilidade econômica e social de manter a casa e criar a família sozinhas. Embora sejam homens os que mais usam armas e morrem por elas, é evidente que as mulheres pagam caro por essa violência armada.

Foi baseado nesta realidade, certamente, que surgiu um movimento caracterizado pela combatividade: as “Mães do Rio”. Esta semana, pela segunda vez, recebi em meu gabinete representantes deste grupo. Elas querem ver aprovada, no Senado Federal, um projeto de lei de autoria do Presidente José Sarney que prevê a criação de

um fundo nacional para indenizar as vítimas da violência. Na semana passada, apresentei requerimento, pedindo urgência para o projeto do Senador Sarney porque considero que temos todos esta dívida com as vítimas da violência.

Pude perceber, claramente, nas conversas que tenho tido com as Mães do Rio, que elas têm uma coisa em comum: a dor. Todas perderam filhos – assassinados violentamente no Rio de Janeiro. Um dos fatos lamentáveis é que, segundo elas, os crimes, na maioria, foram cometidos em regiões onde vive a população pobre da cidade. Estas mulheres, corajosamente, enfrentam obstáculos, como a burocracia, a morosidade, dificuldades nas investigações, deficiências e desvios de toda ordem e a falta de políticas governamentais de amparo às famílias. Mas o recado que elas têm deixado pelo País difundiu-se por redes de mulheres organizadas em associações comunitárias, grupos de vítimas e pelos meios de comunicação.

Agora, temos de considerar, também, os desafios que ainda estão por vir. A sociedade brasileira tem uma grande luta pela frente para conseguir a plena implementação da lei. Cabe ao governo, prioritariamente, informar à opinião pública sobre as suas inovações, pois ela contraria costumes – maus costumes, por sinal –, que devem ser modificados. Outro desafio é aprovarmos aqui no Senado, e depois na Câmara, o decreto legislativo que marca a data do referendo popular que vai decidir, no primeiro domingo de outubro de 2005, se a população quer proibir ou não a comercialização de armas no Brasil. A experiência internacional demonstra que essa medida teria um impacto significativo para reduzir as taxas de morte por armas de fogo no País.

É hora de encerrar essa guerra não declarada que está dizimando os nossos jovens. Como diz um dos lemas de campanha das ONGs, “Quem ama, desarma!”.

Publicado em 15-5-2004.

O DIREITO DE SER CRIANÇA

Elas são cada vez menores – meninos e meninas – e se deixam prostituir até por um sorvete. São 125 crianças e adolescentes sofrendo abusos a cada hora no planeta, um milhão por ano. Estão no meio do desamparo, onde numa ponta está a falta de vontade política e, em outra, a miséria. Na semana em que lembramos o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio, temos de aproveitar para refletir o que cada um de nós pode fazer para mudar esta realidade.

Os dados divulgados pelo Unicef são realmente alarmantes. A cada ano, no Brasil, 100 mil crianças são atingidas pela exploração sexual. Mais de 100 crianças morrem por dia, em nosso País, vítimas de maus-tratos – negligência, violência física, abuso sexual e psicológico. Estudos sobre o tema apontam que, além da presença feminina no mercado sexual, há a masculina. Também foi evidenciado o aumento da inserção nessas atividades de mulheres, crianças e adolescentes de classe média, além dos menores das classes menos favorecidas, que têm, em sua maioria, entre 12 e 18 anos. Grande parte é afro-descendente e migra internamente ou é enviada para fora do País. No Brasil, o tráfico para fins sexuais é, predominantemente, de mulheres e garotas negras e morenas, com idade entre 15 e 27 anos.

Uma Convenção da Organização Internacional do Trabalho, do ano de 2000, obriga todo país que a ratificou, entre eles o Brasil, a adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência. A exploração sexual comercial de crianças é definida como uma forma de trabalho e, conseqüentemente, seu combate deve ser en-

campado pelos governos. Na sociedade brasileira, já ficou demonstrado que tratar a exploração sexual apenas do ponto de vista policial não resolve o problema, pois há implicações econômicas, políticas e sociais. Por conta disso, as ações de enfrentamento requerem esforços conjugados, na forma de políticas públicas e ações da iniciativa privada de médio e longo prazos.

Entre as medidas possíveis, poderíamos lembrar que é necessário educar e sensibilizar todos os setores da sociedade, reduzir os níveis de vulnerabilidade das populações em situação de risco social e exercer uma permanente vigilância. É preciso, também, afastar as crianças e os adolescentes da situação de exploração, assegurando o cumprimento dos seus direitos básicos: educação, saúde, convivência familiar e comunitária e atenção integral. Além disso, temos de desarticular e punir pessoas e redes dedicadas à exploração, fiscalizar, denunciar, estabelecer e cumprir medidas de penalização severas e combater a corrupção e a impunidade. ***Sabe-se que existem quase 400 rotas nacionais e internacionais de exploração sexual de menores.*** Por isto, além do trabalho de inteligência e da ação da Polícia Federal para identificar e prender os criminosos envolvidos com prostituição infantil, temos de estimular a criação de conselhos tutelares, cobrindo todos os mais de 5.500 municípios brasileiros. Hoje, estes conselhos existem em apenas 3.009 cidades.

O preconceito, a falta de informações, a tolerância social, o temor e o silêncio a respeito do assunto são barreiras a serem vencidas para acabar com a exploração sexual infantil. Somente o trabalho articulado e em conjunto de diversos setores da sociedade pode ultrapassar essas barreiras e levar milhares de crianças e adolescentes a ter uma vida digna e saudável.

Publicado em 23-5-2004.

ECOS DO PASSADO

Quase 25 anos após a anistia política e 16 anos depois da promulgação da Constituição de 88, o Congresso Nacional acabou, esta semana, de acertar parte da extensa conta do Estado brasileiro com seu passado. Ao aprovar em definitivo medida provisória que amplia, para efeito de indenização pelo governo federal, as situações que podem ser definidas como mortes decorrentes de perseguição política durante o regime militar, o Senado Federal reparou erros de um período negro de nossa história.

Com isso, haverá indenização também para as famílias de pessoas que se mataram depois de serem torturadas ou antes de serem presas. A indenização será estendida ainda a parentes de mortos durante atos de protesto contra o regime militar. Para isso, calcula-se, será necessário fazer um aporte de R\$10 milhões, a título de indenizações para estes casos. Hoje, há mais de 100 requerimentos de indenização, protocolados na Comissão Especial da Anistia do Ministério da Justiça, que até então não podiam ser atendidos porque a legislação não mencionava estes casos.

A medida provisória a que me refiro preenche lacunas não previstas pela Lei da Anistia – da qual fui relator no Senado – que regulamentou o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e, na prática, reconheceu direitos dos que foram atingidos por atos de exceção com motivação exclusivamente política. É, sem dúvida alguma, uma boa notícia para milhares de famílias de perseguidos pela ditadura, que vai corrigir uma enorme injustiça. Este trabalho foi fruto de um longo processo de negociação quase consensual, realizado com parlamentares de diferentes partidos políticos e com re-

presentantes dos anistiados, levando em conta as reivindicações dos atingidos. Muitos deles são sobreviventes, idosos, e a maioria sofre ainda seqüelas da tortura e de tantos atos de crueldade.

Não posso deixar de citar aqui alguns nomes dos que ousaram desafiar as trevas e exigir a anistia, como Dona Teresinha Zerbini, que fundou o Movimento Feminino em 1975, o memorável e saudoso menestrel das Alagoas, Teotônio Vilela, a OAB, a ABI, o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que defendeu os valores cristãos, e o PMDB, cujo congresso, em 1971, em Recife, deu início à marcha pela anistia. Eu mesmo, como deputado estadual e militante dos direitos humanos, participei de diversos atos pelo País e tive a honra de colaborar com a aprovação desta medida, que vai criar condições para repararmos estas injustiças. Além de vidas que se foram, foi seriamente prejudicada a inteligência do País. A série infame de atos ditos institucionais apagou nossas referências cívicas, afetou a cronologia da evolução e, principalmente, feriu a liberdade.

O processo de anistia faz parte da história recente do País. A missão que o destino nos impõe agora é realizar, sem delongas, os anseios daqueles que tiveram suas vidas e suas carreiras profissionais devastadas pelo regime de exceção. Por isto, confio que o Governo Federal será atento às dificuldades e dramas familiares vivenciados por milhares de anistiados e irá se esforçar para facilitar, em curto prazo, a execução dessa importante lei, acelerando o julgamento dos processos. Rogo, também, **para que se destinem, o quanto antes, os recursos financeiros necessários ao pagamento das indenizações** e implantação dos direitos de todos os anistiados.

Publicado em 29-5-2004.

ÁGUA É VIDA

Hantavirose – uma doença infecciosa grave, transmitida por ratos – que já matou quatro pessoas no Distrito Federal. Chuvas no Nordeste, que já deixaram pelo menos 20 mortos em Alagoas e centenas de desabrigados. O que estas duas tragédias têm em comum? Resposta rápida, confirmada por dados recentes do IBGE: mais da metade da população brasileira ainda não tem acesso a serviços básicos de saneamento. São números expressivos e que demonstram o quanto este setor é carente de políticas que estabeleçam condições para seu pleno desenvolvimento.

E este problema não é somente nosso. O quadro mundial também é desolador: mais de um sexto da população mundial – 18%, o que corresponde a 1,1 bilhão de pessoas – não têm acesso a fornecimento de água. Estima-se que até 2050, quando 9,3 bilhões de pessoas devem habitar a Terra, entre 2 bilhões e 7 bilhões de pessoas não terão acesso à água de qualidade, seja em casa, seja na comunidade. O pior é que os mananciais do Planeta estão secando rapidamente, o que vai se somar ao crescimento populacional, à poluição e ao aquecimento global para reduzir em um terço, nos próximos 20 anos, a quantidade de água disponível para cada pessoa no mundo. Doenças relacionadas à água estão entre as causas mais comuns de morte no mundo e afetam especialmente países em desenvolvimento. Segundo dados do Banco Mundial, mais de 2,2 milhões de pessoas morrem todo ano e metade dos leitos hospitalares em todo o mundo estão ocupados por pacientes com doenças causadas pela escassez desses recursos, além de matar 6 mil crianças por dia em todo o mundo.

Os gargalos para a retomada dos investimentos na área de saneamento básico são muitos, além da evidente carência de recursos do setor público de uma maneira geral. A ausência de um marco regulatório estável e de uma política tarifária sólida estão dentre as questões que levam à situação precária que encontramos hoje. Em alguns casos, não há contrato de concessão, nem metas de expansão, nem tarifas definidas. Como alternativa ao Plano Nacional de Saneamento, criado em 1978, o Congresso Nacional analisa, desde 2001, o projeto de lei que pretendia instituir diretrizes nacionais para o saneamento básico. Mas, agora, se prepara para analisar um novo projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Saneamento Ambiental, substituto daquele.

Independente de que rumo tome este debate no Legislativo, o importante é estabelecer as bases para o desenvolvimento de um marco regulatório sólido, de forma que possamos nos concentrar no problema real que é sua viabilização. Sob a ótica do Estado, a implantação de projetos de saneamento por meio das parcerias público-privadas pode representar oportunidade efetiva de financiamento porque não está limitada por restrições orçamentárias e pelo contingenciamento de crédito ao setor público. Na perspectiva do investidor privado, ***as PPPs podem suprir parte das incertezas regulatórias, hoje existentes.***

Mas este é apenas um dos aspectos deste enorme desafio de prover saneamento básico a todos os brasileiros. Não foi à toa que a CNBB escolheu, em boa hora, o tema para a Campanha da Fraternidade 2004 – “Água: Fonte de Vida”. Como se vê, os recursos hídricos, quando mal administrados, podem significar a morte. Mas também é vida e vida é um direito de todos e deve ser protegido pela iniciativa privada, por todos os cidadãos e por aqueles que têm a responsabilidade de governar municípios, estados e nosso País.

Publicado em 6-6-2004.

NEGÓCIOS DA CHINA

A política externa do governo, marcada pela ousadia e agressividade em diversas áreas, tem funcionado como uma alavanca para a imagem do Brasil lá fora. Tal política tem de continuar voltada para a afirmação dos interesses brasileiros e para acordos que privilegiem o desenvolvimento do País, com ênfase na exploração de oportunidades comerciais, atração de investimentos e captação de tecnologias avançadas. A defesa de nossa soberania e a preocupação com o estabelecimento ***de um ambiente internacional mais justo e estável tem de ser um objetivo prioritário dos negociadores brasileiros.***

Assim, o Brasil deve atribuir prioridade à interlocução com aqueles que se valerão das oportunidades de negócios, que darão forma aos investimentos e colocarão em uso as novas tecnologias. A continuidade do diálogo com o setor privado e com todas as forças políticas e sociais do País deve ser uma diretriz do nosso corpo diplomático, assegurando lugar ao setor privado em consultas e mesmo na composição de delegações brasileiras.

Importantes desdobramentos ocorreram e precisam continuar acontecendo em nossa política de integração regional, começando pela revitalização do Mercosul. A América do Sul deve ser sempre uma pedra angular de nossa política para o hemisfério. Dez dos doze países sul-americanos já estão ligados por acordos de livre comércio. Da mesma importância é o papel que o Mercosul tem desempenhado para propiciar-nos condições mais equitativas de inserção no comércio internacional, pela abertura a outros países ou blocos regionais. O acordo Mercosul – União Européia, por exemplo, encontra-se em fase importante de negociação e deve ser concluído até outubro de 2004.

A visita do Presidente Lula à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia, em dezembro do ano passado, foi a primeira realizada por um Chefe de Estado do Brasil ao Oriente Médio desde a Proclamação da República. Mas, sem dúvida alguma, a viagem à China foi o ápice da política externa brasileira até aqui. Estive naquele País em 1989, quando pude ver de perto suas potencialidades e conhecer um pouco de sua cultura. A China foi o terceiro maior mercado para nossas exportações em 2003 e constitui um parceiro estratégico com o qual poderemos ampliar a cooperação bilateral e o diálogo político. São inúmeras as possibilidades de comércio, investimentos e empreendimentos conjuntos, alguns já em realização. Do aço ao *software*, da ferrovia ao turismo, dos satélites à soja, do álcool ao café – em tudo, a China se revela um verdadeiro parceiro estratégico.

A nossa confiança no sistema multilateral de comércio se viu recompensada, recentemente, com o anúncio da decisão favorável tomada pelos árbitros no painel que o Brasil abriu contra os EUA na OMC sobre os subsídios ao algodão. Essa decisão, além do impacto imediato nada desprezível sobre este produto, ajudará a avançar nas negociações para a eliminação de subsídios à exportação e a redução substancial dos subsídios internos. A vitória no painel foi algo que o Brasil conquistou para si, mas também para todos aqueles que são injustamente penalizados por subsídios bilionários desembolsados por certas economias desenvolvidas.

Enfim, considero que a sociedade brasileira tem de enfrentar diversos desafios. Reduzir as disparidades de natureza econômica, de natureza social, de natureza étnica e de gênero. Desafios seculares, agora inadiáveis. A síntese dessas disparidades é a extraordinária concentração de riqueza e de renda e a fome é a sua expressão mais dramática. Eliminar as vulnerabilidades externas que constroem o nosso desenvolvimento econômico, político e social é igualmente tarefa inadiável, inclusive para podermos executar políticas públicas que reduzam com eficácia estas disparidades.

Publicado em 13-6-2004.

FALTOU CRIATIVIDADE

O primeiro aumento de preços da gasolina e do óleo diesel desde 2003 trouxe de volta o antigo, embora atual, debate sobre a fórmula de reajuste dos combustíveis, baseada hoje numa política de manter preços alinhados com as cotações internacionais. O argumento dos órgãos que regulam o setor é que, com os preços do petróleo no mercado internacional no novo patamar, entre US\$35 e US\$37 por barril, ficou insustentável manter os preços como estavam.

O que não se disse é que o reajuste ficou bem acima do esperado pelo mercado: algo em torno de 5,5%. O preço da gasolina e do diesel vendidos pela Petrobras em suas refinarias subiu em torno de 10%, sem considerar os impostos. De acordo com os primeiros levantamentos, os aumentos para os consumidores, que deveriam ficar em torno de 4,5%, no caso da gasolina e de 6,4% para o óleo diesel, passaram de 11% em muitos estados e podem ir além, caso algum setor da cadeia eleve também suas margens de lucro. A primeira consequência prática na economia foi outra frustração na trajetória de queda das taxas de juros, mantida semana passada pelo Copom em 16% ao ano.

Como se vê, os reflexos do aumento dos preços dos combustíveis são amplos e profundos. Por isto, desde o Governo passado, tenho batido na tecla de que não podemos seguir uma fórmula de aumentos baseada apenas na realidade internacional. É preciso rever a política de repasse das oscilações do petróleo no mercado internacional, já que o Brasil importa apenas 10% do que consome e deve se tornar auto-suficiente no ano que vem. Uma das saídas de longo prazo está no investimento em energia renovável, como o álcool. En-

quanto a energia fóssil é limitada, concentrada em ponto determinado e altamente poluente, a renovável é infinita, descentralizada e limpa. E lembro que os reajustes não afetam somente quem tem carro. O preço do gás de cozinha certamente subirá também, penalizando as famílias de menor renda que dependem dele para comer.

Falando em sobrevivência, gostaria de aproveitar este espaço para discutir outro assunto atual: o reajuste do salário mínimo. Espero, sinceramente, ter sido este o último ano em que sua elevação foi tratada por meio de medida provisória. Sou francamente favorável à implementação de uma política de recuperação do piso salarial até que ele alcance o valor necessário para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, como o acesso à educação, saúde, moradia e segurança. O dilema contínuo da política de fixação do salário mínimo no Brasil tem sido conciliar estes objetivos com as restrições de ordem fiscal. A transposição dos obstáculos da elevação do mínimo nos caixas da Previdência e das prefeituras requer identificação de fontes de financiamento e enorme esforço político. A cada ano, discute-se o aumento de forma irresponsável e oportunista, cabendo ao Governo, qualquer que seja ele, apresentar as limitações impostas pela necessidade do equilíbrio fiscal.

Para tornar o salário mínimo parte de uma política global e viável de distribuição de renda, temos de estabelecer e cumprir metas futuras, mas também executar ações emergenciais que temos discutido no Congresso, como a ampliação de programas como o Bolsa Família. ***O salário mínimo é um elemento fundamental para a economia deixar a estagnação.*** De forma contrária ao que muitas vezes procura-se difundir no País, a elevação real do salário mínimo pode atuar contra o desemprego e favorecer a expansão do emprego formal. Uma nova política para o salário mínimo não deveria visar apenas impor limites à exploração da mão-de-obra, mas também contribuir para que as desigualdades sociais não se tornem insuportáveis e para a construção de uma sociedade mais justa.

Publicado em 20-6-2004.

O ENGENHEIRO DA LEGALIDADE

Leonel de Moura Brizola soube, como poucos, construir o futuro do nosso País. Ele não precisou deixar a vida para entrar na história. Já tinha garantido seu lugar na seleta galeria dos líderes políticos carismáticos por sua extensa biografia de batalhador, de homem público compromissado com bandeiras como a da educação. Brizola foi um grande estadista, um trabalhista, um legalista, uma pessoa com fortes convicções democráticas. Sem ele, a história do Brasil teria sido outra. Suas memórias vão ficar para as gerações futuras como um exemplo de dignidade, de combatividade, de moralidade.

A formação política deste gaúcho adotado pelos cariocas era de um tempo em que prevalecia o Estado forte, a defesa das nossas instituições e das nossas empresas. Suas posições foram um importante contraponto na discussão em torno da globalização, do liberalismo excessivo, selvagem, sem fronteiras ou limites. Leonel Brizola fez política até o último momento da sua vida, coerente com suas idéias. Brasileiro, mais do que ninguém, pensava num país construído pelos brasileiros. Na economia, era de uma geração que viu a industrialização do Brasil sendo puxada por empreendimentos e viu o acerto da campanha “O petróleo é nosso”. Foram suas convicções que o levaram a encampar a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária de uma empresa internacional. Por isto, foi um adversário ferrenho da privatização e da abertura ao capital estrangeiro que resumia numa de suas famosas expressões: “as perdas internacionais”.

Na política, Brizola foi pioneiro ainda não superado numa questão que só agora começa a ser encarada mais seriamente: a busca de uma representação política com diversidade. O PDT que Brizola

fundou logo que retornou do exílio era multifacetado étnica e ideologicamente. Não era como tantos partidos formados exclusivamente por homens, e brancos. Ele era uma referência para as esquerdas e um adversário respeitado pelos conservadores. No governo do Rio de Janeiro, elegeu como mais importante um ponto que é de fato um dos principais desafios do Brasil – a educação de qualidade para os pobres. Os Cieps foram uma tentativa de construir boas escolas, sólidas e com espaço para esporte e lazer, que mantenham as crianças das áreas de periferia durante todo o dia em salas de aula. Essa preocupação tinha uma razão: ele mesmo fora uma criança pobre que chegou aonde chegou por acreditar na educação. Além disso, a cultura popular sempre mereceu sua atenção. Basta lembrar o sambódromo...

Líderes são aqueles que em momentos decisivos ficam do lado certo, das instituições, das leis e da Constituição. Leonel de Moura Brizola entra para a história deixando ao País este legado: em qualquer situação, por maior que seja a crise, o caminho é sempre o da legalidade. Ele deixa uma marca de patriotismo, de amor – sem dúvida – ao Brasil. Foi um exemplo daquilo que nós mais precisamos: seriedade e honestidade na coisa pública. ***Fica uma lembrança para as novas gerações de que é preciso tratar a coisa pública como coisa séria, muito séria.***

Com ele, se encerra uma época em que a política era feita com idealismo, com paixão e até com uma certa dose de romantismo. Foi um protagonista de seu tempo. Hoje, nós temos muitos coadjuvantes, mas ele participou de uma geração de homens realmente excepcionais, que faziam a história. Ao lado de Tancredo, Ulysses, Teotônio e Jango, Brizola vai se juntar à galeria dos que mudaram os rumos do Brasil.

Publicado em 27-6-2004.

A DEMORA QUE MATA

O mais ambicioso projeto de combate à violência e à criminalidade deste País está ameaçado. Sancionado no final do ano passado, depois de passar mais de seis anos em discussão no Congresso Nacional, o Estatuto do Desarmamento está correndo o sério risco de ir para a vala comum das leis que não pegaram, se não tomarmos algumas medidas que apressem sua implementação.

É preciso, neste momento, dar maior celeridade à regulamentação da lei, cujo decreto, no momento em que escrevia este artigo, estava para ser editado pelo Presidente Lula. Sabemos perfeitamente que o combate à violência é um tema complexo, que enfrenta diversos obstáculos, como a burocracia, a morosidade, dificuldades nas investigações, deficiências, desvios de toda ordem e a falta de políticas governamentais que enfrentem, em longo prazo, as causas e efeitos da criminalidade. Mas, como bem ensina a sabedoria oriental, uma longa caminhada começa com o primeiro passo. O Estatuto do Desarmamento não pode ficar a mercê do *lobby* dos fabricantes de armas.

Por isto, qualquer atraso, qualquer demora, põe em risco o sucesso da lei e decepciona profundamente a sociedade, que acredita no desarmamento como forma essencial para a redução dos homicídios. Esta é uma questão de prioridade. É imprescindível dar a importância devida para a segurança pública e para o Estatuto do Desarmamento. Vejam, por exemplo, o caso das polícias em todo o país que aguardam uma decisão sobre o Estatuto, uma vez que as corporações precisam decidir estratégias para agir no combate ao uso indiscriminado de armas de fogo.

O atraso na implementação do Estatuto também tem facilitado a entrada ilegal de armamento no País. Muita gente acaba comprando uma arma fora da lei. Isso só ajuda a abastecer o crime organizado. Quanto maior a espera, maior será o tempo para que entrem em vigor determinados artigos do Estatuto, como por exemplo o que se refere à marcação de lotes de munição, instrumento crucial para o rastreamento de desvio de cartuchos, pois grande parte dos projéteis usados no Brasil é fabricado no País.

E, enquanto nada acontece, gente armada está sendo beneficiada. Acho mesmo que a demora serve até de incentivo. Os jornais noticiam, diariamente, que têm sido concedidas liminares, por todo o País, a gente que porta arma e faz uso dela. Uma das idéias que poderíamos adotar seria o lançamento de uma ***Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas***, com o apoio e a participação do Governo Federal, dos governadores, dos prefeitos, da sociedade, das ONGs, enfim, de todos.

Agora, temos de considerar, também, os desafios que ainda estão por vir. A sociedade brasileira tem uma grande luta pela frente para conseguir a plena implementação da lei. Falta concluir na Câmara dos Deputados a votação do decreto que vai marcar para o início de outubro de 2005 o referendo em que a população vai dizer se aceita ou não proibir a venda de armas e munições no Brasil. Cabe ao governo, prioritariamente, informar à opinião pública sobre as inovações do Estatuto do Desarmamento, pois ela contraria costumes – maus costumes, por sinal –, que devem ser modificados.

Não podemos permitir que a indústria das armas ganhe no terceiro turno. É hora de encerrar essa guerra, não declarada, que está dizimando jovens e adultos.

Publicado em 4-7-2004.

A SEGURANÇA NAS ESTRADAS

A bela cidade de Fortaleza sediou, na semana passada, a formatura de mais uma turma de policiais rodoviários federais, a qual tive a enorme honra de emprestar meu nome. Foram 150 novos profissionais dos 2.200 que conseguiram vencer um processo de seleção que envolveu mais de 600 mil candidatos. São homens e mulheres que trabalharão nas nossas estradas com a responsabilidade de garantir um ambiente favorável ao trânsito de famílias e o escoamento da produção agropecuária, comercial e industrial. Esses novos policiais irão combater criminosos, contrabandistas, traficantes que – quando conseguem – trafegam levando o perigo e a insegurança, com seus negócios e atividades escusas.

Com os policiais rodoviários, tenho uma história antiga de convergência. Juntos, lutamos para dotar o Departamento de Polícia Rodoviária de melhores condições material e humana, a começar pela Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição Federal. Na ocasião, integrei o grupo de parlamentares que fixou o papel constitucional da Polícia Rodoviária Federal, no artigo 144, da Carta de 1988. Dois anos depois, já como líder de governo, coordenei, ao lado do ex-Deputado Euclides Scalco, a transferência da Polícia Rodoviária Federal do Ministério dos Transportes para o âmbito do Ministério da Justiça, inaugurando a reestruturação da entidade.

Como Ministro da Justiça, em 98, priorizei a implantação do Plano de Carreiras, valorizando o quadro profissional da PRF. À época, praticamente equiparamos a remuneração dos policiais rodoviários à dos policiais federais. Tive oportunidade de trabalhar ainda para reequipar material e tecnologicamente a instituição, num in-

vestimento de cerca de R\$38 milhões. Esse aparelhamento foi decisivo para que a Polícia Rodoviária Federal ***desse exemplo ao País e ao mundo na implementação do Código Nacional de Trânsito***, poderoso instrumento de cidadania e humanização.

Em praticamente todo o território nacional, é possível encontrar um agente rodoviário. Muitos estão isolados, em estradas, em condições profissionais precárias. Em alguns casos, esses homens aparecem como as únicas autoridades em regiões isoladas, resolvendo brigas de família, ou até fazendo partos de emergência. Por isso, é preciso levar adiante o projeto de informatização e reforma dos postos, dando melhores instrumentos a esses policiais.

A verdadeira história da Polícia Rodoviária Federal é feita de atos heróicos e espírito público, desde os idos de 1928, quando o então Presidente Washington Luís criou a Polícia de Estradas. Os novos agentes devem ter sempre em mente que o dia-a-dia da profissão é mais difícil do que os obstáculos enfrentados até à formatura. São homens e mulheres que, amanhã, estarão nas estradas ajudando o País a superar suas dificuldades, vencer seus desafios e nos colocar, novamente, nos rumos da prosperidade e do desenvolvimento com justiça social.

Publicado em 11-7-2004.

A SAÚDE SEM PLANOS

Está em curso uma nova onda de abusos praticados pelas seguradoras de saúde contra os consumidores. Volto a bater nesta tecla porque o que está em jogo é a saúde, a qualidade de vida e, portanto, a própria existência da população, principalmente de quem tem menos condições de recorrer a planos mais caros. Desde o mês passado, donos de contratos assinados até 2 de janeiro de 1999 – antes da lei que regula o setor – vêm recebendo cartas sobre reajustes. Segundo a imprensa, somente duas das maiores empresas notificaram mais de 300 mil pessoas, com índices de aumento que chegam a 82%.

Isto tudo apesar dos Procons de todo o País terem se reunido em Brasília há poucos dias e, com o apoio da Agência Nacional de Saúde Complementar, terem decidido que as seguradoras e operadoras de planos de saúde não podem aplicar reajustes superiores a 11,75% nos contratos antigos. O entendimento geral é que existe abusividade nos reajustes superiores ao permitido e que, se as empresas insistirem em aplicar aumentos maiores, estarão descumprindo o Código de Defesa do Consumidor e as normas da ANS.

Não se pode tolerar a violação dos direitos dos consumidores. Se for preciso, devem ser aplicadas multas expressivas, e outras penalidades, contra as empresas que estiverem desafiando a supervisão do Governo porque o mercado pode ser livre, mas é regulado por leis e regras que não podem ser desacreditadas. O que está em jogo é a estabilidade de todo o mercado de saúde suplementar do País e a credibilidade dos agentes reguladores. E mais: a vida de milhares de brasileiros que, com a deterioração dos serviços públicos de saúde, se vêem obrigados a recorrer cada vez mais aos planos privados de medicina.

Nesta luta, o papel dos usuários é fundamental para ajudar na fiscalização. Quem se sentir lesado, deve procurar os órgãos de defesa do consumidor de suas cidades para a abertura de processos administrativos e, se for o caso, também o Ministério Público, a OAB e outras entidades para abrir ações judiciais contra os planos. Acredito que o entendimento homogêneo dos órgãos e entidades de defesa do consumidor sobre esta questão de saúde deverá ser muito importante para ações mais qualificadas, visando a proteção dos direitos dos consumidores.

Não pode prevalecer o argumento equivocado, apresentado por algumas empresas a milhares de beneficiários de seguros antigos, de que isto é uma tentativa de “salvar” carteiras desequilibradas – em que os custos com assistência superaram os das mensalidades. Além do evidente abuso dos aumentos muito acima da inflação, há a questão da defasagem – esta sim – dos honorários dos profissionais da área de saúde. Segundo a Federação Nacional dos Médicos, a tabela de remuneração da categoria está congelada há 10 anos. Em contrapartida, os convênios repassaram para seus usuários reajustes superiores a 200% nos últimos 7 anos. Em todo o País, entidades médicas brigam para que operadoras de planos de saúde incorporem o valor de consulta fixado pela Associação Médica Brasileira de R\$42. A média, na maioria dos estados, é de R\$25.

Ao encerrar, gostaria de lembrar que tudo o que foi dito aqui tem como princípio a garantia constitucional expressa no Título VIII – “Da Ordem Social”, que disciplina o direito ao bem-estar e justiça social que se traduzem na redução do risco de doenças e outros agravos e o ***acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.***

Publicado em 18-7-2004.

CRIMES MODERNOS

O aumento do número de internautas no País – bem como do uso da internet para compras e transações financeiras – vem acompanhado de preocupações com segurança por causa dos crescentes golpes na grande rede. Há casos de desvio de dinheiro de *home bankings*, pornografia infantil, estelionato, apologia e incitação ao crime. Apesar disso, menos de 20% dos crimes cometidos na internet são divulgados. E esta é considerada, pelos especialistas, uma afirmação otimista sobre o lado mais obscuro da rede mundial de informações.

De acordo com empresas fabricantes de *software* antivírus com escritórios no Brasil, o grande volume das pragas virtuais é de *websites* falsos de bancos ou serviços pagos, os chamados *phishing scams*, que enganam o usuário através de um visual convincente, muitas vezes idêntico ao da empresa utilizada como isca. O internauta desavisado pode cair facilmente nesse golpe.

Para alguns delitos praticados na internet, há previsão na legislação brasileira. Contudo, ainda são poucos os advogados que cuidam destes tipos de caso, porque a legislação específica é escassa. O que existe, hoje em dia, são leis que punem em relação à consequência. Não existe, por enquanto, qualquer legislação que puna o uso da internet, especificamente, apesar do *hacker* cometer uma seqüência de delitos até chegar ao crime final.

Foi por isso que, ***em 2000, apresentei projeto de lei tipificando os delitos de informática.***

Em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, espero que a matéria volte a ser debatida com a prioridade que merece nos próximos meses, para podermos estabe-

lecer penas mais rigorosas para estes crimes tipificados. Acredito que, a partir da aprovação da lei, a tendência é de que o número de crimes de informática diminua, já que a punição aos crimes será muito mais contundente que a atual. A lei deverá prever situações como a reincidência no crime eletrônico, que atualmente ainda não existe.

Como, hoje em dia, ainda é difícil punir o autor do delito, o melhor mesmo é estar sempre prevenido contra qualquer tipo de dor de cabeça decorrente de crimes de internet. Para isso, utilize *softwares* antivírus atualizados e programas de proteção, como *firewalls*. A vítima do crime de informática muitas vezes se sente incapaz ou resignada de tomar qualquer atitude justamente porque esse é um tipo de crime que não tem face, o criminoso é anônimo e se esconde através de uma tecnologia que poucos têm conhecimento suficiente. E não deveria ser assim. O usuário deve correr atrás de seus direitos e se proteger com apoio da Justiça.

A apuração de responsabilidades nos crimes de internet é tarefa primordialmente das autoridades judiciárias e polícias, que para isso devem equipar e preparar setores e pessoal especializados na investigação e apuração nessa modalidade criminosa tão peculiar.

Conhecimento, capacitação e a formação de *experts* são estratégias vitais para a formação de uma unidade capaz de rastrear, identificar e imputar a responsabilidade ao agente do crime.

Publicado em 25-7-2004.

JUSTIÇA E CIDADANIA

Tenho insistido em dizer que somente teremos um Judiciário forte e independente a partir de uma reforma processual, do fim da litigância irresponsável, da informatização dos procedimentos judiciais, da constante ampliação dos serviços da Defensoria Pública e dos Juizados Especiais. Hoje, ninguém duvida da importância de uma Justiça rápida e eficaz. Nada é mais pernicioso à sociedade do que a prestação jurisdicional deformada pelo tempo. Justiça barata, expedita e universal, acessível a todos, precisa garantir a igualdade entre os cidadãos. E este deve ser o norte da atual evolução da Justiça brasileira: a democratização do acesso, pois quem mais perde quando isso não acontece é justamente aqueles que têm menos recursos e condições de fazer valer seus direitos.

E o Brasil tem avançado nesta direção. Uma das grandes novidades no processo de modernização do Poder Judiciário é a chamada Justiça Itinerante. Inspirada na chamada Justiça de Bairro, é uma iniciativa que dá maior conforto ao cidadão, resolvendo vários de seus problemas sem que, para isso, precise desembolsar ao menos um centavo. Quando ocupei o Ministério da Justiça, encaminhei Proposta de Emenda Constitucional que autorizou a criação dos Juizados Especiais na esfera do Poder Judiciário Federal – a exemplo da bem sucedida experiência da Justiça Estadual – e, mais tarde, já de volta ao Senado, colaborei para que o Projeto de Lei dos Juizados Especiais Federais fosse aprovado rapidamente.

Atualmente, os Juizados Especiais Federais já são realidade, inclusive em Alagoas, beneficiando milhões de segurados do INSS, servidores públicos e mutuários da casa própria. Sem custas, a rotina

processual dos Juizados Especiais agiliza os julgamentos dos conflitos cíveis e criminais menos complexos. A parte não precisa ser representada por advogado e os cansativos precatórios foram abolidos, permitindo o pagamento das condenações em até dois meses após a decisão final.

Uma outra medida para a qual colaborei foi a criação de instâncias de mediação de conflitos, no âmbito das relações de trabalho – as chamadas Comissões de Fábricas. Nessa forma de solução de litígio, prevalece o acordo entre as partes e o cumprimento espontâneo da lei, descongestionando o Judiciário. Sabemos que um juiz brasileiro suporta o maior volume de serviço do mundo – aqui, a média é de um juiz federal para 270 mil habitantes e um juiz de direito para 30 mil habitantes. Na Europa, a média é de 1 juiz para 7 mil habitantes. Também lutei pelo projeto de lei que reestruturou os Tribunais Regionais Federais, aumentando o número de juízes. Com isso, o trabalho da 2ª Instância da Justiça Federal ganhou maior rapidez.

Na reforma do Judiciário, no Congresso Nacional, defendi com entusiasmo, entre outras medidas, a implantação de varas especializadas em conflitos fundiários. Para o cidadão, é importante que também seja ampliado o funcionamento das Defensorias Públicas. Isso é possível por meio de convênios com as organizações não-governamentais, destinadas a prover assistência jurídica aos necessitados. Outro aspecto fundamental é dar efetividade ao modelo de autonomia financeira do Poder Judiciário. Porém, ***é preciso que ocorra uma drástica mudança nos ritos processuais e na organização judiciária.***

Publicado em 1º-8-2004.

GUERRA SEM TRINCHEIRA

Os números são simplesmente aterradores: um levantamento feito pela *Folha de S.Paulo* em 26 estados e no DF, com dados das secretarias estaduais de segurança e de corporações policiais, mostrou que, a cada 17 horas, um policial civil ou militar é assassinado no Brasil, estando em folga ou em serviço. Entre janeiro e a primeira quinzena de julho, pelo menos 281 policiais civis e militares foram mortos.

Comparado a outros países, o número é alto. Nos EUA, 34 policiais foram mortos no mesmo período. Na Colômbia, que enfrenta uma guerrilha desde a década de 40, foram 65. Na Grã-Bretanha, apenas um policial foi morto neste ano. Mais da metade dos policiais (197, ou 71%) assassinados no Brasil não estava em serviço. A Polícia Militar apresenta o maior número de baixas: 225, sendo que 176 estavam em folga. A Polícia Civil teve 56 assassinados, 35 no horário de trabalho. Um policial é morto em folga nas mais diversas situações. Pelo levantamento, o Rio de Janeiro é o estado onde ocorreu o maior número de mortes, 81 (69 PMs e 12 civis). São Paulo vem em 2º, com 59 mortes – 51 na PM e oito na Civil. Na Bahia, que ficou em 3º, a maioria dos policiais mortos fora do serviço reagiu a roubos em ônibus. Outro risco é o policial ter a função descoberta por criminosos. Muitos morrem por vingança. No Rio, boa parte das mortes de policiais em serviço não ocorre em confronto com criminosos, mas em ataques de traficantes.

Os sociólogos avaliam que morre mais policial no Brasil porque aqui se combate a violência com violência e não se cuida com eficiência das causas da criminalidade. Com isso, há muitas mortes em

ambos os lados. Para alguns, morrem mais policiais aqui que lá fora porque em outros países se respeita mais a autoridade. Nos Estados Unidos, uma pessoa pensa duas vezes antes de atacar um policial porque sua pena pode ser multiplicada. No Brasil, se o indivíduo atacar um policial, só é preso imediatamente se for flagrante. Claro que, como o índice de homicídios aqui é três vezes maior que lá, os policiais brasileiros têm três vezes mais chances de serem mortos.

Além dos fatores conjunturais, há outras questões específicas que afetam diretamente a vida dos agentes da lei. É correta, por exemplo, a avaliação de representantes das associações de policiais no Brasil com quem tenho conversado de que o número de profissionais mortos é inversamente proporcional aos rendimentos que eles recebem. Os baixos salários levam os policiais a morar em favelas, onde o risco de serem atacados é maior. Diante desse quadro, ***apresentei projeto de lei, criando um programa de subsídio habitacional para os policiais do Brasil.*** É proposição simples, mas que ratifica o objetivo de melhorar as condições de moradia dos nossos policiais, com implicações positivas no desempenho diário desses homens.

Todos os números citados neste artigo são chocantes, que dão a noção exata de como anda a segurança pública no Brasil. Se os agentes da lei são alvo de tamanha matança, que dizer então da população civil? Por isto, não podemos descuidar também das políticas públicas de segurança, justiça e penitenciária para conter o crescimento dos crimes, das graves violações dos direitos humanos e da violência em geral. Como aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor lei e ordem, é preciso agir logo com ações emergenciais e com medidas de médio prazo para salvar as vidas de quem tem se sacrificado para fazer cumprir a lei.

Publicado em 8-8-2004.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMPETITIVIDADE

É de indiscutível importância, no contexto atual, a inserção do Brasil na chamada economia globalizada. Essa decisão é importante não só por razões ideológicas, mas em função de interesses estratégicos, que, se explorados com instrumentos de negociação adequados, tendem a proporcionar resultados vantajosos para a nossa economia. Uma inserção nesse modelo econômico, no entanto, não deve se descuidar do regular funcionamento dos mecanismos de mercado, condição indispensável para atrair novas inversões. O Estado, no âmbito de sua intervenção no mercado, deve respeitar sempre a capacidade empreendedora, ou seja, a livre iniciativa, ponto que mereceu realce do próprio legislador constituinte.

Em situações como a do Brasil, que passa por um processo de consolidação da estabilidade macroeconômica, o mercado, “per si”, não é capaz de alocar eficientemente e de maneira justa os recursos da economia, embora reconheçamos que estamos construindo um cenário com menores incertezas para os agentes econômicos. Faz-se necessário, portanto, a intervenção do Estado, no intuito de corrigir eventuais distorções ou lacunas não preenchidas pelas forças de mercado. Naturalmente, a intervenção a que nos referimos não é a que opera o paternalismo financeiro, já que esta, contrariamente, distribui injustamente a renda, resultando em ineficiência alocativa .

Diversas correntes teóricas da economia têm se dedicado ao estudo da industrialização. Não pretendemos aqui expor tais linhas de pensamento, mas registramos nossa simpatia pelas teorias que primam por uma política pautada na melhoria das condições de con-

corrência empresarial, via competitividade, sobretudo em áreas estratégicas. As ações de Governo, em parcerias com o setor produtivo, devem primar por soluções e resultados nas áreas de normas técnicas, financiamentos, defesa comercial, fiscalização de produtos importados, mecanismos de comercialização, melhoria de qualidade de matérias primas ou insumos intermediários, estímulos ao processo de inovação tecnológica, apoio a arranjos produtivos regionais, dentre outros.

Na verdade, o eixo de competitividade implica sedimentação de outros objetivos de política econômica, uns a prazos médios, outros no longo prazo. De qualquer forma, o foco na competitividade aciona a qualificação mais efetiva da mão-de-obra e o acesso das empresas a linhas de crédito mais baratas e com prazos mais alongados. Neste último ponto, chamamos a atenção para o fato de que tal acesso a operações de longo prazo estabelece concorrência nos mercados de crédito, favorecendo a queda do custo interno do capital. Como se vê, há perfeita adequação aos atuais objetivos de política monetária do Governo. Além de tudo, a competitividade, sobretudo do setor exportador, contribui com as atuais linhas macroeconômicas do Governo, na exata medida em que patrocina a redução da vulnerabilidade a eventuais choques externos. A atuação governamental de apoio financeiro à competitividade, nesse contexto, deve pautar-se em alguns princípios, como o da responsabilidade fiscal (com ênfase na capacidade financeira do setor público), da transparência dos custos envolvidos e dos respectivos benefícios sociais e do estabelecimento claro de metas e prazos de cumprimento para os projetos.

O Congresso Nacional, por sua vez, é ator nessa dinâmica. Levando-se em conta o ano atípico, caracterizado pelas eleições municipais, estimo que se deva ***orientar ainda mais a energia do Parlamento para as matérias tidas por necessárias e indispensáveis à continuidade do crescimento econômico e à inclusão social.*** Fora dessa agenda, não há salvação.

Publicado em 15-8-2004.

O FUTURO DO MERCOSUL

O País está diante do desafio de definir as estratégias brasileiras na complexa e abrangente agenda econômica e comercial em que estamos envolvidos. O objetivo é gerar condições de fato para acelerar o processo de retomada do crescimento econômico e de geração de empregos. Embora esse tema venha ganhando crescente espaço, é imperativo aprofundar o debate para que a sociedade brasileira esteja informada quanto aos impactos que as diferentes alternativas terão sobre o desempenho do desenvolvimento do País. Nesse campo, o Brasil não pode correr o risco de cair no imobilismo.

Os processos em curso são muito heterogêneos quanto a objetivos, parceiros e poder relativo do País. Estamos enfrentando, por exemplo, fases decisivas nas rodadas de negociações multilaterais no âmbito da OMC e em complexas negociações com nossos principais parceiros de comércio e de investimentos – a União Européia e os Estados Unidos. Além disso, estão em andamento conversas com a Comunidade Andina, com o Oriente Médio, o Extremo Oriente e nações africanas.

Mas, talvez, um dos desafios mais complexos da agenda externa seja o Mercosul. ***Não podemos recuar no processo de integração sub-regional, mesmo que neste momento tenhamos mais custos que benefícios.*** Entre os custos mencionados com frequência, estão os constrangimentos ao avanço em negociações comerciais bilaterais decorrentes das obrigações com a União Aduaneira. Se esses custos devem ser considerados, não se deve também subestimar as vantagens que o bloco traz para a economia brasileira: cerca de 90% das exportações do Brasil

para os demais parceiros são compostos de produtos manufaturados. A participação das empresas de menor porte nas exportações para o Mercosul é superior à participação na média global das exportações brasileiras e a União Aduaneira é apontada por investidores estrangeiros como fator importante de atração. Além disso, o bloco tem constituído uma plataforma importante para as negociações externas brasileiras. Na medida em que seja possível aprofundar os compromissos regionais, provavelmente menores serão as dificuldades colocadas pelos parceiros na agenda de negociações externas.

O Mercosul tem importância capital no processo de inserção internacional do Brasil e o objetivo de consolidar o projeto e aprofundá-lo não deve ser abandonado. As dificuldades atuais por que passam as economias do bloco não devem embaçar a dimensão estratégica que o Mercosul tem para o Brasil. É essencial que o País lidere o processo de resgate do projeto original, lançando as bases da consolidação e do aprofundamento da União Aduaneira. O Brasil tem de adotar uma postura muito ativa na formulação de propostas para reconstruir o projeto sub-regional, entendendo, aqui também, que o exercício da liderança envolve benefícios e custos.

Embora seja custoso para o País participar dessa multiplicidade de iniciativas, o avanço do regionalismo no comércio internacional não permite posturas de isolamento daqueles que atribuem às exportações papel relevante para suas expectativas de crescimento econômico. Para fazer frente a esses desafios, o governo deverá enfrentar também uma vasta agenda doméstica. No topo dessa agenda, está a remoção dos conhecidos componentes do chamado “custo Brasil” e a definição de marcos regulatórios mais perenes, além da aprovação de proposições que estamos analisando no Congresso Nacional, como as Parcerias Público-Privadas, a Reforma do Judiciário, a Lei de Falências e o projeto de biossegurança.

Publicado em 22-8-2004.

PPP, PMDB e a GOVERNABILIDADE

Num momento em que o País atravessa enormes desafios, não podemos esquecer que, paralelamente ao equilíbrio macroeconômico, faz-se necessária a estabilidade das leis e dos marcos regulatórios. Minha maior preocupação, neste momento, é colaborar com o debate legislativo para a criação de um ambiente propício que proporcione mais investimentos e crescimento econômico.

Vejam, por exemplo, o caso das Parcerias Público-Privadas, que são verdadeiros contratos de longo prazo. No caso das PPPs, além da credibilidade da política econômica, é indispensável que haja um ambiente de perenidade normativa, principalmente quanto à estabilidade contratual. Diante disso, **apresentei** esta semana ***Proposta de Emenda à Constituição que veda a edição de medidas provisórias em matérias relativas a contratos***. O objetivo central da proposição é oferecer maior segurança jurídica às leis brasileiras que versem sobre temas contratuais, reduzindo assim as incertezas quanto a eventuais alterações ao longo do tempo.

A estabilidade das leis e dos marcos regulatórios é garantia para o cidadão e se revela uma condição necessária para a retomada dos investimentos, ainda mais quando as leis regulam os contratos. É o caso, por exemplo, das Parcerias Público-Privadas. Na verdade, como as PPPs serão veiculadas por lei ordinária, qualquer medida provisória poderia alterá-las ao longo do tempo. Penso que esta PEC servirá como uma “blindagem” às Parcerias. É uma garantia adicional, um mecanismo de redução de incertezas. Com a emenda, as alterações

somente poderiam ser feitas com a prévia anuência do Congresso Nacional, o que é positivo para os investidores e para os contribuintes. Claro que, com relação às Parcerias, alguns gargalos precisam ser removidos.

Mas tudo tem de ser feito em função das conversações, inclusive com as oposições. Temos de retomar o debate em torno da Reforma do Judiciário, das PPPs, da biossegurança, das agências reguladoras, enfim, da agenda legislativa que interessa ao Brasil. Na maioria das vezes, a negociação política não se faz apenas com quem se quer. As grandes estratégicas nacionais devem sim merecer as opiniões das oposições. Onde há liberdade, onde há democracia, deve haver oposição. A oposição é instituição de Estado. O próprio Rui Barbosa dizia que a oposição só não existe no batalhão, na companhia ou no regimento.

Temos de despassionalizar e despersonalizar o debate. O País precisa das Parcerias Público-Privadas e, por isso, estamos conversando para aprimorar este modelo. Esta PEC tem este objetivo. Sabemos que não tem sido fácil administrar isto em função das eleições, das contradições nos estados, das dificuldades na relação dos partidos da base, com o clima que tem contaminado o andamento dos trabalhos legislativos.

Por isso, precisamos conversar mais em torno desta agenda. E o PMDB tem feito sua parte. O partido tem se colocado firmemente na governabilidade. Não é de agora. E na defesa dos interesses do País. Vamos continuar cumprindo nosso papel, ajudando mais do que nunca na sustentabilidade do Brasil. No PMDB – todos sabem -, não há caciques, nem baixo clero. Todas as figuras da nossa bancada, de 23 senadores, são igualmente representativas. Temos 13 ex-governadores, vários ex-ministros e até ex-Presidentes do Senado e da República. O melhor caminho, portanto, é somar estas forças e, como líder, este é o meu papel.

Publicado em 29-8-2004.

BRASIL, NOTA 10

É sempre assim: as Olimpíadas mal acabaram e já dá uma saudade. A de Atenas, então, foi para lá de especial: simbólica, emocionante. Na terra da mitologia, novos heróis, novas marcas, vexames e surpresas. O ideal olímpico se renovou, a cada vitória, a cada grito, a cada abraço. E os números mostram: o Brasil fez uma campanha excelente – nossa melhor participação em Olimpíadas. Com os quatro ouros em Atenas, superamos o desempenho de Atlanta, em 1996, quando conquistamos três ouros.

O esporte nacional colheu vitórias, decepções e ganhou novos desafios. Para quase 250 brasileiros, muitas histórias. O esporte é, às vezes, traiçoeiro. Desmente favoritismos: o de Daiane, o de Jadel, o de Bimba. Brasileiros que nos elevaram ao desejo do pódio. Lá, não chegaram, mas ficaram entre os melhores do mundo. Como na natação, com Flávia Delaroli, bela surpresa. Joana Maranhão, de 17 anos, parecia uma veterana. Nosso vov  das piscinas, Rogério Romero. Gustavo Borges se foi. Um adeus com lágrimas. Guga sonhou e ficou só no sonho mesmo.

Chegamos perto da medalha com o basquete, com Diogo Silva do taekwondo, com as seleções femininas de vôlei... O jud  não falha, há 20 anos. Desta vez, nos bronzeamos com Leandro Guilherme, Flávio Canto. Somos o país do jud  ou do futebol? Do futebol feminino nunca fomos, mas agora podemos bater no peito e dizer:   prata. E, para mim, teve um sabor especial, com a participação da alagoana e conterr nea Marta. No hipismo, a revanche veio a cavalo. Depois da frustração em Sydney, Rodrigo Pessoa e Baloubet du Rouet foram prata – o mesmo metal que fez sorrir Adriana Behar e Shelda. Sem-

pre o vôlei de praia, que nos deu o primeiro ouro masculino. Gigantes imbatíveis: Ricardo e Emanuel. O Brasil ainda comemorou outro ouro olímpico no vôlei, o masculino de quadra.

Em Atenas, na maratona, uma surpresa: Vanderlei Cordeiro de Lima, um paranaense de 35 anos. Ele ficou em primeiro durante a maior parte do percurso, superou adversários, um invasor e fez história. Foi um capítulo dramático e belo dessas Olimpíadas. Nessas duas semanas de tantas aventuras, nossas maiores riquezas saíram do mar de Atenas. Robert Scheidt chegou favorito e saiu consagrado. Foi bicampeão olímpico. Na classe Star, Torben Grael e Marcelo Ferreira venceram por antecipação. Um show no país que sempre venerou o mar.

Estados Unidos, Rússia e China conquistaram, em média, uma medalha para cada quatro atletas. O Brasil levou uma para cada dezessete atletas. Nove das dez medalhas brasileiras foram para representantes de esportes praticados por atletas da classe média. A exceção é o futebol feminino. Foi uma boa participação nos jogos, mas ficou provado que este desempenho não é resultado de uma política nacional para o esporte, mas de ações isoladas de federações em parceria com a iniciativa privada.

Por isso, o Brasil precisa desenvolver uma política esportiva. Não são apenas medalhas que motivam outros países a investirem forte na formação de atletas. O esporte é um instrumento de formação de cidadãos, de integração social, sobretudo, para jovens carentes, uma oportunidade como poucas. ***É o esporte que vai, sem paternalismo ou clientelismo, abrir as portas de uma universidade para um jovem que não tem condições financeiras, mas tem talento, força de vontade e reivindica uma oportunidade de subir na vida.***

Publicado em 5-9-2004.

A CONSTRUÇÃO DA PAZ

A dor e a impotência de qualquer ser humano diante do grau de crueldade atingido pelo terrorismo, muitas vezes cobram medidas amplas e urgentes para enfrentar um inimigo invisível que teima em não sair das sombras e derrama com abundância sangue inocente em nome de algo que as pessoas não conseguem entender. É o caso do que aconteceu, há alguns dias, na escola de Beslan, na Ossétia do Norte. A ação deixou mais de 335 reféns mortos, quase metade crianças, e mais de 700 feridos. O Serviço Federal de Segurança russo chegou a oferecer US\$10 milhões por informações sobre líderes tchetchenos separatistas, suspeitos de serem os mandantes do atentado.

Como sabemos, a Constituição Brasileira define o terrorismo como crime hediondo. Qualquer atitude nesse sentido exige respostas a altura de todos os países do Mundo. Mas, chamo a atenção como já fiz por ocasião dos atentados contra os Estados Unidos, neste momento, tais respostas não devem vir em retaliações violentas, desmesuradas ou imbuídas do ódio que brotou com estas ações irracionais. A tradição pacífica da política externa brasileira não pode ser rompida pela comoção internacional e é hora de reafirmarmos nossa crença no Estado de direito e na paz.

Claro que muitos incidentes internacionais, como o ocorrido em Nova York em 11 de setembro de 2001, trazem repercussões negativas também na economia, com a conseqüente disparada do dólar, a elevação do preço do petróleo no mercado internacional e o risco de instabilidade das Bolsas de Valores em todo o Mundo. Mas isto não deve abalar a firme disposição dos governos, do Congresso Nacional e de toda a sociedade em manter a estabilização econômica brasileira, um esforço de todos já há muitos anos.

Além das questões conjunturais e macroeconômicas, temos de enfrentar imediatamente os problemas relacionados à situação de brasileiros que residem no exterior e à segurança pública e nacional. Se, de acordo com o Itamaraty, residem somente nos Estados Unidos cerca de 800 mil brasileiros, estes cidadãos não podem ficar desamparados. Sabemos que, naquele país, muitos brasileiros vivem ainda em situação irregular quanto às suas cidadanias. Muito já está sendo feito, mas os consulados brasileiros devem reforçar o atendimento, além de oferecer amparo jurídico a todos em especial na Rússia e nas demais nações que conquistaram a independência após o desmembramento da União Soviética. Mas basta lembrar atentados como o da estação de trem de Madri, onde brasileiros perderam a vida, para ver que o problema é mesmo mundial.

A outra questão, mais ampla e complexa, exigirá um esforço conjunto de toda a sociedade e do Estado brasileiro. ***Como sabemos, as guerrilhas urbanas matam mais que as guerras clássicas.*** A violência, inclusive em nosso país, é devastadora. Só para termos uma idéia, perdem a vida por ano, no Brasil, mais de 40 mil pessoas vítimas da violência, quantidade maior que os mortos na guerra do Vietnã. Daí a importância de ações que ataquem de frente esta cultura da criminalidade.

Passo importante neste sentido é o Estatuto do Desarmamento, que tem tido um apoio fundamental da sociedade e de ONGs, como o Viva Rio, o Instituto Sou da Paz, de São Paulo, e o Convive, do Distrito Federal. Falta agora uma das etapas mais importantes que é a aprovação do projeto de resolução que se encontra na Câmara dos Deputados, regulamentando o referendo sobre a proibição da venda de armas no Brasil no dia 2 de outubro de 2005. Sem isso, perderemos a oportunidade de dar ao mundo um ótimo exemplo de como é possível resolver problemas sérios como a violência, seja que causa ela tiver, de maneira pacífica.

Publicado em 12-9-2004.

CRIMES DA NOVA ERA

Os dados são da Polícia Federal e revelam como o Brasil está na rota dos crimes envolvendo a internet. Hoje, de cada dez *hackers* – pessoas que usam o computador para invadir *sites* – no mundo, oito vivem aqui. Além disso, cerca de dois terços dos responsáveis pela criação de páginas de pedofilia – já detectadas por investigações policiais brasileiras e do exterior – têm origem brasileira. As pesquisas também apontam que, no Brasil, as fraudes financeiras que utilizam internet e correios eletrônicos já superam, em valores financeiros, os prejuízos de assaltos a bancos.

Estas informações impressionantes foram divulgadas durante conferência internacional que aconteceu semana passada, em Brasília, com peritos em crimes cibernéticos de mais de 20 países. E uma das conclusões do encontro foi que é preciso incentivar a pesquisa e o desenvolvimento científicos, com o objetivo de produzir técnicas novas e avançadas de investigação e repressão a estes tipos de crime.

Aqui no Brasil, cerca de 35% das empresas brasileiras já sofreram ataques dos *hackers*, mas somente 5% investem em segurança eletrônica. Essa situação não é diferente em outros países, onde a sabotagem, o roubo de informações armazenadas em arquivos eletrônicos, invasões e fraudes financeiras pela internet são os crimes do momento. Até o *site* da Casa Branca já foi vítima. Apesar disso, quando se discute uma saída para reduzir ou acabar os “cybercrimes”, temos de ter cautela porque, às vezes, podem acontecer exageros. Na Europa, por exemplo, os serviços britânicos querem o direito de grampear todas as ligações telefônicas, e-mails e conexões à internet no país. As

comunicações trocadas pela rede mundial de computadores ficariam armazenadas por sete anos.

Foi por causa deste intenso debate que, em 2000, apresentei projeto de lei tipificando os delitos de informática. Em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, espero que a matéria volte a ser debatida com a prioridade que merece nos próximos meses, para podermos estabelecer penas mais rigorosas para estes crimes tipificados. Acredito que, ***a partir da aprovação da lei, a tendência é de que o número de crimes de informática diminua***, já que a punição aos crimes será muito mais contundente que a atual. A lei deverá prever situações como a reincidência no crime eletrônico, que atualmente ainda não existe.

A apuração de responsabilidades nos crimes de Internet é tarefa primordialmente das autoridades judiciárias e policiais que, para isso, devem equipar e preparar setores e pessoal especializados na investigação e apuração dessa modalidade criminosa tão peculiar. Conhecimento, capacitação e a formação de especialistas são estratégias vitais para a formação de uma unidade capaz de rastrear, identificar e imputar a responsabilidade aos “cybercriminosos”. A vítima do crime de informática, muitas vezes, se sente incapaz ou resignada de tomar qualquer atitude justamente porque esse é um tipo de delito que não tem face, o criminoso é anônimo e se esconde por trás de uma tecnologia que poucos ainda têm conhecimento suficiente. E não deveria ser assim. O usuário deve correr atrás de seus direitos e se proteger com o apoio da Justiça.

Publicado em 19-9-2004.

PORTADORES DE MEDALHAS

Ainda bem que nosso país produz, também, surpresas agradáveis, principalmente no esporte. Depois do sucesso das Olimpíadas de Atenas, agora estamos registrando nosso melhor desempenho no segundo maior evento esportivo do mundo: as Paraolimpíadas, realizadas na mesma cidade grega. Graças à dedicação, ao empenho, à força de vontade de atletas, como o nadador Clodoaldo Silva ou o velocista Antonio Delfino Souza, o Brasil já superou sua melhor marca de sete medalhas de ouro, estabelecida em Atlanta, nos EUA.

No momento em que escrevia este artigo já eram oito de ouro, mas certamente serão muito mais até o encerramento desta disputa mundial. E o sucesso dos atletas brasileiros não é de agora. Em 2000, a cidade de Sidney, na Austrália, foi um marco da história do desporto paraolímpico brasileiro. Nosso país ficou em 24º lugar, com 22 medalhas, sendo seis de ouro, dez de prata e seis de bronze. A delegação brasileira teve 64 atletas, que competiram em nove modalidades.

A história do desporto para pessoas portadoras de deficiência teve início na cidade de Aylesbury, na Inglaterra. A pedido do governo britânico, o neurologista Ludwig Guttmann, que fugira da perseguição aos judeus na Alemanha nazista, criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar soldados do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial. Desde que o Brasil mandou a sua primeira representação aos jogos paraolímpicos, em 1972, na cidade de Heidelberg, na Alemanha, a presença brasileira nestas competições vem se ampliando. Quatro anos depois, na Paraolimpíada do Canadá, em 1976, vieram

as primeiras medalhas: os atletas Robson Sampaio de Almeida e Luís Carlos “Curtinho” conquistaram a prata na bocha.

O sucesso destes atletas brasileiros e a data do último dia 21 de setembro, em que se comemorou o Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência, devem ajudar o debate, neste momento, sobre a realidade nem sempre positiva, como no esporte, dos portadores de deficiência. ***No Brasil, são cerca de 24,5 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência física ou mental***, o que corresponde a 14,5% da população. A maioria mora em área urbanizada, tem até três anos de escolaridade e é mulher. Quando o assunto é educação, 27,6% dos portadores de necessidades especiais não têm qualquer escolaridade. Elas recebem cerca de R\$100 a menos que a média dos brasileiros e 29% delas vivem em situação de miséria. Segundo estimativas, para atender às necessidades deles, o País precisaria abrir 518 mil postos especiais de trabalho.

Entre as diversas reivindicações das entidades de classe dos portadores de deficiência, estão medidas de certa forma inovadoras – mas que não deixam de ser essenciais – como a concessão de uma carteira especial para motoristas deficientes. Apesar de alguns estados já emitirem a habilitação para motoristas deficientes, uma carteira especial padronizada, eximida de qualquer linguagem inadequada ou estigmatizante ainda não é adotada em nosso País. Outro pedido é a isenção de impostos para importação de aparelhos, como a de celulares especiais, e linhas de ônibus interestaduais com veículos adaptados. Portanto, ainda há muito por fazer.

Publicado em 26-9-2004.

A MELHOR IDADE

Não dá mais para fechar os olhos e ignorar o rápido envelhecimento da população brasileira. Afinal, o processo que se arrastou por quase um século nos países da Europa e nos Estados Unidos aconteceu no Brasil em apenas três décadas. Somente ***de 1991 a 1996, o número de brasileiros com mais de 60 anos saltou de 10,7 para 12,4 milhões*** – um crescimento de 15,6%.

Infelizmente, no caso do Brasil, parece que a vida se prolongou sem a devida qualidade. Na maioria das cidades, os idosos ainda não foram incorporados ao cotidiano dos diversos ambientes. Calçadas irregulares, degraus de ônibus elevados, sinais de trânsito que regulam seu tempo pela velocidade do andar jovem e falta de apoio manual em escadas são exemplos de equipamentos urbanos que poderiam prever suas necessidades.

Um envelhecimento saudável e sem sofrimento é desejo de todos nós. Mas, para isto, será necessária uma transformação profunda para eliminar antigos estereótipos e oferecer qualidade de vida aos idosos, que representarão nada menos que 15% da população brasileira em 2050. A mudança é urgente. Os idosos precisam ter seu espaço na sociedade. Assim, poderão adquirir a autonomia que desejam. A luta do segmento é legítima em outros países, onde os idosos são respeitados e têm inclusive peso político nas eleições. No Brasil, a palavra idoso ainda possui uma conotação negativa, associada à incapacidade e dependência. Há, inclusive, uma idéia equivocada de que as pessoas mais velhas, quando são interessantes, têm espírito jovem. Felizmente, tudo isto está mudando.

O crescimento das populações idosas em todo o mundo tem provocado nas últimas décadas uma mudança brusca no perfil demo-

gráfico em todos os países e gerado inúmeras discussões em torno do tema. Segundo os últimos dados do IBGE, os idosos já representam cerca de 9% da população brasileira. Nas próximas duas décadas, a população idosa do Brasil poderá dobrar, passando de 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade – número atual – para cerca de 30 milhões.

Claro que, apesar deste crescimento, aconteceram avanços importantes para serem lembrados nas comemorações do Dia Nacional do Idoso, último 27 de setembro. Afinal, desde 1º de janeiro deste ano, está em vigor o Estatuto do Idoso, aprovado pelo Congresso no ano passado com o apoio decisivo do PMDB, que lidero no Senado Federal. O Estatuto trouxe 118 artigos que estabelecem punições para crimes contra os maiores de 60 anos e regulamentaram os direitos no que diz respeito à vida, à liberdade, à saúde, à educação, à profissionalização, à previdência social, à habitação e ao transporte. A lei é um instrumento formidável para permitir que a sociedade se conscientize da necessidade de garantir aos idosos políticas públicas e, sobretudo, respeito e dignidade.

No Brasil, faltava a dimensão da cidadania alcançar este segmento da população, apesar de seus direitos básicos estarem inscritos na Constituição. O Estatuto do Idoso veio suprir essa lacuna e, hoje, o País pode ostentar com orgulho uma das legislações mais avançadas do mundo nessa área. É certo que muito ainda falta percorrer para que o elenco de direitos tenha reconhecimento efetivo. Mas, como bem ensina a sabedoria chinesa, um longo caminho começa com o primeiro passo.

Publicado em 3-10-2004.

O BRASIL NA ONU

Temos acompanhado de perto as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta semana, com a visita do secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, ao Brasil, o tema voltou ao debate com declarações cerimoniais apenas, por parte do representante dos Estados Unidos, a favor da entrada de nosso País naquela entidade internacional.

Defendemos a tese de que a maior eficácia do órgão, para cumprir o papel que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade internacional e da sua representatividade – o que se traduz em um aumento criterioso de membros permanentes e não-permanentes. Este é o mais novo desafio da política externa brasileira, uma área que tem conseguido projetar o nome do Brasil lá fora, mesmo encarando grandes potências e enfrentando enormes interesses econômicos.

Atualmente, 15 países constituem o Conselho de Segurança, dos quais dez são eleitos por um sistema rotativo, com mandatos de dois anos, e cinco – Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, França e China – são membros permanentes. Diante dos novos desafios internacionais, e das mudanças provocadas nesta chamada era da pós-industrialização, o número e a composição dos membros do Conselho devem ser revistos num contexto mais abrangente, que inclui o papel das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento econômico e social, no respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e na promoção de um ambiente normativo estável e previsível para o comércio e o investimento internacional.

Em outras palavras, as operações de manutenção da paz são apenas parte de um contexto bem mais amplo para o mundo. Não há condições de se estabelecer um processo pacificador duradouro se não forem, concomitantemente, resolvidos os problemas da pobreza, da desigualdade social e econômica e de padrões inadequados ou insustentáveis de desenvolvimento. Se não solucionadas, estas questões muito provavelmente conduzirão à violência, levando ao desrespeito generalizado dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a sérias violações do direito humanitário internacional e, finalmente, ao colapso da autoridade civil e do tecido social.

Assim, a alteração no número e composição dos membros do Conselho de Segurança é crucial e deve satisfazer à necessidade de ampliar a legitimidade e o caráter representativo do órgão, preservando, de forma simultânea, sua viabilidade operacional. Temos de diminuir o atual desequilíbrio na composição do Conselho, perceptível tanto na proporção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que são membros permanentes, como de membros permanentes em relação ao número total de integrantes.

É preciso que a comunidade internacional entenda o Conselho de Segurança como um órgão representativo, legítimo e eficiente. É hora de ampliar estas fronteiras, abrindo a possibilidade também para outros países da América do Sul, da África, do Oriente Médio e da Ásia. ***É indispensável que a ONU seja renovada e se torne mais eficiente para o século XXI.*** Os desafios não estão apenas na manutenção da paz pela paz – principalmente onde há evidentes interesses econômicos – mas em utilizar a paz como agente promotor de desenvolvimento social, de redução das desigualdades regionais, de eliminação da pobreza, enfim, de elemento catalisador de prosperidade para todos, sem distinção de sexo, etnia ou religião.

Publicado em 10-10-2004.

NASCEU HOMEM, MORREU MENINO

Ele foi um homem que teve uma relação complicada com o tempo e, talvez por isso, fosse muito precoce. Aos 12 anos de idade, era locutor de rádio e, aos 17, já escrevia contos e novelas. Até que ele mandou a primeira delas, “A Marca”, para Mário de Andrade, a figura literária da época. O grande escritor respondeu em seguida com uma carta de duas páginas, dizendo que ficou estupefato e desorientado com tal obra. Fernando Sabino, que nos deixou às vésperas de completar 81 anos no último dia 12 de outubro, publicou quatro romances ao longo da vida, “O Encontro Marcado”, “O Grande Mentecapto”, “O Menino no Espelho” e, recentemente, “Movimentos Simulados”, que escreveu aos 20 anos e manteve esse tempo todo na gaveta.

Quando publicou “O Encontro Marcado”, em 1956, Sabino já era um cronista e jornalista conhecido, mas foi o romance, um dos grandes livros brasileiros do século XX, que lhe garantiu um lugar indiscutível na história de nossa literatura. Naquele ano, em que Guimarães Rosa legava ao Brasil a obra-prima “Grande Sertão, Verdades”, muitos preconizaram o nascimento de um dos maiores nomes da literatura brasileira. Sua produção em crônica, obviamente muito mais numerosa, parece resistir ao tempo mesmo nas páginas efêmeras da imprensa.

Ao lado de nomes como Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino é um dos expoentes da crônica moderna, definida por um certo ar de gratuidade na escrita que a permite penetrar poesia adentro. Sabino soube explorar como ninguém estas características em seus textos. Suas crônicas

– mais do que as de qualquer outro escritor – estavam despidas de preciosismos formais: textos nus como o personagem de uma famosa história sua. A economia na escrita, que contrasta com os estilos grandiloqüentes de outros autores, é a marca de um cronista que, segundo testemunho próprio, olhava para fora de si quando procurava assunto para escrever.

Era avesso a comemorações, vivia afastado dos holofotes e se mantinha arredio às homenagens, não porque era recluso ou tímido, mas porque preferia o contato com porteiros, garçons, manobristas, moradores de rua – gente comum, que fornecia munição para suas crônicas. Para ele, o ser humano tinha como tarefa “recuperar a inocência perdida e tornar a olhar o mundo com os olhos lavados de pureza, de quem vê a vida pela primeira vez”. Juntos, Fernando Sabino e Rubem Braga, fundaram a Editora do Autor em 1960 e, em 1967, a Editora Sabiá, um dos grandes baluartes da resistência aos anos de chumbo daqueles tempos.

O último dos “quatro mineiros do apocalipse” formou com Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos a mais produtiva e intensa amizade da literatura brasileira. Desde cedo, pedira que em seu epitáfio constasse a inscrição: “Aqui jaz Fernando Sabino, nasceu homem, morreu menino”. Pois bem, Sabino, você que tanto resistiu a virar um imortal em vida, agora tem um encontro marcado com a eternidade. Pena que ***nossa literatura nunca mais será a mesma sem você.***

Publicado em 17-10-2004.

MEMÓRIAS DE VIGÁRIO GERAL

Na noite de 29 de agosto de 1993, mais de 30 homens invadiram a Favela de Vigário Geral, no subúrbio do Rio de Janeiro, para iniciar uma execução sem precedentes. A idéia era vingar a morte de quatro PMs, assassinados na véspera por traficantes da favela durante uma extorsão. Encapuzados e divididos em vários grupos, os homens se espalharam pelas ruas de Vigário Geral em busca de traficantes para serem executados. Os invasores não encontraram traficantes. A quadrilha havia abandonado a favela prevendo a vingança dos policiais.

Resultado: 21 trabalhadores executados e quatro sobreviventes. A Chacina de Vigário Geral tornou-se um triste marco no Rio de Janeiro e teve repercussão internacional. Mais de onze anos se passaram e o símbolo da violência corre o risco de se tornar também símbolo da impunidade. O Ministério Público chegou a denunciar 71 pessoas, entre policiais civis e militares, bombeiros, advogados e informantes, acusados de formar uma quadrilha especializada em extorsões e homicídios de bandidos. Mas, até agora, de um total de 52 policiais indiciados em dois processos, apenas seis foram condenados.

Diante disso, considero que é hora de pensarmos em meios de ***promover uma espécie de reparação social para as comunidades atingidas pela violência***, promovendo um esforço em áreas como educação, saúde, habitação, transporte, cultura e lazer. Só para se ter uma idéia, em Vigário Geral, hoje, não há escolas de 2º grau e as escolas de 1º grau são as mesmas de onze anos atrás, mesmo sabendo que a população aumentou. Posto de Saúde, não há. O que existe é um projeto dos “médicos sem

fronteiras” que na ocasião da tragédia implantaram e hoje funciona precariamente gerenciado por convênio com a prefeitura, ONGs e moradores, que há tempos estão lutando pela construção de um posto via orçamento do município. O transporte continua precário. Segurança e lazer são inexistentes.

Tenho insistido também em medidas complementares ao investimento social. Temos de pensar num projeto sistêmico de reforma das polícias, da carreira policial e dos órgãos de Segurança Pública e de maior controle social dos instrumentos de repressão do Estado, em caráter emergencial. É preciso garantir a proteção jurídico-social e a reparação moral e de direitos, de forma prioritária, às vítimas da violência e aos familiares destas. Aliado a isso tudo, não podemos nos esquecer dos profissionais de segurança pública que arriscam suas vidas no combate a estes e outros crimes. Temos de garantir a formação continuada dos policiais e agentes penitenciários em disciplinas que englobem os Direitos Humanos. E implementar um plano de valorização da carreira policial e de cargos e salários que contemplem os agentes da lei.

Ano passado, alguns dias antes de completar os dez anos da chacina, morreram vários jovens envolvidos na guerra entre duas favelas – Vigário Geral e Parada de Lucas –, atingindo vários moradores inocentes. A falta de justiça em Vigário Geral fez com que a história se repetisse em outras comunidades do Rio de Janeiro: Nova Brasília, Complexo do Alemão, Senador Camará, Borel, Acari, Pavão-Pavãozinho, Rocinha, Vidigal... Qual será a próxima? Somente a mobilização de toda a sociedade que repudia a violência – em primeiro lugar das próprias comunidades que a sofrem no dia-a-dia – pode alterar esta situação.

Publicado em 24-10-2004.

TRÁFICO DESUMANO

É incompreensível que o negócio de seres humanos possa existir ainda em pleno século XXI. Segundo estimativas, o Brasil é responsável por cerca de 15% das mulheres que saem da América do Sul para trabalhar em cabarés, casas de prostituição, saunas e estabelecimentos do gênero em todo o mundo. Além disso, nosso País é considerado por ser também o maior exportador de crianças para exploração sexual no mundo em toda a América do Sul.

Conforme dados disponíveis, existem hoje aproximadamente 75 mil brasileiras se prostituindo em países da União Européia. A maioria das mulheres “exportadas” pelo tráfico vem dos estados de Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo e têm como destino Europa, Japão, Israel e Estados Unidos. O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – afirma que desaparecem por ano no mundo cerca de um milhão de crianças. O cálculo é que são retiradas cerca de 700 mil pessoas de suas localidades natais para venda por traficantes, a cada ano, em todo o planeta.

Várias causas são apontadas para a existência do problema e para seu recente crescimento. Muitas famílias atingidas pela pobreza vendem suas filhas e filhos por alguns trocados, quando não permutam crianças por comida. Em outubro de 1998, como Ministro da Justiça, tive de ir pessoalmente a Tel Aviv para comandar uma operação que livrou da máfia russa oito brasileiras – entre 19 e 34 anos – vítimas da rede internacional de prostituição, em Israel.

Pessoas como elas trabalham duramente em oficinas, prostíbulos e explorações agrícolas, privadas de seus direitos, submetidas a ameaças, violências e vivendo em condições horríveis e perigosas.

Infelizmente, como se vê, o tráfico é uma forma moderna de escravidão que merece ser combatido como uma prática desumana. Na área da prevenção, é indicado desenvolver programas para incremento de oportunidades econômicas nos países menos desenvolvidos, com a minimização das desigualdades regionais e a disseminação da informação acerca do tráfico de mulheres e crianças junto aos países de Terceiro Mundo. Outro ponto importante é firmar acordos de cooperação internacional com países que “importam” pessoas para aumentar o controle da imigração na tentativa de inibir o tráfico de mulheres e a prostituição.

Em termos de assistência às vítimas, temos de providenciar serviços de apoio sócio-psicológico às pessoas que estão em países estrangeiros, sem que, ao menos de imediato, sejam tomadas medidas como deportação para países de origem das vítimas. Isso pode ser feito através da concessão de vistos provisórios de trabalho e reclassificação de “imigrantes ilegais” para “residentes temporários”. No âmbito da repressão penal, ***necessária se faz a adoção de leis que criminalizem o turismo sexual***, pois não havendo demanda nos países ricos, certamente não haverá o tráfico em que são vítimas as mulheres e crianças dos países pobres. Estas ações não podem esperar e devem envolver todos os países que de alguma forma são atingidos pelo tráfico desumano. É lamentável admitir mas o mundo, infelizmente, mudou para pior em alguns aspectos. Se, há pouco mais de um século, esta preocupação já era alarmante, hoje a situação é ainda pior.

Publicado em 31-10-2004.

GARGALOS DO CRESCIMENTO

A economia brasileira está crescendo em sua taxa mais rápida desde 1996 e caminha para crescer mais de 4% neste ano, se recuperando da breve recessão de 2003. Mas esta recuperação poderá perder fôlego já no início do próximo ano, se não encontrarmos formas de atrair bilhões de dólares em investimentos para atualizar a infra-estrutura do Brasil.

O Brasil conseguiu progressos significativos nos últimos anos para estabelecer suas credenciais comerciais. No entanto, apesar de ser a maior economia da América do Sul, o País ainda responde por menos de 1% do comércio global. Até o momento, as vendas ao exterior já ultrapassaram a quantia atingida em 2003, chegando a US\$76,9 bilhões, e o País está a caminho de encerrar 2004 com um recorde de US\$94 bilhões em exportações, segundo a mais recente previsão do Ministério do Comércio, Indústria e Desenvolvimento.

A ascensão do Brasil no cenário global também expôs falhas profundas em casa. Quase todos os portos do País estão lutando para acomodar o fluxo crescente de produtos. Com algumas raras exceções em estados mais desenvolvidos como São Paulo, estradas por toda parte estão deterioradas e repletas de buracos, tornando cara e vagarosa a jornada do cinturão agrícola do País até a costa para envio das cargas. Além disso, a malha ferroviária do Brasil mal foi expandida desde 1970, quando transportava apenas 50 milhões de toneladas de carga por ano. Neste ano, cerca de 300 milhões de toneladas de produtos deverão ser transportadas por trem.

As estimativas indicam que, para a economia brasileira continuar crescendo em uma taxa anual de 3,5% a 4%, ***o País precisa***

investir pelo menos US\$20 bilhões por ano na infra-estrutura, especialmente em energia e logística. Neste ano, foram reservados apenas R\$10,4 bilhões para gastos na infra-estrutura. Na proposta de orçamento para 2005, deve subir pouco, para R\$11,4 bilhões. Isto deixa uma diferença que terá de ser coberta pelo setor privado. Mas alguns investidores têm relutado em entrar nesta área, esperando por exemplo a definição das regras para as Parcerias Público-Privadas, que aprovaremos no Congresso.

Para eliminar os riscos das diversas incertezas, garantindo a estabilidade macroeconômica e aperfeiçoando o sistema tributário, temos de superar problemas como segurança pública, corrupção, qualificação de mão-de-obra e energia também são apontados como fatores de risco. No caso específico do Brasil, concluiu-se que o principal fator inibidor de investimentos é a estrutura de regulamentação, que acaba por elevar substancialmente o tempo gasto pelas empresas no tratamento de assuntos com os órgãos oficiais. Foi por isto que apresentei uma proposta de emenda constitucional que veda a edição de medidas provisórias em matéria contratual. Sinceramente, imagino que a aprovação da PEC dos contratos facilitará, inclusive, a realização de um maior número de parcerias.

Mas é importante ter em mente o fato de que a maior estabilidade de regras na economia não é um fim em si mesmo. Por trás disso tudo, desejamos, como resultado dos investimentos, a geração de empregos, a melhoria dos padrões de renda e a elevação das receitas do Estado para aperfeiçoar a prestação de serviços públicos.

Publicado em 7-11-2004.

OS BRAÇOS DA VIOLÊNCIA

Dados recentes, divulgados pelo Ministério da Saúde, mostram bem de perto a realidade aterradora provocada pelo aumento da violência e pela persistente banalização do uso e da circulação de armas de fogo no Brasil. De acordo com o levantamento oficial, os homicídios dobraram em 23 anos e responderam por 40,3% das mortes no ano passado. A pesquisa revela ainda que sete em cada dez homicídios registrados no Sistema Único de Saúde em 2003 foram provocados por arma de fogo.

Uma das conseqüências imediatas destes números é o aumento das despesas com internações, que levaram o governo a gastar R\$397 milhões, somente no período entre janeiro e setembro deste ano. Alarmado com o peso das armas de fogo nas estatísticas de mortes e nas despesas hospitalares, o Ministério da Saúde e secretários estaduais e municipais da área lançaram semana passada a Carta da Saúde pelo Desarmamento. O documento está sendo distribuído à rede hospitalar do País, com o objetivo de melhorar o atendimento às vítimas da violência e estimular a campanha do desarmamento.

Outro levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, revela que cerca de 265 mil pessoas morreram, em SP, vítimas de armas de fogo entre os anos de 1991 e 2000. Do total, 92,3% são homens e 7,6%, mulheres. O Rio de Janeiro, de acordo com o estudo, lidera o *ranking* nesse tipo de crime. São Paulo está em segundo lugar. Juntos, os dois estados somam quase a metade dos homicídios provocados por armas de fogo na última década. Mais de 90% das vítimas de tiros são homens entre 15 e 29 anos. O risco de um rapaz nessa idade ser assassinado é 20 vezes maior do que o de uma moça.

Apesar de estatísticas tão assustadoras, ***a campanha pelo desarmamento no Brasil tem superado as expectativas*** e pode ser estendida por mais seis meses. De acordo com os mais recentes levantamentos, de julho até o último dia 9 foram entregues, em todo o Brasil, 210.800 armas. O número se aproxima da nova meta estabelecida pelo Governo de 250 mil armas até o final do ano. A previsão inicial era de 80 mil armas entregues até 23 de dezembro. A participação de entidades civis pode alavancar ainda mais esse número, afinal, em quase todos os estados, organizações da sociedade, sindicatos e conselhos envolvendo os mais diversos profissionais têm criado comitês de apoio à campanha de desarmamento.

Como se sabe, a campanha foi provocada pelo Estatuto do Desarmamento, que proíbe o porte de armas por civis e prevê o fim da comercialização dos armamentos mediante uma consulta à população, a ser realizada no dia 2 de outubro de 2005. Mas a data da consulta depende de aprovação de um decreto que se encontra hoje na Câmara dos Deputados e já foi aprovado por unanimidade pelos senadores. Daí a importância de continuarmos a campanha porque apenas a opinião pública poderá enfrentar o poderoso *lobby* dos fabricantes de armas que atua dentro e fora do Congresso.

Temos de nos preparar desde já para o grande debate, que de certo acontecerá, em torno deste tema. Pretendo me juntar ao movimento de instalação de comitês da campanha pelo referendo e percorrer todos os estados. Queremos garantir a definição da data para definir os procedimentos seguintes da campanha pelo desarmamento. Somente depois de aprovada pelos deputados, a proposta poderá tomar formas concretas e ter seus detalhes definidos sobre como o referendo será realizado, quais serão as perguntas da consulta e como será a campanha que deve ser efetivada.

Publicado em 14-11-2004.

PPPs: PARCERIAS ESTRATÉGICAS

As discussões das Parcerias Público-Privadas têm-se centrado em pontos referentes a sua adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não obstante a importância desse debate, penso que devemos nos ocupar também dos mecanismos capazes de dar eficácia real às PPPs, ou seja, tornar essas parcerias um instrumento efetivo de captação de recursos para o desenvolvimento.

Para que as PPPs possam ser eficazes, um requisito fundamental deve ser observado: credibilidade das normas e marcos regulatórios. As parcerias serão contratos de longo prazo, exigindo, portanto, estabilidade das leis que regem a matéria. Sem tal estabilidade, pouco adiantarão as modificações no projeto que hoje se encontra no Senado. Em suma, alterações formais, por si só, não darão credibilidade às PPPs. Um fator importante de credibilidade já é detectado: o compromisso político do governo com o tema. Além disso, as negociações abertas pela equipe econômica, com vistas a aprimorar o projeto no Senado, revelam maturidade política, tão necessária em assuntos dessa complexidade.

Quanto à estabilidade normativa, apresentamos recentemente no Senado Federal uma Proposta de Emenda à Constituição, vedando a edição de medidas provisórias em matérias contratuais. Com isso, estamos protegendo as PPPs e os demais contratos contra alterações repentinas de regras. ***O investidor privado observará, previamente à contratação, os riscos envolvidos.*** Esta variável é crítica. Quanto maiores as chances de mudanças de regras, maior o risco envolvido e maior o custo dos projetos. Estabilidade de normas é, portanto, fator de economia financeira para o Governo.

No projeto de lei das PPPs, os riscos serão repartidos de acordo com a capacidade de gerenciamento dos parceiros. Quais são esses riscos? Como se medem? Como aferir a capacidade de gerenciamento dos parceiros? Nota-se, portanto, que esses aspectos necessitam de definições claras. Estimo que tais lacunas venham a ser preenchidas nas discussões parlamentares das PPPs. Normas demasiadamente “em aberto”, ainda mais em se tratando da avaliação de riscos, são focos de incertezas para ambos os parceiros.

Devo destacar aqui o trabalho de dois parlamentares na elaboração do projeto: o Senador João Tenório (PSDB/AL) e o relator da matéria, o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). As operações das parcerias deveriam ser ratificadas pelo Senado Federal, decisão, por sinal, tomada em reunião da bancada do PMDB recentemente. Isto daria maior transparência às operações e, se aprovadas no Senado Federal como esperamos, seria uma chancela do parlamento às operações, fator de maior segurança para os investidores. Tal controle, em medida alguma inibiria a concretização de projetos das PPPs. Ao contrário, seria uma ratificação do Legislativo aos investimentos corretamente planejados, ou seja, resultaria em elemento adicional de segurança para os investidores, sem prejuízo da transparência. Politicamente, representaria um prestígio ao Legislativo.

As PPPs são um meio para atendimento a interesses coletivos. Segundo o projeto de lei em análise pelo Senado Federal, várias temáticas deverão constar das cláusulas obrigatórias dos contratos. A inclusão, nessas cláusulas obrigatórias, de metas quantitativas e qualitativas seria uma segurança para o cidadão usuário dos serviços públicos e para o Estado. Vejo que tais “blindagens” às PPPs viriam em benefício de sua maior credibilidade no longo prazo. A clareza quanto a pontos cruciais das parcerias, como a estabilidade normativa, especificação de riscos e definição cristalina de metas para os serviços públicos, tudo isso aliado ao controle do Legislativo em certas contratações, são avanços de méritos importantes, cujos reflexos no campo político tendem a ser positivos.

Publicado em 21-11-2004.

O IMORTAL DAS IDÉIAS

No próximo dia 7 de dezembro, o Senado Federal vai realizar sessão solene para reverenciar a memória do economista, professor, advogado e Conselheiro da República Celso Furtado. Esta homenagem expressa o sentimento da Casa e do País ao ex-ministro do Planejamento e da Cultura, que sonhou com tanta profundidade o desenvolvimento do Brasil.

Perdemos um grande homem. A inteligência brasileira, um dos mais importantes espaços na história. E, eu, uma pessoa por quem tinha grande admiração e a quem devoto um profundo respeito. Ele sempre demonstrou estar acima dos problemas políticos: era o professor que sabia construir, o teórico que sabia moldar a realidade. Com a morte de Celso Furtado, o Brasil perde um homem que ocupou um lugar de referência nos últimos 50 anos da história brasileira. Celso Furtado não era somente o economista respeitado no mundo inteiro, com passagens brilhantes pela Sorbone, Cambridge, Harvard e Columbia. Ele era também o mestre de tantas gerações brasileiras. ***Era o humanista de formação universal, um pensador.*** Seu livro “Formação Econômica do Brasil” é, sem dúvida alguma, uma obra fundamental e indispensável na formação de todos nós. Podemos dizer que se situa entre aqueles livros que permanentemente temos que ler.

A concepção de desenvolvimento para Celso Furtado não é um processo meramente econômico, também envolve conotações sociais, éticas e políticas, dentro das quais valores como democracia, soberania e cidadania ocupam um lugar central. O economista provocava a reflexão, rompia com a lógica colonizadora. O homem era

maior que a obra, pela sua generosidade intelectual, coerência e integridade. Aos jovens economistas, o experiente professor sugeria que evitassem o consenso, para perceber que os caminhos trilhados por outros são de pouca valia.

Em sua carreira, Celso Furtado foi um dos criadores da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, que elaborou o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, do qual foi executor, criou o Plano Trienal de João Goulart – depois da derrubada, por plebiscito, do parlamentarismo – e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Para mim, a melhor homenagem que o Congresso pode fazer a Celso Furtado é justamente aprovar com celeridade a recriação da Sudene. O projeto já foi votado na Câmara dos Deputados e tramita nas comissões do Senado. Este órgão precisa ser recriado, mas com estruturas modernas e inovadoras, dotadas de mecanismos eficientes de fiscalização e gerência. Por outro lado, é preciso manter uma de suas melhores características: a formação de técnicos competentes.

Com a morte de Celso Furtado, o Brasil perde seu mais destacado e influente intelectual de envergadura e homem público que dedicou a vida ao progresso do País. Teoria e prática foram dimensões indissociáveis em sua trajetória, que se entrelaçou com momentos fundamentais da história brasileira no século XX. Se o modelo econômico daquele Brasil está vencido, não há dúvida de que as preocupações que animaram Furtado permanecem presentes, pois os seus adversários teóricos não foram capazes de oferecer soluções para o insuficiente crescimento econômico e as dramáticas assimetrias sociais.

Publicado em 28-11-2004.

ACELERAÇÃO SAUDÁVEL

A economia brasileira cresceu 1% no terceiro trimestre deste ano graças ao bom desempenho do mercado interno. Investimentos, indústria e consumo das famílias foram as locomotivas do PIB entre os meses de julho e setembro. Com o resultado, ainda que a atividade fique estagnada no último trimestre, a economia crescerá 5% em 2004.

Nos nove primeiros meses do ano, o crescimento acumulado já é de 5,3%. Resultado melhor do que esse, só no terceiro trimestre de 1995 (6,4%). O número torna-se mais positivo por conta da revisão feita pelo IBGE do PIB de 2003. A economia, ao contrário do que se especulara, não passou por uma recessão: cresceu 0,5% no ano passado.

A produção industrial aumentou em um índice anualizado de 11,2% no terceiro trimestre, ajudando a criar empregos e aumentar a renda agregada. Em consequência, a demanda do consumo cresceu 1,4% sobre os três meses anteriores. Os números do terceiro trimestre mostraram um aumento dos investimentos de capital de 6,7%, também o mais forte desde 1994, um sinal de que alguns setores estão expandindo a capacidade.

Ainda que sejam números dignos de comemoração, pois representam um claro contraponto ao pessimismo que permeou o início do ano, também já sinalizam menos crescimento mais adiante. E o resultado mostrou forte assimetria entre os setores. A explicação para esta diferença está na performance da indústria, associada à maior sensibilidade de alguns segmentos ao ciclo de crédito, em particular os produtores de bens duráveis. A descompressão dos investimentos também beneficiou

o segmento produtor de bens de capital. Setores cujos resultados estão mais atrelados à variação da renda real, como o de serviços, registram crescimento moderado em razão da lenta recuperação do rendimento real em 2004. Em outras palavras, a recuperação da economia brasileira não está sendo feita de forma homogênea em todos os setores.

E, apesar da boa notícia na macroeconomia, a revisão do PIB mostrou que o total de recursos direcionados pelo Governo Federal para a área social foi um pouco menor do que se pensava. Os números consideram as áreas do Orçamento da União mais identificadas com a área social: previdência, saúde, educação, trabalho, assistência, organização agrária, cidadania, urbanismo, habitação e saneamento. Esta questão é crucial para o País em 2005 e terá de ser enfrentada se quisermos reduzir nossas assimetrias sociais e garantirmos a retomada do emprego e o crescimento da renda das famílias brasileiras.

Para chegarmos lá, é preciso enfrentar alguns desafios de ordem interna e externa. Vários analistas dizem que o crescimento econômico pode ter-se estabilizado em seu índice médio para o próximo ano. Com os preços das matérias primas mais baixos e um crescimento das exportações mais lento esperados para o próximo ano, a previsão de consenso é de 3,5% de crescimento do PIB. Mas o grande risco para este cenário ainda positivo não é o Brasil, mas a economia global. Algumas previsões indicam que as exportações crescerão apenas 2% no próximo ano. E o mundo está experimentando uma sensação generalizada de incertezas induzida pelo preço do petróleo, que vai prejudicar o crescimento econômico do planeta no ano que vem.

Para que esse movimento que permitiu uma aceleração tão saudável da economia brasileira não seja comprometido, seria desejável que o Banco Central reconsiderasse a trajetória da política monetária no início do ano que vem. Cabe ao Congresso Nacional, por sua vez, continuar dando sinais que fortaleçam a confiança dos empresários e favoreçam a decisão de continuar a investir. E para tanto, ***será necessário perseverar na busca de condições para reduzir os juros e fomentar os financiamentos de longo prazo.***

Publicado em 05-12-2004.

COMBUSTÍVEL DO FUTURO

O biodiesel é um dos principais vetores do processo de mudança na cadeia energética mundial, sendo utilizado principalmente na Alemanha, França, Itália e Estados Unidos, embora haja iniciativas e interesse de vários outros países, como a China. Não é à toa que acontece um forte estímulo científico e financeiro dado, por diversos países, ao biodiesel. Isso ocorre do expressivo potencial que possui o combustível na redução da emissão de poluentes causadores do chamado “efeito estufa”.

Ecologicamente correto, o biodiesel também tem finalidade estratégica, como substituto na matriz energética brasileira. No tocante ao petróleo, por exemplo, nossas reservas são suficientes para um período de 18 anos, o que, nessa matéria, representa uma faixa curta de tempo. Estima-se que o Brasil gaste algo próximo a R\$1 bilhão com doenças resultantes da poluição. Com o uso do combustível verde, poderíamos reduzir sensivelmente essas despesas, direcionando recursos para outras frentes. Na captação de recursos internacionais, a produção de biodiesel possibilitará ao Brasil obter financiamentos em condições favorecidas, sob o mecanismo chamado de Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Kyoto. São incentivos e benefícios ofertados às nações que operam seu desenvolvimento sob uma forma, digamos, ambientalmente correta.

A utilização efetiva do biodiesel trará impactos positivos para nossa balança comercial. De um lado, economizaremos nas importações de petróleo e de outro poderemos figurar como líder das exportações do novo combustível. Dessa forma, o biodiesel se apresenta como um instrumento importante de política comercial externa. Ha-

vendo êxito do Programa do biodiesel brasileiro, como esperamos, a nossa agricultura poderá se beneficiar da redução de custos, já que o setor é o segundo maior consumidor de diesel mineral, perdendo apenas para o segmento de transportes. Não é exagero afirmar que ***O biodiesel será também um aliado da política de estabilidade dos preços***. Na medida em que for ampliada a sua utilização, estaremos mais protegidos em relação aos eventuais incrementos dos preços da gasolina e do álcool.

As estimativas do Governo indicam a possibilidade de que sejam gerados quase um milhão de novos empregos, com o biodiesel. Estudos da Embrapa avaliam que a exploração da mamona consorciada com o feijão, somente com a produção primária, sem agregação de valor, poderá gerar uma renda líquida de até R\$400 por hectare cultivado. Como a mamona é abundante no Nordeste, temos aí uma oportunidade de melhoria de vida para as populações mais necessitadas desta região. É com essa perspectiva de inclusão social que, em nome do meu partido, o PMDB, sugiro que o BNDES, o Banco do Brasil, o BASA e o Banco do Nordeste, desenhem imediatamente linhas específicas de fomento ao pequeno produtor rural de matérias primas do biodiesel. Será uma importante contribuição das agências financeiras de fomento a esse programa estratégico.

Estamos caminhando bem na pesquisa. Apenas para citar, um furgão, utilizando biodiesel desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, já percorreu, com esse combustível, exatos 300 mil quilômetros sem apresentar qualquer defeito. A Universidade Federal de Alagoas, por exemplo, constituiu um setor específico para estudar o biodiesel a partir da mamona.

Publicado em 12-12-2004.

RETROCESSO INADMISSÍVEL

Ninguém tem dúvidas de que o Tribunal Superior Eleitoral tem prestado bons serviços à democracia e ao País. Mas, ao vincular as coligações estaduais às nacionais, afetou profundamente o cenário político nacional e atravessou a competência do Congresso ao normatizar matéria ainda em discussão no Parlamento. O Senado já votou 15 itens da reforma política que hoje tramita na Câmara dos Deputados. A Lei Eleitoral nº 9.504, foi aprovada por nós, congressistas, em 1997 e conserva rigorosamente a mesma redação mas, pelo entendimento de alguns ministros do TSE em 2002, o que valeu para as eleições de 1998 não vale para os outros pleitos seguintes.

Assim, em total descompasso com o art. 6º da Lei 9.504 e o art. 86 do Código Eleitoral, estão enquadrando os partidos políticos em um absurdo modelo restritivo que não se harmoniza com a liberdade da formação de coligações, preconizada na lei e aplicada amplamente nas eleições até aqui. Essa novidade é, sob todos os aspectos, desastrosa. Um verdadeiro retrocesso. Foi imposta de súbito, ao arrepio do pacto federativo. Tem provocado a mais absoluta incerteza nas relações eleitorais e partidárias. ***Esta insegurança jurídica é perniciosa à democracia.*** A atual legislação foi concebida com o objetivo de dar fim ao hábito maroto de modificar as normas eleitorais a cada pleito. O curso de aperfeiçoamento democrático foi interrompido.

Para garantir a liberdade dos partidos políticos no que se refere à definição de coligações eleitorais, apresentei nesta semana um projeto de lei – que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e já conta com o apoio de vários partidos – acabando com

a verticalização das eleições em todos os níveis. A proposta afirma que as coligações formadas para a eleição de Presidente da República e Vice-Presidente da República não vinculam as celebradas nas eleições de Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Distrital. Levando em conta os princípios democráticos previstos na Constituição, não cabe impor qualquer restrição às alianças partidárias estaduais, obrigando-as a seguir as definições em nível nacional.

A legislação eleitoral deve zelar pela estabilidade normativa e devido a sua importância elevada na segurança das relações jurídicas e democráticas, deve ser tornada insuscetível de mudanças bruscas e ao sobressalto de interpretações circunstanciais veiculadas por mecanismos não submetidos ao processo legislativo. Por estes motivos, acredito na aprovação deste projeto, visto que não há dúvidas de que necessitamos trabalhar para garantir a autonomia dos partidos, e conseqüentemente, o espírito democrático no processo eleitoral.

Entre os diversos caminhos possíveis para restabelecer a competência do Legislativo, a proposta emerge como solução ideal para preservar a originalidade da lei. Possui respaldo constitucional e suspende os efeitos do ato normativo sem causar tumulto na harmonia dos Poderes. Trata-se de espécie normativa que tem como conteúdo as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, relacionadas no art. 49 da Constituição. Uma atitude do Parlamento, antes de abrir uma crise entre os Poderes, fortalece a democracia. É o Estado funcionando com o sistema de freios e contrapesos, previstos na Lei Fundamental. Só o poder limita o poder.

Publicado em 19-12-2004.

NATAL DE TODOS

O Natal é uma festa comemorada em todo o mundo. Não importa o idioma, a raça, a condição econômica, a idade ou o clima. Cor, alegria, esperança, amor, presentes e música criam o clima festivo desse evento universal. Cada país segue uma tradição, respeitando na linha evolutiva do tempo as lendas e os costumes elaborados pelos antepassados, que ao longo dos anos vai passando de pais para filhos. Por tudo o que representa o 25 de dezembro, decidi deixar de lado o tradicional balanço do ano que termina para falar um pouco da trajetória do Natal e de suas curiosidades.

A festa – antes de ser oficializada como cristã – era um ato pagão de adoração ao que se considerava, séculos antes de Jesus, o deus Sol. Foi o Papa Julio I quem oficializou a data de 25 de dezembro como a data de comemoração do natal como nascimento de Cristo. Nos primeiros anos do cristianismo, a Páscoa era o feriado principal. O nascimento de Jesus não era celebrado. No século IV, oficiais da Igreja decidiram instituir o nascimento de Jesus com um feriado. Alguns estudiosos acreditam que a Igreja adotou o 25 de dezembro num esforço de absorver as tradições populares. Primeiro foi chamado de Festa da Natividade. O costume se espalhou para o Egito em 432 e chegou até a Inglaterra no final do século VI. Ao final do século VIII, já tinha chegado na Escandinávia.

O Natal como conhecemos hoje é uma invenção da era inglesa Vitoriana, ao redor de 1860, tendo pouco mais de 140 anos. É o feriado mais celebrado no mundo e o resultado da fusão de tradições de diferentes regiões, de culturas religiosas e seculares. Uma das maiores tradições do Natal, a árvore em forma de pinheiro, é uma tradi-

ção alemã e era originalmente enfeitada para cultuar o deus nórdico Odin. O costume de enfeitar árvores de Natal com papéis coloridos, bolas, bombons e bonecos incluía também nomes de entes queridos para serem protegidos pelos deuses.

Já Papai Noel é uma homenagem ao bispo católico Nicolau – antes monge e abade – que, posteriormente canonizado como São Nicolau, viveu na Turquia no ano 350 d.C. Em vida, Nicolau costumava distribuir dinheiro durante a noite, além de presentes e comidas para as crianças e famílias pobres de sua cidade. Diz a lenda que tudo começou com a atitude bondosa de Nicolau em recolher moedas de ouro e lançar pelas janelas das casas mais humildes da cidade. Daí surgiu a idéia de presentear as pessoas nas festividades do Natal. O Papai Noel na figura que hoje conhecemos – velhinho camponês russo com barba, botinas, casaco vermelho e carapuça andando em trenó puxado por oito renas – é fruto da imaginação de um poeta chamado Clement Clarck, um cartunista francês, e das campanhas de publicidade da fábrica de um famoso refrigerante norte-americano na década de 30.

Ao longo de séculos, esta tradição que resiste ao tempo ***se transformou num dos mais belos e significativos acontecimentos do ano***. Tornou-se, também, um momento de paz, de harmonia, de solidariedade e de boa vontade mesmo entre povos com costumes completamente diversos. Teríamos muito mais a dizer do Natal, como a tradição das ceias à meia-noite, uma criação dos europeus para suportar as noites frias de inverno naquela região. Mas o importante mesmo é a imagem que fica desta festa, hoje muito mais das crianças, que encanta também os adultos e é a época do ano mais esperada. Por isto tudo, aproveite um pouco esta data para refletir com a família sobre o ano que passou e os desafios que estão por vir.

Publicado em 26-12-2004.

PRONUNCIAMENTOS

O NECESSÁRIO INVESTIMENTO NO TURISMO

Sessão de 29-1-2004.

A atividade turística tem apresentado alto índice de crescimento e movimentado bilhões de dólares em todo o planeta. Dados da Organização Mundial de Turismo revelam que esta é a atividade que mais cresce no mundo e já superou, inclusive, a indústria automobilística na geração de receitas, com um faturamento aproximado de US\$3,6 trilhões.

Ou seja, cerca de 10,5% do PIB mundial. Movimenta, ainda, quase 2 bilhões de viajantes, gerando mais de 260 milhões de empregos em todo o mundo.

Estamos, portanto, diante do desafio de incrementar uma indústria que abriga 11% de todo o mercado mundial de trabalho, movimenta mais de US\$500 bilhões de dólares por ano, é a principal fonte de renda para 40% dos países e se inclui entre as cinco maiores atividades geradoras de riquezas em 83% das nações.

O Brasil, com sua imensa dívida social e a presente retração da economia, não se pode dar ao luxo de perder oportunidades de desenvolver seu potencial turístico, atividade que, sem exagero, produziria profunda e positiva mudança socioeconômica no País. A idéia do turismo como fonte de emprego e renda para a nossa população é, hoje, uma realidade.

O investimento neste setor muito contribuirá para minimizar o grave problema social da miséria e da fome em nosso povo.

Temos mão-de-obra disponível, que em grande parte ainda depende de qualificação profissional. Mas o treinamento adequado

propiciará emprego e este, por sua vez, renda para as famílias. Em todo o mundo, de cada dez empregos um é gerado pela indústria turística. No Brasil, cada emprego direto criado no setor representa quatro indiretos.

No Nordeste, vivemos um momento positivo. Hoje, há diversos projetos de investimentos estrangeiros, especialmente de grupos portugueses, que ali se fazem de forma crescente. E mais: estamos em plena expansão turística com relação aos cruzeiros marítimos.

O turismo de negócios, por sua vez, tornou-se uma alternativa para regiões e cidades estrategicamente bem localizadas. O ecoturismo é uma realidade e também uma alternativa para afastar o problema da sazonalidade e evasão dos turistas das férias.

A temporada de verão 2003/2004 chegou trazendo mais turistas estrangeiros para nossa região, com uma oferta recorde de vôos. Semanalmente, estão chegando, em sete cidades nordestinas, 42 vôos *charter*, provenientes de 14 países.

São 133% de aumento em relação à temporada anterior, que contava com 18 vôos. Há aumento de vôos de Portugal e Espanha, só para citar alguns. Além disso, cidades como Maceió, Natal e Fortaleza vêm se tornando os destinos mais procurados, principalmente, pelos turistas de países da América do Sul e Europa.

Nesta temporada de verão, a Argentina aparece em primeiro lugar em números de *charters* para o Nordeste: são dez, oito a mais em relação ao verão passado.

Portugal é o segundo da lista, com nove vôos, três a mais que no ano anterior. Os demais são da Escandinávia, Itália, Holanda, Uruguai, Chile, Espanha, França e Suíça. Além de República Tcheca, Bolívia e Guiana Francesa.

Alagoas tem forte vocação turística, não se pode negar. Em cada esquina da nossa capital, Maceió, ou de outras partes do estado, haverá sempre alagoanos dispostos a receber de braços abertos o turista, venha ele de onde vier.

Esta é uma das características do nosso povo. Nos últimos doze meses, chegaram apenas pelo aeroporto internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió, cerca de 600 mil turistas. Cada brasileiro que visita nosso estado deixa, em média, cem reais por dia e o estrangeiro,

70 dólares, o que significa a injeção, na economia de Alagoas nesta temporada, de cerca de 40 milhões de reais.

Neste verão, a demanda turística do estado cresceu consideravelmente. Só no mês de janeiro, já recebemos 51 mil visitantes. Em relação a janeiro de 2003, Alagoas registrou um crescimento de turistas brasileiros da ordem de 51% e, com grande destaque, de 244% de turistas estrangeiros.

Os principais visitantes são os portugueses, os italianos, os argentinos, os chilenos e, pela primeira vez, os bolivianos. Isto tudo, apesar de Maceió não ter sequer um vôo internacional de carreira.

Mas a pista do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares está pronta para receber aviões de grande porte. Conseguimos ampliá-la em mais de 400 metros e homologá-la junto ao D.A.C. Apenas em 2003, conseguimos a liberação de mais de 50 milhões de reais, graças à colaboração do Governo Federal e ao espírito público do ex-Senador Carlos Wilson, Presidente da Infraero.

São recursos para a construção do novo aeroporto internacional de Maceió, cujas obras caminham em ritmo acelerado. Temos, ainda, trabalhado para garantir a construção de um terminal de passageiros no porto de Maceió, para incluir nossa capital cada vez mais na rota dos grandes navios de cruzeiro.

Por sua vez, o Governador Ronaldo Lessa também está construindo um moderno Centro de Convenções na capital – antiga reivindicação do setor turístico – que colocará Alagoas em condições de maior competitividade com outros estados.

O turista estrangeiro, sobretudo o europeu, vem lotando os hotéis de Maceió. Dados da Secretaria de Turismo confirmam que somente de Lisboa são cerca de 150 turistas por semana.

E, segundo o Secretário Tito Uchoa, este número ainda pode aumentar, já que Maceió receberá mais um vôo direto de Portugal por semana, procedente da cidade do Porto. Da Itália, os vôos semanais trazem em média 300 turistas.

Infelizmente, o Brasil, com todo o seu potencial, amarga o desconfortável vigésimo nono lugar no *ranking* internacional dos países que mais recebem turistas. A Espanha, por exemplo, recebe uma média de 57 milhões de visitantes por ano.

Para uma terra como a nossa – de belezas naturais exuberantes, patrimônio histórico e arquitetônico riquíssimo, cultura, música e folclore contagiantes e culinária para todos os gostos – é absolutamente insignificante receber apenas cinco milhões de turistas estrangeiros anualmente.

O crescimento do apelo turístico baseado na preservação e conservação da natureza, além do patrimônio histórico e cultural, colocam o Brasil na vanguarda como um dos principais destinos nos próximos dez anos.

Daí surge a necessidade de nos prepararmos, desde já, investindo mais em capacitação da mão-de-obra, segurança e infra-estrutura para competirmos no mercado internacional.

A Organização Mundial do Turismo prevê que para cada dólar investido nesta área por um país, ele recebe seis como retorno. Temos de consolidar as bases para um desenvolvimento harmônico entre o turismo e as belezas naturais existentes.

Em nosso País, segundo o IBGE, o setor influencia 52 segmentos diferentes da economia, empregando em sua cadeia desde mão-de-obra mais qualificada em áreas que utilizam alta tecnologia até as menos especializadas, tanto no emprego formal quanto no informal.

Para que o Brasil se constitua em grande destino turístico mundial, é necessário que ele consolide primeiro um turismo interno forte, de qualidade e competitivo. Depois um turismo intra-regional significativo para então poder se consagrar como um destino internacional. É preciso, portanto, desenvolver o turismo em bases sustentáveis.

O turista, hoje em dia, está mais bem informado e exigente. Não quer apenas férias passivas sob o sol, mas experiências que o enriqueça culturalmente.

É necessário estimular a parceria entre o governo, empresariado e a comunidade para alcançarmos estes objetivos. Ações compartilhadas com a sociedade são fundamentais neste ramo de atividade. Incentivar programas de entretenimento, educação ambiental e realizar a recuperação de paisagens degradadas também são iniciativas desejáveis.

É fundamental, também, realçar a questão do conhecimento, da pesquisa, da tecnologia e da educação profissional. Reside aí um

dos fatores de diferenciação entre o Brasil e os seus principais concorrentes.

De igual modo, é imprescindível identificar meios e instrumentos que, em áreas como o transporte, possam remover obstáculos ao impulsionamento do turismo interno e externo no País.

Fazer esta lição de casa é urgente. E, por falar em lição de casa, gostaria de cobrar do Líder do Governo, Senador Aloízio Mercadante, o compromisso de fazermos a revisão das alíquotas da Cofins, acertado com o PMDB e com outros partidos.

Votamos o projeto de conversão que melhorou a medida provisória, mas com o compromisso de, na convocação extraordinária, realizarmos a sua inadiável revisão. Chegou a hora!

Já reduzimos as alíquotas para setores da economia, como a saúde, a educação e o transporte coletivo. Mas precisamos reduzir também a alíquota de outros setores, como o do transporte de cargas, a construção civil e, principalmente o turismo.

Se não adotarmos todo este conjunto de medidas, ficaremos para trás no tempo e na concorrência com outras nações.

A exuberância natural, histórica e arquitetônica do Brasil será novamente substituída pelo conforto, bom atendimento e relação custo-benefício dos países que já perceberam, há muitos anos, que o turismo é fator de prosperidade, geração de empregos e justiça social.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

O SERTÃO ESTÁ VIRANDO MAR

Sessão de 3-2-2004.

O Dia Mundial da Água vai ser comemorado no próximo dia 22 de março. E – não sei se por previsão científica ou por ironia do momento – o tema escolhido é “*A Água e os Desastres*”.

O quadro atual das chuvas e enchentes em nosso País é alarmante, principalmente no Nordeste. De acordo com a Chesf, esta é a maior cheia dos últimos 44 anos na região.

As fortes chuvas de verão já fizeram 88 vítimas fatais e cerca de cem feridos. Outras 21 pessoas estão desaparecidas. O mais recente levantamento do Ministério da Integração Nacional mostra ainda que foram danificados até agora 12 mil quilômetros de estradas.

Ao todo, aproximadamente 300 municípios em 15 estados foram atingidos pelas chuvas. No balanço nacional da Secretaria de Defesa Civil, 104 mil pessoas estão desabrigadas ou desalojadas.

As chuvas destruíram 2.516 casas e 79 pontes e danificaram 20.751 casas e 196 pontes. Os estados mais castigados são os da região Nordeste. O volume das águas do rio São Francisco aumentou 316% nos últimos dias, causando inundações em várias cidades.

No Baixo São Francisco, áreas de 12 municípios foram alagadas. As populações de áreas ribeirinhas têm sido obrigadas a deixar suas casas. O nível do rio chegou a oito metros e meio acima do normal na cidade de Piranhas, em Alagoas.

A situação é dramática em boa parte do estado. Na parte baixa do município de Belo Monte, a 210 quilômetros de Maceió, 40

famílias estão desabrigadas. A água invadiu as casas e é preciso usar embarcações para transitar pelas ruas.

Em Pão de Açúcar, distante 220 quilômetros da capital, os 30 bares e restaurantes da prainha ficaram embaixo d'água. A lagoa transbordou e destruiu plantações. Os pescadores do município perderam 80% da produção dos peixes criados em viveiros.

Os 450 milímetros de chuvas que caíram no Baixo São Francisco trouxeram conseqüências catastróficas para os 350 produtores de arroz do Distrito Irrigado de Boacica, em Igreja Nova.

A chuvarada resultou na inundação de mais de 80% da cultura do arroz, afetando a produção de até quatro mil toneladas da safra de verão que começaria a ser colhida este mês. Estes são apenas alguns exemplos do que está acontecendo em Alagoas.

E os problemas decorrentes das enchentes não demoram a aparecer. Há a iminência de um surto de doenç as. A falta de investimento em obras de infra-estrutura e saneamento, de modo geral, resulta em males que poderiam estar erradicados, como   o caso das doenç as de veiculação hídrica: cólera, febre tifóide, disenteria e hepatite, só para citar algumas.

Sei que o governo federal está intensificando o atendimento às populações atingidas pelas chuvas nas regiões Nordeste, Sudeste, parte do Sul e parte do Centro-Oeste, onde as enchentes já provocaram estragos e isolaram algumas localidades.

O Presidente Luiz In cio Lula da Silva realizou uma reunião de emergência para cobrar de 12 ministros mais agilidade no atendimento às vítimas dos temporais que assolam o País há dois meses – um reconhecimento do próprio Presidente de que o governo precisa agir com a rapidez necessária.

Mas o que mais me preocupa é que a ajuda inicial não está até agora incluindo Alagoas, que corre o risco de ficar de fora num primeiro momento da distribuição de medicamentos, alimentos, água potável, além de serviç os na restauração de pontes e estradas, de acordo com os jornais do meu estado.

Por isto, estou hoje aqui nesta Tribuna para pedir ao Governo Federal que agilize medidas emergenciais também em meu estado.

Como vimos, dezenas de famílias ribeirinhas estão desalojadas e sem moradia. As rodovias também estão destruídas e aumentam o sofrimento das vítimas, daí a necessidade de recuperação imediata das estradas vicinais que servem à população do interior.

Soube também que, para agilizar o atendimento às vítimas da enchente, a Casa Civil criou um Grupo de Trabalho formado por representantes de vários órgãos do Governo. Iniciativa que não posso deixar de louvar.

Estes são os apelos e considerações que faço num momento em que o sertão, como dizia a profecia, está virando mar. Estamos diante de um momento delicado. Temos de partir, também, para soluções e medidas que não sejam meramente paliativas.

O cenário é de nova ordem econômica e de nova cultura organizacional. Não podemos aceitar passivamente que nos imponham uma visão determinista e elitista sobre o Nordeste. A geografia e o clima não podem, definitivamente, ditar nosso destino!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

TORTURADOR NA CÂMARA

Sessão de 10-2-2004.

Dois assuntos de extrema importância me trazem, hoje, à Tribuna.

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar meu firme repúdio e minha indignação por saber que o Sr. João Batista Campelo – acusado de ter participado de sessões de tortura durante os anos negros da ditadura – assumiu, ontem, o cargo de assistente da Procuradoria Jurídica da Câmara Legislativa do DF.

A primeira vez que uma nomeação sua provocou indignação da opinião pública foi em 1999, quando, após ser indicado pelo então Chefe da Casa Militar, general Cardoso, assumiu como diretor-geral da Polícia Federal, durante minha gestão à frente do Ministério da Justiça.

Com um pronunciamento de 18 segundos durante sua posse, expressei, naquela época, o que a sociedade pensava e pensa destas pessoas.

João Batista Campelo entrou para a história como o diretor que menos tempo ficou à frente da Polícia Federal – uma instituição respeitada, competente e que não deve nada a nenhuma Polícia do Mundo. Foi tamanha a reação da imprensa e dos grupos ligados aos direitos humanos que ele teve de pedir demissão três dias depois.

Investigado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Campelo foi denunciado pelo ex-padre José Antônio Monteiro, que o acusou de participar de sessões de tortura praticadas em 1970, durante a ditadura.

Monteiro disse que o delegado teria ajudado policiais a colocá-lo num pau-de-arara, após ser preso por Campelo na cidade de Urbano Santos, no interior do Maranhão. O ex-padre garante que o delegado Campelo assistia às sessões e o torturava psicologicamente.

Inconformado, este senhor chegou a mover dois processos contra mim e contra a Editora Três, da revista *IstoÉ*. Mas a Justiça julgou-as improcedentes, numa demonstração de que também repudia práticas de um passado obscuro de nossa história.

Diante disso, faço um apelo ao Deputado Benício Tavares, presidente da Câmara Legislativa do DF, para que reveja esta nomeação. Este é um assunto que deveria merecer, inclusive, a atenção do Secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, um homem historicamente comprometido com o combate à tortura no País.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o outro assunto que trago à Tribuna é a Liderança do Governo no Congresso que, por mais que não queiramos, está na ordem do dia.

Antes de tudo, desejo enfatizar que o cargo é de estrita confiança do Presidente da República. Não se trata de uma questão política, mas de alçada exclusiva do Presidente Lula, que está – como sempre esteve – à vontade para nomear as funções de seu Governo.

O PMDB não vai, formalmente, reivindicar a Liderança do Governo – embora esta fosse ocupada por um integrante de suas fileiras, o Senador Amir Lando, Ministro da Previdência.

Vamos seguir exatamente o mesmo comportamento que tivemos durante a reforma ministerial, deixando o Presidente Lula livre para tomar as decisões que melhor estabilizem a base de sustentação congressual do Governo.

Claro que pretendíamos manter o cargo. Aliás, como Líder do Partido, foi isto que comuniquei aos Ministros José Dirceu e Aldo Rebelo e ao Líder do Governo no Senado, Aloízio Mercadante. Mas nossa disposição de continuar ajudando o País, de apoiar a governabilidade, continua de pé, mais do que nunca de pé!

Não há crise alguma. Na relação, o PMDB hoje faz parte oficialmente do Governo e vamos continuar nossos entendimentos com o PT para estreitarmos, se for o caso, nossa relação. Temos de ter como meta a manutenção de nossa unidade partidária. O Partido nunca

esteve tão pacificado internamente e não vai se dividir, exatamente agora, por questões pontuais.

Para desfazer qualquer intriga e desmentir boatos, quero reafirmar que sou amigo do Senador Fernando Bezerra. Hoje, ele é um dos parlamentares com quem me dou melhor no Senado Federal. Tenho freqüentado sua residência, seu gabinete, conversado muito com ele sobre os assuntos do Congresso e do País.

A nomeação para a Liderança do Governo no Congresso não se trata, de forma alguma, de uma questão pessoal.

O cargo – repito – exige designação formal do próprio Presidente e é ele quem deve decidir. Esta é uma função de estrita confiança e de exclusiva competência do Presidente da República.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

A CRISE DEPOIS DA PARMALAT

Sessão de 16-2-2004.

As mudanças no cenário mundial da produção de leite, geradas pelo fechamento da segunda maior empresa de industrialização de leite e derivados do mundo – a Parmalat – estão trazendo prejuízos significativos para o setor leiteiro nacional.

Com as dificuldades financeiras causadas pela crise, não deverá restar ao produtor brasileiro outra opção, a não ser a venda das matrizes para o corte. E lembro que cada vaca demora dois anos para produzir. É um investimento tremendo!

A produção do leite é estratégica para o País porque este é um produto fundamental na nutrição do brasileiro. Esta é uma atividade capaz de gerar muitos recursos para economia e para a agricultura familiar.

Recuperar, portanto, a cadeia produtiva de leite brasileira – que vive uma situação difícil também devido à redução do consumo desde 2003 – deve ser uma prioridade de governo. Precisamos avançar no modelo cooperativista.

Eu apóio, por exemplo, a iniciativa das cooperativas e laticínios de arrendarem as fábricas do grupo Parmalat no País, cujas produções foram afetadas. Das oito empresas do grupo Parmalat no Brasil, pelo menos três estão paradas: duas em Jundiaí (SP) e uma em Santa Helena (GO).

A unidade de Carazinho (RS) está fechando as portas. A de Garanhuns (PE), segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Laticínios de Pernambuco, também.

A fábrica de Araçatuba (SP) mantém o trabalho em três turnos, mas só produz milho em conserva. Já a de Itaperuna (RJ) opera com 30% de sua capacidade total.

A América Latina representa entre 20% e 25% das vendas mundiais da Parmalat. A dívida da empresa no Brasil com os bancos é estimada em R\$1 bilhão. A Parmalat é o segundo maior comprador de leite no País e a empresa tem cerca de 6 mil trabalhadores no Brasil. Daí a importância de darmos maior atenção a esta crise.

O Brasil ocupa, hoje, a 5ª posição no *ranking* dos maiores produtores mundiais de leite, com aproximadamente 21 bilhões de litros por ano. Países da União Européia, os Estados Unidos, a Rússia, a Ucrânia e a Índia representam 65% da produção mundial de lácteos.

Praticamente todos utilizam uma série de políticas de subsídios à produção, como a compra de excedentes pelo Governo e estabelecimento de preços mínimos para o produtor.

Em nosso País, os milhares de produtores exercem a nobre atividade de prover aos lares brasileiros o nosso leite de cada dia, gerando uma renda primária de 7 bilhões de reais e, a cada ano, ocupando três milhões de pessoas, somente na zona rural.

A atividade movimenta 8% do PIB agrícola de R\$85 milhões de reais anuais: ou seja, 12 bilhões de reais ao ano nas vendas de produtos lácteos no mercado consumidor, que contribuem para o Erário com R\$2,5 bilhões de impostos arrecadados por ano.

A crise da Parmalat, portanto, é uma demonstração de que é necessário reestruturar o setor para que sejamos menos vulneráveis aos grandes conglomerados.

O Governo deveria analisar medidas emergenciais, como a compra de parte do leite em pó recebido pelas cooperativas do setor como pagamento de dívidas da Parmalat. O leite poderia ser usado pelo Fome Zero para distribuição à população atendida pelo programa, por exemplo.

Ainda nos encontramos muito aquém do consumo mínimo sugerido pela Organização Mundial de Saúde – 80 litros/pessoa/ano – já que o nosso consumo médio está em torno de 36 litros/pessoa/ano.

Além dos diversos gargalos que o setor nacional atravessa, há irregularidades denunciadas, como a existência de cartéis por parte

das indústrias e supermercados, gerando enormes prejuízos para os elos mais fracos da cadeia.

No ano de 2000, no segmento industrial, mais da metade do leite envasado saiu de apenas 10 empresas e, no segmento varejo, somente 50 redes de supermercados foram as responsáveis pela distribuição de 58% dos produtos lácteos.

Alagoas é, atualmente, o maior produtor das regiões Norte e Nordeste e apresenta um enorme potencial para elevar a produção de forma a contribuir para o desenvolvimento do País.

Somente na Bacia Leiteira de Alagoas, há uma população de 2.500 proprietários rurais, que geram mais de cem mil empregos diretos e indiretos. Isso sem contar que, hoje, praticamente todos os municípios alagoanos produzem leite. Trata-se, portanto, de um segmento vital para o desenvolvimento do nosso estado.

Dentre algumas aspirações dos produtores, que igualmente defendendo, estão a cotação das *commodities* lácteas no mercado futuro e a disponibilização de empréstimos do Governo Federal para a compra do excedente de leite disponível no mercado.

Com os recursos, o produto poderá ser adquirido e estocado pelas cooperativas e indústrias do setor e ter o seu preço assegurado. Para isso, são necessários R\$ 500 milhões no ano, sendo R\$300 milhões até março, conforme estima a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados.

Entre as reclamações dos produtores, a principal delas é o agravamento dos problemas de comercialização dos excedentes de produção da safra 2003/04 e a dificuldade de negociação com os bancos para a liberação dos Empréstimos do Governo Federal.

De acordo com representantes de cooperativas, os bancos vêm exigindo garantia real, aval e recebíveis para disponibilizar o dinheiro aos produtores.

É preciso combinar ações de curto prazo para evitar prejuízos aos agricultores que fornecem leite para a Parmalat e, ao mesmo tempo, trabalhar com medidas capazes de sustentar a renda do conjunto da cadeia leiteira brasileira. São cerca de 500 mil agricultores familiares produtores de leite no mercado formal e outros 500 mil no mercado informal, que representam 52% da produção brasileira.

É necessário, ainda, que simultaneamente sejam adotadas, nas outras esferas de governo, programas de valorização da atividade produtiva, a exemplo do que fizeram os estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul que estão disponibilizando incentivos financeiros e fiscais para as indústrias e produtores que firmem contratos de compromisso sobre a forma de pagamento e preço mínimo de compra.

Além disso, precisam ser estimulados programas de transferência de recursos financeiros para os municípios que queiram organizar programas sanitários de produção e envasamento em suas regiões e que venham promover a aquisição incentivada junto aos pequenos produtores no fornecimento para a merenda escolar e demais programas sociais.

É fundamental adotar todas as medidas *antidumping*. Estabelecer taxas de equalização de custo para produtos importados de países que utilizam subsídios.

Devem ser discutidas, no âmbito próprio, as medidas necessárias à manutenção da livre concorrência, combatendo a excessiva concentração no varejo e indústria que atuam nesta cadeia.

Nosso País tem todo um potencial produtivo representado por seu estoque de solo, condições climáticas e na vontade de sua gente. Claro que temos um longo caminho para percorrer em termos de ganhos de produtividade por animal, desenvolvimento genético do rebanho leiteiro, melhoria da qualidade da captação e armazenamento de leite na propriedade, redução dos custos de transporte e redução de perdas.

Finalmente, devo confessar minha total confiança no futuro deste setor e a contribuição que esta dará para a redução da fome no mundo. O Brasil tem tudo para, dentro de pouco tempo, se tornar um grande exportador mundial de leite e derivados, alavancado pela sua posição natural de competitividade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA

Sessão de 9-3-2004.

Não poderíamos falar nos direitos da mulher sem uma visão, mesmo que breve, de sua posição atual dentro da sociedade. Podemos dizer que o desenvolvimento político, social, econômico e cultural do País, nas últimas décadas, influiu muito na maneira de existir, viver, pensar e agir das mulheres. A mulher, hoje, constitui metade da população brasileira, cerca de 36% de sua força de trabalho ativa, metade do eleitorado e do público consumidor. Mais de 70% das pequenas empresas brasileiras são administradas por mulheres!

Politicamente, elas também avançaram bastante. No que concerne às lutas gerais do povo brasileiro, a mulher tem desempenhado um papel marcante no trabalho que, pouco a pouco, vai-nos levando à evolução democrática de nosso País. Em países como a Suécia, elas ocupam 45% dos cargos parlamentares. No Brasil, o poder político ainda é uma conquista tímida. Mesmo beneficiadas pela lei, ocupam apenas 9% dos mandatos parlamentares.

A presença das mulheres na vida pública não configura somente uma vitória feminina, como também muda as relações políticas no mundo. Relatório recente do Banco Mundial afirma que países em que a igualdade de gênero na política é menor pagam um preço alto no que diz respeito à sua habilidade de desenvolvimento e redução da pobreza. Ou seja: países mais machistas são mais pobres.

No que se refere às suas lutas específicas, cabe destacar que cresce no Brasil a consciência expressa no combate pela igualdade, autonomia e dignidade da mulher. Seus movimentos – principalmente em relação à irradiação de idéias – têm-se desenvolvido como verdadeira brecha libertária entre as poucas que conseguiram abrir-se, rompendo as barreiras das enormes restrições impostas à liberdade.

Tudo isso somado determinou sensíveis mudanças no comportamento em relação à igualdade de direitos da mulher, principalmente entre a classe média. E a aceitação, com menos preconceitos no debate público, de temas candentes e até então proibitivos como o direito à educação sexual das crianças e dos adolescentes, a contracepção, o aborto, a sexualidade feminina, o controle pela mulher de seu corpo etc.

Em síntese, é a aceitação da nova mulher que surge na arena política nacional assumindo, com garra e paixão, múltiplos deveres e direitos, até então, válidos somente para os homens. Este é, realmente, o grande fenômeno de nossa época no mundo e em nosso País. E nós, homens e mulheres, temos de estar preparados para aceitá-lo e encaminhá-lo de modo positivo.

Apesar das grandes mudanças ocorridas na vida da mulher, somos obrigados a reconhecer que isso acontece com enormes sacrifícios, que comumente as impedem de competir em pé de igualdade com os homens. A remuneração, por exemplo, não acompanha o crescimento profissional feminino. Certos preconceitos parecem mesmo ter vida longa.

Uma pesquisa recente do IBGE revela que as profissionais de todas as classes sociais, em cargos idênticos aos dos homens, ganham 40% menos. E este padrão não é somente brasileiro. Na França, as mulheres têm salários 15% menores. No caso do Brasil, um aspecto torna a diferença ainda mais cruel. Em média, as brasileiras têm um ano a mais de escolaridade que os brasileiros e, muitas vezes, mais cursos e especialização. Ou seja, são mais bem preparadas e ganham menos.

E o número de mulheres que ingressam na força de trabalho no mundo tem crescido cada dia mais. Por outro lado, a taxa de desem-

prego é elevada e os salários permanecem baixos, como revela o relatório da Organização Internacional do Trabalho. As mulheres representam 60% dos 550 milhões de trabalhadores pobres do mundo.

Em outra análise, a OIT diz que os processos até que a mulher alcance elevados cargos em seus ambientes de trabalho são “lentos e desiguais”. Na América Latina e Caribe, a taxa de desemprego entre as mulheres é de 10,1% contra uma taxa de 6,7% entre os homens. E, apesar de tudo isso, a história do movimento feminino está aí, para ser sempre lembrada. Abolicionistas ferrenhas, como a compositora carioca Chiquinha Gonzaga, marcaram suas vidas pela coragem e determinação na luta pela independência e liberdade das mulheres.

Em várias regiões do Brasil, as lutas prosseguiram. No Rio Grande do Norte, por exemplo, Nísia Floresta defendeu com veemência a instituição da educação para as mulheres. Em 1906, o Rio de Janeiro sediou o I Congresso Operário Brasileiro, no qual ficou estabelecida a necessidade de maior organização das mulheres em sindicatos. Em 1919, a Conferência do Conselho Feminino da OIT aprovou o salário igual para trabalho igual, destacando-se a participação de duas brasileiras no evento: Bertha Lutz e Olga de Paiva Meira. Em 1933, Carlota Pereira Queiróz torna-se a primeira deputada brasileira. Um ano mais tarde a Assembléia Constituinte assegurava o princípio da igualdade entre os sexos, o direito ao voto feminino, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre homens e mulheres.

Em 1977, é aprovada a lei do divórcio. Com os anos 80, eclodiram os movimentos que se espalharam pelo País e que tinham como bandeira o tema “violência contra a mulher”. A mulher se engaja definitivamente na política. Em 1985, conquistam a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Quando ocupei o Ministério da Justiça, dei completa prioridade ao trabalho de criação de mecanismos que garantissem os direitos da mulher e enfrentassem os preconceitos que resistem ao tempo.

O movimento feminino se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em

permanente processo de recriação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra as diferentes formas de discriminação.

Infelizmente, uma outra tragédia que atinge as mulheres brasileiras é a violência. As Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres continuam registrando milhares de casos, sendo a grande maioria relacionados aos crimes de lesão corporal dolosa e ao crime de ameaça. As estatísticas mundiais também são alarmantes: de 20% a 50% das mulheres já foram vítimas de assalto. Uma em cada dez já foi estuprada e 30 milhões foram mutiladas em todo o planeta.

Mas a verdade é que a atitude em relação à mulher, no geral, mudou e para melhor. Por minha convicção pessoal de continuar lutando pelos direitos humanos, quero, mais uma vez, me congratular com as mulheres deste País e dizer-lhes que estarei sempre atento aos seus pleitos e às suas necessidades aqui em Brasília.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

DEBATE SOBRE CPI

Sessão de 12-3-04.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Casa todo mundo sabe que respeito profundamente o Senador Arthur Virgílio e que compreendo muito bem o papel da Oposição. Esse debate – o Senador Aloizio Mercadante já o disse aqui muito bem – é fundamental. É necessário que ele exista. O debate deve ser travado abertamente, para que o País compreenda nossas razões e nossos argumentos e possa eventualmente confrontá-los.

Quando digo que essa nova tentativa de CPI é política, eu o faço porque sabemos que esse requerimento já estava pronto há muito tempo, provavelmente aguardando o melhor momento para ser apresentado, o que acontece exatamente agora. E por que acontece só agora? Porque duas outras tentativas – dois outros requerimentos – não se viabilizaram, não se constituíram em Comissão Parlamentar de Inquérito porque foram politicamente esvaziadas: uma pela ausência de assinaturas mínimas; outra, Sr. Presidente, porque a Maioria entendeu e entende que não é momento de armarmos um palanque para fazermos uma investigação política, a não ser que essa investigação estivesse enfrentando obstáculos na Polícia Federal, no Ministério Público ou mesmo no Poder Judiciário, o que não é o caso. As investigações estão acontecendo – repito – estão sendo aprofundadas, serão aprofundadas.

Já disse e repito também: a greve da Polícia Federal não paralisou a investigação. Durante toda a semana, houve vários depoimentos,

foram colhidas provas. O País quer que isso se esclareça rapidamente. Os culpados precisam ser punidos. Não há aqui uma separação entre as pessoas que querem investigar e punir exemplarmente e as pessoas que não querem fazê-lo. Entendemos que isso deve ser feito no lugar certo. Não vamos criminalizar o dia-a-dia do Senado Federal. Este País não pode paralisar, e a nossa instituição também não.

Não existe restrição no Regimento do Senado Federal para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito. No Regimento da Câmara, sim. Na Câmara dos Deputados, somente cinco comissões de inquérito podem se instalar simultaneamente. Quantas não deixaram de ser criadas porque cinco já estavam em funcionamento! Aqui não, pode haver várias. Toda vez em que for necessária uma investigação política, precisaremos – a Maioria e a Minoria também – estar prontos para fazê-la.

O que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu ontem, ao confirmar a resposta que o Presidente José Sarney deu a uma, duas, três questões de ordem, foi exatamente isto: que só a Maioria instala o Parlamento, que só a Maioria decide por ele. É o princípio da Maioria. Não é a ditadura da Maioria, mas a democracia da Maioria. Da mesma forma que não pode haver a ditadura da Maioria, não pode também haver a ditadura da Minoria.

O direito de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um direito constitucionalmente assegurado à Minoria, mas o direito de instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito é um direito só assegurado à Maioria. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é fundamental à própria democracia, pois aprimora as instituições, corrige comportamentos. A CPI é fundamental, mas não é insubstituível quando os fatos estão sendo investigados pelos canais convencionais, como acontece agora.

É claro que amanhã vamos poder fazer Comissão Parlamentar de Inquérito, reunir a Maioria e a Minoria, apurar e investigar politicamente, dar resposta política, julgar politicamente, fazer o que já fizemos no passado, mas agora não, porque está parecendo algo obsessivo, uma música de uma nota só. A Oposição quer, de qualquer forma, fazer uma investigação política, criar uma CPI. Não importa qual a denúncia, pois qualquer uma serve, qualquer prazer diverte, e isso não

pode acontecer porque paralisa o País. É esse o debate que temos que travar. Ontem, aguardamos o tempo todo para fazê-lo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e não pudemos fazê-lo.

A Oposição leu alguns poucos votos em separado e, toda vez em que usou a palavra, o fez para repetir o que entende do mérito da investigação. Não temos diferença com relação ao julgamento de como deve ser as investigações. É claro que elas precisam correr rapidamente. Inclusive, fiz um apelo para que essa greve da Polícia Federal acabasse logo.

A Polícia Federal brasileira – e fui Ministro da Justiça – é uma das polícias mais competentes do mundo, é uma das polícias menos violentas do mundo, é uma instituição respeitada no País, respeitabilíssima, para usar uma expressão mais forte. É claro que essa greve precisa acabar, é claro que o Governo tem que reabrir a negociação e dar para os grevistas o que pode dar, o que pode assumir e cumprir, o que pode fazer, mas não pode deixar essa greve continuar, porque ela não pode ser sinônimo de que a investigação não será aprofundada pela Polícia Federal. Temos que dar também essa resposta – que deve ser a primeira a ser dada – assim como a resposta do esclarecimento e a da punição exemplar dos envolvidos. Não podemos ficar aqui cada dia discutindo uma CPI diferente.

A Maioria, democraticamente, decidiu que, neste momento, não haverá investigação política, porque entendemos que agora ela é desnecessária e temerária. O País não precisa dela. Ela só deverá ocorrer, se a Polícia Federal não cumprir o seu papel. Essa é uma posição pública, assumida por todos os Líderes dos Partidos que compõem a Maioria congressional. É esse o debate que deve ser travado. É disputa política? Sim, mas ela é inevitável.

Precisamos caminhar no rumo da construção de uma agenda positiva: votar a Lei de Falências, avançar na reforma do Judiciário, votar 17 medidas provisórias provenientes da Câmara dos Deputados que vão obstruir os trabalhos do Senado Federal. Dessa forma, amanhã, quando abrir o jornal, o leitor não entenderá que o País e o Senado estão paralisados, porque a Oposição quer ter o direito – é claro que ela o tem – de manter na pauta, na Ordem do Dia, essa discussão.

Vamos assumir a discussão, fazer um debate público, aberto, respeitoso como este, diferente daquele de ontem. Já nos acostumamos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a ver algumas coisas. Toda vez em que se usa um argumento que a Oposição não se sente muito à vontade para responder, as pessoas desequilibram-se, perdem o controle emocional e partem para a agressão. Ontem, ouvi um Senador – não me recordo quem – dizer que, a partir daquele momento, todos ali seriam inimigos. Isso não pode voltar a acontecer. Isso não engrandece o Senado Federal, nenhuma de suas Comissões, muito menos a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, talvez a mais importante do Senado.

Temos que fazer o debate claro, aberto, cada um assumindo uma posição e pagando o preço por isso. É claro que sabemos que cada posição que se assume nesta tribuna tem um preço, que deve ser pago, pois temos que cumprir o nosso papel. Isso é válido tanto para o Governo quanto para a Oposição. Mas o debate tem que ser profundo, consistente, equilibrado, tomado pelo bom senso, pela racionalidade. ***É preciso que se coloque em primeiro lugar o interesse do País e não o circunstancial interesse político e eleitoreiro.***

Tenho a melhor convivência, o melhor relacionamento e o mais profundo respeito pelo Senador Arthur Virgílio e, aproveitando os últimos momentos da minha passagem pela tribuna, deixo isso absolutamente claro para o Brasil. Mas entendo, tal qual o senador, que o debate é inevitável. Vamos ter que fazê-lo. Espero que não travemos apenas um único debate, que construamos rapidamente uma agenda positiva e possamos discutir esse e outras temas.

O senador tem argumentos, a Oposição tem argumentos, a Maioria tem argumentos, o Líder Aloizio Mercadante expôs argumentos, e estou expondo argumentos. É natural. Esse confronto, no melhor sentido, continuará a ocorrer. Isso é muito bom para o País.

Ontem, enquanto não falávamos, muitas pessoas não sabiam o que estávamos discutindo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque se passava para o Brasil a idéia de que estávamos querendo enterrar uma investigação política e acabar com a Comis-

são Parlamentar de Inquérito, de que o direito da Minoria de criar uma Comissão estava sendo sufocado, massacrado, de que estávamos relegando a Constituição Federal para um patamar inferior, de que o Regimento era omissivo e de que, por causa dessa lacuna, tínhamos que obrigar o Presidente do Senado Federal a indicar os membros da Comissão. Como é que S. Ex^ª pode obrigar alguém a participar de uma Comissão? O Regimento é claro, não há lacuna, não há omissão, não há nada; é isso que precisa ser esclarecido, e é por isso que esse debate tem que ocorrer.

Com relação à investigação do Waldomiro, esta deve ser feita na Polícia. O Waldomiro é culpado? Se for culpado, ele tem que pagar pelo crime que cometeu e ser exemplarmente punido.

Deve ser realizada a investigação sobre os bingos. Já houve uma CPI na Câmara dos Deputados. Repeti-la agora é repeti-la politicamente, mas essa investigação deve ser feita na Polícia. Se houver envolvimento de alguém com o narcotráfico, com o crime organizado, com a lavagem de dinheiro, ele terá que pagar por isso. O País quer que isso aconteça. A população não tem dúvida: quando diz que quer a criação da CPI é porque quer ver tudo absolutamente esclarecido.

No entanto, parar tudo, colocar o Governo contra as cordas, fazer uma investigação política para que alguns Partidos tirem dividendos sobre outros, é inadmissível, não vou concordar. O PMDB sempre defendeu essa posição e vai defendê-la sempre. Se o Partido que está no Governo fez isso no passado, não é problema do PMDB; é problema do Partido, que é hegemônico no Governo. A nossa posição é de coerência e, coerentemente, será defendida em todos os momentos em que houver necessidade de defendê-la.

CONVENÇÃO NACIONAL DO PMDB

Em 14-3-2004.

A história recente do Brasil é testemunha. O PMDB nunca fugiu à responsabilidade irrecusável de ajudar na construção da democracia – sem adjetivos – do País. O itinerário desta agremiação orgulha-nos, pois, em todas as circunstâncias e momentos em que fomos convocados para assumirmos o papel de líderes ou coadjuvantes maiores do processo de definição dos rumos da nacionalidade, não faltamos e nem falhamos !

Nunca nos eximimos dos chamamentos que a história do Brasil contemporâneo nos impôs. Seja para o fortalecimento das instituições democráticas, seja para o combate à inflação ou seja para a busca de maior justiça e equidade social.

Somos o partido mais longevo do País e, das nossas raízes, surgiram os demais partidos reformistas do Brasil. Durante estes quase 40 anos de vida, o PMDB, representando o estuário de insatisfações, de justas demandas e de esperança dos brasileiros, foi objeto da armação de estratégias para desestruturá-lo, para desmontá-lo e para desmoralizá-lo.

Assim, desde o início da vida partidária no País, pós-golpe militar de 64, o MDB e, o agora PMDB, já mostrava as suas diferenças ideológicas – autênticos e moderados – e as suas diferenças regionais em face da diversidade do País, dos seus problemas e de suas aspirações. Nenhum outro partido conseguiu como o PMDB, não ser comandado por um chefe, um oligarca, um condestável ou um dono da agremiação.

E todas as decisões partidárias ocorrem nunca por medida de força, pela vontade de um suserano ou pela radicalização de um grupo. Mas sempre pela via do contraditório, do conflito de idéias e de opiniões e – por que não? – de confronto de interesses.

Acusam-nos de não dispor de uma linha doutrinária e, nem sequer, de uma diretriz dogmática. Mas, neste mundo globalizado, com o fim da guerra fria, da busca de uma terceira ou de uma quarta via, qual o partido tem cara, identidade, doutrina ou linha programática?

Sempre fomos solidários com os nossos filiados e líderes mas, acima de tal fidelidade, está o compromisso com o País. Jamais acobertamos qualquer atitude questionada pela sociedade e, cortamos e continuaremos a cortar a própria carne, quando o grito justo ou às vezes até injusto da sociedade se alevanta. Este é um registro que faço, como Líder do PMDB no Senado, com muito orgulho e com muita honra.

O PMDB é o maior partido do Brasil. Tem mais de 6 milhões de filiados, 6 governadores, 1.220 prefeitos, 11.331 vereadores, 152 deputados estaduais, a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e a maior do Senado Federal. Nosso partido tem demonstrado responsabilidade com o compromisso histórico de batalhar pela melhoria da vida da sociedade brasileira, em todos os campos de atuação.

São ações nas áreas do combate à criminalidade, melhoria na saúde, educação, na luta pela reforma política, na defesa intransigente da geração de emprego e do crescimento econômico, na busca constante da modernização do País e de suas instituições, na atuação parlamentar em defesa dos menos favorecidos, na elaboração de propostas ousadas e criativas para os principais problemas brasileiros.

Nosso lema pode ser assim resumido: o futuro é agora. Não dá para deixar para depois a solução de problemas tão complexos e urgentes como a miséria, a violência e a falta de empregos. Assim, tenho procurado, como Líder do Partido no Senado Federal, dar início a um grande movimento, no sentido de progredirmos e avançarmos já.

É preciso crescer. Por isso, precisamos eliminar as desigualdades de todo tipo: de renda, de acesso à educação, à cultura, de acesso a terra. Preocupa-nos, neste momento, sobretudo, a forma de encaminhamento do projeto de reestruturação fundiária do País. A visão do PMDB é de que a reforma agrária representa importante instru-

mento de distribuição de riqueza e renda, desde que, na sua concepção e operacionalização, efetivamente, venha a fortalecer a agricultura familiar, gerar um empreendedorismo sadio e competitivo.

E isto será possível via crédito supervisionado, assistência técnica, infra-estrutura de produção e comercialização. A reforma é para promover justiça social sem tumultuar o meio rural.

Sem igualdade, não haverá crescimento. ***O PMDB quer que o País melhore para todos, mas agora.*** O País está pronto para retomar o desenvolvimento, como desejam todos – governo e sociedade. Por isso, o PMDB vai apoiar todas as medidas que busquem a retomada da economia e a geração de empregos, mas evitando a inflação. Juntos, PMDB e sociedade, caminharão no rumo de um País onde o bem-estar seja de todos e não de poucos.

O PMDB se preocupa com o destino do País, com a superação de nosso fracasso social e a definição dos rumos da economia. Temos de ajudar o País a fazer a transição de uma economia monetarista para um modelo mais desenvolvimentista, voltado prioritariamente para a melhoria de nossos indicadores sociais. O PMDB tem a responsabilidade histórica de ajudar a construir os caminhos para superarmos impasses cruciais, como os juros altos, o déficit público, a volta da inflação, os endividamentos interno e externo e as reformas.

Nosso partido reafirma seu compromisso com a governabilidade. Estamos dispostos a ajudar o País. Não queremos, de forma alguma, que o Governo erre mais ou acerte menos. A hora é de transparência, de jogo aberto, de discussão limpa e de construção, de parcerias onde impere acima de tudo o respeito mútuo.

Vamos aprovar o que for útil para o País, mas também impedir o que entender danoso. Não podemos e não devemos ser intransigentes, mas temos de, com clareza, ajudar no que for convergente com o interesse nacional, sem abdicar do direito de divergir e de criticar o que considerar errado.

A chamada responsabilidade legislativa nos obriga a agir de imediato. Senão, pode ser muito tarde. Este processo, que prioriza a busca da unidade, não deixa de respeitar sua pluralidade. Carecíamos, é verdade, de união interna, de integração, de comunhão de idéias.

Mas depois da construção desse acordo com o Governo, os tempos são outros. O partido voltou a ter uma direção partidária respeitada, forte e consciente de seu papel nesse momento. Mesmo assim, considero oportuno enfatizar que são os antagonismos de idéias que permitem alcançar a convergência.

Vamos continuar olhando para frente, animados pela meta de fazer da disciplina partidária uma questão fundamental, evitando com isso a transformação do PMDB em federação de grupos e segmentos. Temos de ter unidade e não, necessariamente, unanimidade. Qual o partido hoje que pode ser considerado monolítico, absolutamente coeso ou sem divergências?

No PMDB, sempre respeitamos as diferenças. Mas nossa prioridade agora – repito – deve ser a busca da união. Somei meus esforços aos existentes para concretizarmos este acordo que está permitindo a reunificação do partido. Isto é o que queremos para o PMDB.

Nunca estivemos como estorvo ao Brasil e às mudanças requeridas. Nunca nos opusemos por nos opor. Nunca fugimos ao compromisso com o restabelecimento das franquias democráticas e nem com os projetos que buscassem mudar o País para melhor.

Não temos compromissos com grupos de interesse e nem com corporações de privilégios. A nossa diversidade nos dá o crédito de podermos lutar de forma limpa e democraticamente, pela construção de soluções que não levem a rupturas, conflitos inconseqüentes e impasses.

Este é um momento histórico para o partido. Pela primeira vez em 12 anos, entramos numa convenção nacional com uma única chapa constituída e construída por consenso, pelo entendimento, pela negociação. Vamos eleger a nova direção, comandada pelo companheiro Michel Temer, que faz jus ao cargo e aos seus novos desafios.

Como Líder, devo exprimir esta vontade majoritária da bancada e viabilizar os entendimentos que permitam o apoio às mudanças necessárias e a reconstrução do PMDB. Portanto, esta é a nossa mensagem aos nossos. Esse é o nosso compromisso com o Brasil. Este é o itinerário que nós traçamos. E este é o discurso que levaremos às últimas conseqüências.

Era o que tinha a dizer. Muito Obrigado!

DESTINOS DO PMDB

Sessão de 15-3-04.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra hoje, como Líder do PMDB, porque não poderia deixar de abordar dois assuntos de extrema importância neste momento.

O primeiro é o atentado na Espanha, que deixou mais de 200 mortos e 1.400 feridos, quando uma série de explosões simultâneas sacudiu Madri, deixando um rastro de sangue e horror pela capital. Foi o mais grave atentado terrorista à União Européia, e o dia já está sendo considerado como o mais sombrio da história recente do País.

Esse violento golpe do terrorismo na Europa abalou o mundo e deixou famílias de todos os credos estarecidas e revoltadas, em meio a um cenário de horror difícilimo de descrever.

Ainda é incerta a autoria do atentado, mas se for mesmo a Al Qaeda, reabre-se, no dia 11 de março de 2004, na Espanha, a ferida funda cavada em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

E, por extensão, o jogo político em todo o mundo fica turvado pela “guerra ao terrorismo”. Pior: qualquer um pode ser o próximo alvo, na absurda irracionalidade do terror. Madri não mais voltará a ser a mesma cidade, pois em sua memória ficará gravada a desmedida barbárie.

O simbolismo é aqui revelador, pois mostra que os autores desses atentados estão desprovidos de qualquer veleidade social. Seu objetivo consiste, única e exclusivamente, na imposição de seu poder, de sua dominação e de seu credo.

Que o massacre da Espanha ajude a comunidade internacional a unir-se cada vez mais na luta para enfrentar, coletivamente, em escala global, a desumanidade e o desprezo pela vida que norteiam os movimentos terroristas.

Mas, Sr. Presidente, este é também um momento que coloca muitos pontos de interrogação na política internacional de combate ao terrorismo, que já provocou a invasão de dois países e deixou milhares de civis inocentes mortos.

O momento é de indignação, mas deve ser também de reflexão, porque eu – nunca é demais lembrar – desta tribuna, já alertava, no ano passado, que uma guerra “...aumentará o ódio aos Estados Unidos, com conseqüências previsíveis sobre o conflito israelense-palestino, desencadeando novos atos de terror pelo mundo”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o outro assunto que me traz à tribuna é a Convenção do PMDB, que elegeu a nova direção nacional do Partido, neste domingo. Foi um momento histórico para todos nós, peemedebistas.

Carecíamos há muito de união interna, de integração, de comunhão de idéias. Mas depois da construção desse acordo interno, os tempos são outros no PMDB. O Partido voltou a ter uma direção partidária respeitada, forte e consciente de seu papel no momento em que vivemos.

A reeleição do Deputado Michel Temer – que continua fazendo jus ao cargo e aos novos desafios do Partido – para a Presidência do PMDB, em chapa única, como não se via há anos, é, sem dúvida, a maior prova disso.

Em clima de festa, mas também de apreensão em relação a alguns rumos de nossa economia, realizamos a convenção mais disciplinada e pacificada de todos os tempos. Foi, Sr. Presidente, como um gesto de saudosismo aos tempos áureos do Dr. Ulysses Guimarães.

Hoje, mais do que nunca, o importante é termos unidade e não, necessariamente, unanimidade. Afinal, qual o partido hoje que pode ser considerado monolítico, absolutamente coeso ou sem divergências?

No PMDB, sempre respeitamos as diferenças. Mas nossa prioridade agora deve ser a manutenção de nossa coesão interna, mesmo

que em meio à diferença de opiniões em alguns temas pontuais, o que é absolutamente normal.

Por isso, fiz questão de somar meus esforços aos de outros segmentos, para concretizarmos um acordo interno que permitiu a reunificação do Partido por meio de uma chapa única, na convenção. Isso é o que todos queremos para o PMDB.

Esse, portanto, é um momento importantíssimo para o Partido. Pela primeira vez, em alguns anos, entramos numa convenção nacional com uma única chapa constituída e construída por consenso, pelo entendimento e pela negociação.

Nunca fugimos ao compromisso com o restabelecimento das franquias democráticas e nem com os projetos que buscassem mudar o País para melhor. Nunca estivemos, Sr. Presidente, como estorvo ao Brasil e às mudanças requeridas. Nunca nos opusemos por nos opor.

Mas não temos compromissos com grupos de interesse, nem com corporações de privilégios, nem com a impunidade, Sr. Presidente. A nossa diversidade nos dá o crédito de podermos lutar, de forma limpa e democrática, pela construção de soluções que não levem a rupturas, conflitos inconseqüentes e brigas por interesses banais.

O Partido está no Governo e continuará apoiando suas medidas sempre que necessário. Reafirmamos nosso compromisso com a governabilidade, com a retomada do crescimento econômico do País e com a geração de empregos e renda.

O ano de 2003, Sr. Presidente – já estou encerrando – foi importante porque conseguimos debelar a escalada inflacionária. Mas agora precisamos, sem dúvida, flexionar a ortodoxia da economia, sem abandonar o rigor e a responsabilidade monetária.

É preciso, portanto, neste momento, impulsionarmos medidas que resgatem, no menor prazo possível, nossas hipotecas sociais e impulsionem o desenvolvimento do Brasil.

Como Líder, devo exprimir essa vontade majoritária da Bancada e viabilizar os entendimentos que permitam o apoio às mudanças necessárias, à reconstrução e à modernização do PMDB.

Portanto, essa é a nossa mensagem aos nossos. Esse é o nosso compromisso com o Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

15 DE MARÇO – DIA DO CONSUMIDOR

Sessão de 15-3-2004.

É de 11 de setembro de 1990 a Lei 8.078 – nacionalmente conhecida como Código de Defesa do Consumidor. Recebida com justo entusiasmo pela sociedade brasileira, inovou as relações de consumo e disponibilizou novas regras contratuais.

A população passou, a partir de então, a contar com moderno ordenamento jurídico, cujo objetivo principal era defender e proteger seus direitos de consumidor das arbitrariedades constantemente praticadas por fornecedores de produtos ou serviços.

Catorze anos já se passaram e, aquele que foi recebido como o que havia de mais moderno nas relações contratuais, hoje já não é visto com a mesma certeza. As relações sociais, até porque acompanham o amadurecimento do cidadão, são dinâmicas – a lei não pode ser estática. Para atingir aos fins a que se destina, há que ser constantemente ajustada à realidade que pretende disciplinar.

O Brasil é um País que vive plena transição de costumes e valores. Ainda atordoado com o progresso, acorda em plena era da globalização, onde o que é hoje já não será amanhã. A exemplo de países do Primeiro Mundo, temos a lei, o Conselho de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, as Comissões de Defesa do Consumidor no Congresso e nas Assembléias estaduais, delegacias especializadas no assunto e os Procons dos estados. Mas falta continuar implementando suas normas, aumentar o poder fiscalizatório e atualizar a lei.

Na esfera do Poder Judiciário, por exemplo, é necessário criar Varas Especializadas nas relações de consumo a exemplo das Varas

Trabalhistas, Cíveis, etc. Quem sabe poderíamos até ter uma seção do Ministério Público – este eficiente braço da lei – especializada no combate às irregularidades nas relações de consumo, como já temos nas Polícias Cíveis dos estados?

Por si só, uma lei não tem o condão de regradar o comportamento de um exército de fornecedores que se prevalecem da esperteza, da pouca fiscalização, e da inoperância de órgãos públicos para desrespeitar os direitos de um exército de consumidores que não têm a quem reclamar.

A Lei cria o direito mas, se a população não tem consciência da existência desses instrumentos de defesa – de nada vale. Se há consciência, mas o Governo não disponibiliza meios adequados e ágeis para exercer o direito, a importância desses instrumentos é reduzido a qualquer coisa próximo de zero.

Por isto, vamos aproveitar o 15 de março – Dia do Consumidor – para debater e sugerir medidas que protegem os elos mais fracos da economia e das relações de consumo que é a população brasileira.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, fiz questão de dar prioridade a ações que protegessem os direitos do consumidor. ***Intensifiquei a fiscalização, coibi abusos e procurei inibir atos em desacordo com o código do consumidor.*** Agora é hora de retomarmos este processo, aperfeiçoarmos a lei e proteger as relações de consumo tão importantes para a nossa sociedade e para a economia do nosso País.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

URGÊNCIA PARA A PAZ

Sessão de 17-3-04.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, protocolamos um requerimento de urgência para que possamos apreciar, em regime de urgência urgentíssima, o projeto de resolução que marcará a data para a realização do referendo sobre proibição de venda de armas no Brasil.

É importante que essa mobilização continue, que a sociedade continue a acompanhar o que está sendo feito pelo Senado Federal não só com relação ao Estatuto do Desarmamento, mas sobretudo com relação à proibição da venda de armas e munições no Brasil que, efetivamente, dependem desse referendo. A decisão, por meio do referendo, está sendo transferida à sociedade, que decidirá sobre a eficácia da própria proibição.

Sr. Presidente, comunico a esta Casa e ao Brasil que recebi, hoje, em meu gabinete, uma comitiva com mais ou menos 50 pessoas, formada por mães, do Rio de Janeiro, que perderam seus filhos para a violência. A impunidade é uma chaga que, lamentavelmente, caracteriza muito mal o Brasil.

No Rio de Janeiro, 90% dos crimes cometidos, cujos autores não são conhecidos na hora do fato, não são esclarecidos. Em São Paulo, essa marca é ainda pior: só 1,7% dos crimes, cujos autores não são conhecidos na hora do fato, são esclarecidos. Vivemos, no Brasil, um quadro de completa impunidade que, mais do que nunca, precisa ser enfrentado.

As mães do Rio de Janeiro vieram a esta Casa e querem conversar com V. Ex^a, Sr. Presidente. Fiquei encarregado de marcar uma audiência delas com V. Ex^a e seria muito bom se ela pudesse ser realizada hoje. As mães querem ajudar na elaboração do Estatuto e colaborar com o aprimoramento da investigação criminal. No Brasil, diferentemente do que ocorre em outros países, a investigação é feita pela Polícia, que instaura um inquérito policial. Passados 60 dias, prorroga-se o inquérito. Este é mandado ao Ministério Público, que pode denunciar ou não. Depois, o inquérito é encaminhado ao Judiciário, que repete todo o processo. Em outros países há um juizado de instrução. Desde a hora em que acontece o fato, reúnem-se, ao mesmo tempo, a Polícia, o Judiciário e o Ministério Público, que identificam e esclarecem o fato, julgando-o exemplarmente. Isso precisa acontecer também no Brasil.

É importante a presença das mães, do Rio de Janeiro, pois essa mobilização precisa continuar. Precisamos tirar do Brasil essa chaga de impunidade que caracteriza, repito, muito mal o nosso País perante o mundo.

O Brasil – nunca é demais repetir este número – tem 2,78% da população do mundo e registra anualmente 13% dos crimes que acontecem no Planeta. Isso tem que ser enfrentado. O Estatuto deu uma resposta a esse problema, mas outros passos devem ser dados; o segundo passo significativo será a marcação do referendo no primeiro domingo de outubro de 2005, que, com a participação da sociedade, com a sua aquiescência, definirá sobre a proibição da venda de armas no Brasil.

EXEMPLO DAS MÃES DO RIO

Sessão de 14-5-04.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana em que acabamos de comemorar o Dia das Mães, as mulheres brasileiras merecem uma homenagem por sua contribuição a um processo cujo objetivo maior é garantir o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida.

“Invadindo”, por assim dizer, um campo tradicionalmente dominado pelos homens – o das armas de fogo – as mulheres estiveram presentes na campanha que deu lugar à lei mais importante nesta matéria em todo o continente: O Estatuto do Desarmamento.

Não é segredo que a tão discutida violência armada no Brasil é essencialmente um fenômeno masculino. A grande maioria das mais de 100 vidas que se perdem a cada dia em tiroteios neste País é de homens. No Rio de Janeiro e também em São Paulo, segundo pesquisas disponíveis, para cada mulher entre 15 e 24 anos, morrem 24 homens da mesma faixa etária.

Mas não podemos esquecer que, por trás de cada homem morto, fica a dor das mulheres que sobrevivem. Mães, mulheres, filhas, namoradas, avós, irmãs e amigas arcam não somente com a perda de um ente querido, mas também com as conseqüências psicológicas do medo e da insegurança. E, na maioria das vezes, com a responsabilidade econômica e social de manter a casa e criar a família sozinhas.

Embora sejam homens os que mais usam armas e morrem por elas, é evidente que as mulheres pagam caro por essa violência armada.

Foi certamente baseado nessa realidade que surgiu um movimento caracterizado pela combatividade: as Mães do Rio.

Esta semana, pela segunda vez, recebi em meu gabinete representantes desse grupo, que quer ver aprovado pelo Senado Federal um projeto de lei de autoria do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que prevê a criação de um fundo nacional para indenizar as vítimas da violência.

Sr. Presidente, quero reiterar aqui meu apoio a essa proposição inovadora e justa, do ponto de vista social, porque pretende amenizar o sofrimento de sobreviventes e de familiares de pessoas atingidas pela crescente criminalidade no País.

Na semana passada, apresentei requerimento aqui neste plenário, pedindo urgência para o projeto do Senador José Sarney, porque considero que temos todos essa dívida com as vítimas da violência. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, e já foi enviada à Câmara dos Deputados. Espero que, naquela Casa, a proposição tenha o mesmo tratamento urgente que teve aqui no Senado Federal. Aliás, já tive oportunidade de conversar com a Relatora, a Deputada Laura Carneiro, que me disse da sua disposição de pedir a urgência aos Líderes partidários e dar a celeridade ao tratamento na apreciação dessa matéria, exatamente a mesma celeridade dada pelo Senado Federal.

Pude perceber claramente, nas conversas que tenho tido com as Mães do Rio, que elas têm uma coisa em comum: a dor. Todas perderam filhos – assassinados violentamente no Rio de Janeiro. Um dos fatos lamentáveis é que, segundo elas, os crimes, na maioria, foram cometidos em regiões onde vive a população pobre da cidade.

A líder do Grupo, Euristéia de Azevedo, teve o filho Willian assassinado aos 24 anos, próximo ao Maracanã, por seguranças de uma casa noturna, em 1998.

Outro exemplo de líder combativa é a advogada Cristina Leonardo, uma defensora convicta dos direitos humanos em outros casos, como o da exploração de brasileiras em Israel e da chacina de Vigário Geral.

Há pouco mais de um ano, o movimento Mães do Rio reuniu cerca de 200 mulheres parentes de vítimas da violência policial. Hoje, já passam de 300 mulheres!

Esse movimento consegue dar visibilidade aos casos de seus filhos, o que é fundamental para aumentar a legítima pressão social sobre os poderes constituídos – entre eles o Congresso Nacional – para a aprovação de propostas que ajudem a melhorar a vida das pessoas atingidas por esse mal dos séculos.

Essas mulheres, Sr. Presidente, corajosamente enfrentam obstáculos como a burocracia, a morosidade, dificuldades nas investigações, deficiências e desvios de toda ordem e a falta de políticas governamentais de apoio e de amparo às famílias das vítimas. O recado que elas têm deixado pelo País difundiu-se por redes de mulheres organizadas em associações comunitárias, grupos de vítimas e pelos meios de comunicação social. Milhares de mulheres, por exemplo, foram às ruas para demonstrar seu repúdio às armas e seu apoio ao Estatuto do Desarmamento.

O sucesso dessa campanha, empreendida por ONGs como Viva Rio, o Instituto Sou da Paz, de São Paulo, e o Convive, de Brasília, se materializou na aprovação do Estatuto do Desarmamento, em dezembro do ano passado, e também pelas pesquisas de opinião pública, que revelam um forte consenso contrário à banalização das armas de fogo.

Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Um levantamento do telejornal RJ TV, da Rede Globo, mostrou que 80% da população carioca é a favor da proibição da venda de armas no País. A contribuição das mulheres a esse processo foi fundamental!

Portanto, quero dar os parabéns às Mães do Rio de Janeiro. O mundo tem acompanhado este trabalho de ação social. A aprovação do Estatuto está servindo como exemplo e inspiração para países vizinhos, como Argentina e Uruguai, que também sofrem com o problema das armas.

Sr. Presidente, também temos de considerar os desafios que ainda estão por vir. A sociedade brasileira tem uma grande luta pela frente para conseguir a plena implementação da lei.

Cabe ao Governo, prioritariamente, informar à opinião pública sobre as suas inovações, pois ela contraria costumes – maus costumes, por sinal – que devem ser modificados.

Outro desafio é aprovarmos aqui no Senado Federal e depois na Câmara o projeto que marca a data para o referendo em que a população vai decidir, no primeiro domingo de outubro de 2005, se quer proibir ou não a comercialização de armas de fogo no Brasil.

A experiência internacional demonstra que essa medida teria um impacto significativo para reduzir as taxas de morte por armas de fogo no País.

É hora de encerrar essa guerra não declarada que está dizimando os nossos jovens. Como diz um dos lemas de campanha das ONGs: “Quem ama desarma!”

Muito obrigado.

MORTE DE LEONEL BRIZOLA

Sessão de 23-6-2004.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o engenheiro Leonel Brizola soube, como poucos, construir o futuro do nosso País. Ele não precisou deixar a vida para entrar na história. Já tinha garantido seu lugar por sua biografia de batalhador, de defensor da Constituição, de homem público comprometido com bandeiras como a da educação.

Brizola foi um grande estadista, um trabalhista, um legalista, uma pessoa com fortes convicções democráticas. Sem ele, a história do Brasil teria sido outra. Suas memórias vão ficar para as gerações futuras como um exemplo de dignidade, de combatividade, de moralidade.

Sua formação política era de um tempo em que prevalecia o Estado forte, a defesa das nossas instituições e das nossas empresas. Suas posições são um importante contraponto na discussão em torno da globalização, do liberalismo excessivo, selvagem, sem fronteiras ou limites. Leonel de Moura Brizola fez política até o último momento da sua vida, coerente com suas posições. Brasileiro, mais do que ninguém, pensava num País construído pelos brasileiros.

Na economia, era de uma geração que viu a industrialização do Brasil sendo puxada por empreendimentos e viu o acerto da campanha “O petróleo é nosso”, semente para a que é ainda hoje a maior empresa nacional, a Petrobras. Foram suas convicções que o levaram a encampar a Companhia Telefônica Nacional, subsidiária de uma

empresa internacional. Por isto, foi um adversário ferrenho da privatização e da abertura ao capital estrangeiro que resumia numa de suas famosas expressões: “as perdas internacionais”.

Na política, Brizola foi pioneiro ainda não superado numa questão que só agora começa a ser encarada mais seriamente: a busca de uma representação política com diversidade. Era uma referência para as esquerdas e um adversário respeitado pelos conservadores.

O PDT que Brizola fundou logo que retornou do exílio era multifacetado étnica e ideologicamente. Não era como tantos partidos formados exclusivamente por homens e brancos. No Governo do Rio de Janeiro, ele elegeu como mais importante um ponto que é de fato um dos principais desafios do Brasil – a educação de qualidade para os pobres.

Os Cieps foram uma tentativa de construir boas escolas, sólidas e com espaço para esporte e lazer, que mantenha as crianças das áreas de periferia durante todo o dia em salas de aula. Essa preocupação tinha uma razão: ele mesmo fora uma criança pobre que chegou aonde chegou por acreditar na educação. Além disso, a cultura popular sempre mereceu sua atenção. Basta lembrar o sambódromo...

A vida de Leonel Brizola sempre estará marcada pela cadeia da legalidade e sua luta contra a Ditadura Militar. Num momento decisivo da vida nacional, ele foi a voz que se levantou com mais força na luta para que a Constituição fosse respeitada e o então vice-presidente, João Goulart, tomasse posse no lugar do Presidente Jânio Quadros, que renunciara.

Por suas escolhas e posições foi punido com longo exílio. Líderes são aqueles que em momentos decisivos ficam do lado certo, das instituições, das leis e da Constituição. Leonel de Moura Brizola entra para a história deixando ao País este legado: em qualquer situação, por maior que seja a crise, o caminho é sempre o da legalidade.

Ele foi uma das maiores lideranças políticas do Brasil durante quatro décadas – uma figura central no processo de redemocratização do País. Foi líder combativo de seu partido. Criou uma corrente política própria, o Brizolismo.

Brizola dedicou a vida à manutenção da idéia do trabalhismo concebida por Getúlio Vargas. Uma forma de aliança entre trabalhadores,

funcionários públicos e empresários nacionalistas, que nasceu no tempo da industrialização e da formação do Estado forte nos anos 50.

Ele deixa uma marca de patriotismo, de amor – sem dúvida – ao Brasil. Foi um exemplo daquilo que nós mais precisamos: seriedade e honestidade na coisa pública. Fica uma lembrança para as novas gerações de que é preciso tratar a coisa pública como coisa séria, muito séria.

Foi um homem que viveu intensamente seu tempo. Uma das grandes figuras políticas do século XX, sem deixar de manter a mesma garra de quando era um político jovem. Que tenha, lá em cima, a paz que os grandes homens merecem. Foi uma pessoa sempre preocupada com os pobres, os menos favorecidos. Tinha suas idéias voltadas para a gente mais simples, necessitada.

Brizola tinha a vantagem de ser um eterno batalhador. Lutava e não queria saber contra quem. Era um sujeito vocacionado para o confronto e viveu grande parte da vida nas trincheiras. E o povo lhe deu a glória de ser considerado um político respeitado tanto aqui dentro como lá fora.

Com ele, se encerra uma época em que a política era feita com idealismo, com paixão e até com uma certa dose de romantismo. Ele foi um protagonista de seu tempo. Hoje nós temos muitos coadjuvantes, mas ele participou de uma geração de homens realmente excepcionais, que faziam a história.

Ao lado de Tancredo, de Ulysses, de Teotônio, de Jango, Brizola vai se juntar à galeria dos que mudaram os rumos do Brasil.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

PROPOSTA PARA O CONGRESSO

Sessão de 25-08-2004.

Sr^{as} e Srs. Senadores, minha maior preocupação, neste momento, é colaborar com o debate legislativo para a criação de um ambiente propício que proporcione mais investimentos e crescimento econômico. Não podemos esquecer que, paralelamente à estabilidade macroeconômica, faz-se necessária a estabilidade das leis e dos marcos regulatórios.

Vejam, por exemplo, o caso das Parcerias Público-Privadas, que são verdadeiros contratos de longo prazo. No caso das PPPs, além da credibilidade da política econômica, é indispensável que haja um ambiente de credibilidade normativa, principalmente quanto à estabilidade contratual. Diante disso, estou levando algumas sugestões à Bancada do PMDB e ao Senado Federal.

A primeira delas é uma Proposta de Emenda à Constituição que veda a edição de medidas provisórias em matérias relativas a contratos. O objetivo central da proposição é oferecer maior segurança jurídica às leis brasileiras que versem sobre temas contratuais, reduzindo, assim, incertezas quanto a eventuais alterações ao longo do tempo.

A estabilidade das leis e dos marcos regulatórios é garantia para o cidadão e se revela uma condição necessária para a retomada dos investimentos, ainda mais quando as leis regulam os contratos. É o caso, por exemplo, das Parcerias Público-Privadas. Na verdade, como as PPPs seriam veiculadas por lei ordinária, qualquer medida provisória poderia alterá-las ao longo do tempo.

Penso, Sr. Presidente, que a PEC servirá como uma “blindagem” às PPPs. É uma garantia adicional, um mecanismo de redução de incertezas. Com a PEC, as alterações somente poderiam ser feitas com a prévia anuência do Congresso Nacional, o que é positivo para os investidores e para os contribuintes. Claro que, com relação às parcerias, alguns gargalos precisam ser removidos.

Mas tudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem de ser feito em função das conversações, inclusive com a Oposição, e, como disse hoje o Senador Fernando Bezerra, exatamente no tempo certo. Temos de retomar o debate em torno da reforma do Judiciário, das PPPs, da biossegurança, das agências reguladoras, enfim, da agenda legislativa que verdadeiramente interessa ao Brasil.

Quando pregamos a estabilidade das leis, ainda mais daquelas relacionadas a contratos, estamos, em última análise, sinalizando para os agentes econômicos que este Parlamento deseja o cumprimento das regras, dos contratos e dos pactos.

Ouçó, com muita satisfação, o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senador Renan Calheiros, quero cumprimentar V. Ex^a por apresentar uma PEC que trará segurança aos investidores brasileiros. O Brasil ainda tem, na avaliação das comunidades financeiras internacionais, um alto risco; não é o mesmo risco do passado, mas ainda é bastante elevado. Com muita propriedade e no momento oportuno, V. Ex^a apresenta essa PEC que deve receber o apoio de todos nós. Precisamos, e V. Ex^a também aborda esse tema, tecer imediatamente a discussão de mérito de projetos pendentes aqui que não podem ser alvo de uma discussão partidária porque dizem respeito ao futuro de nosso País. As PPPs são, exatamente, um tipo de projeto dessa natureza e que são reforçadas com a brilhante idéia de V. Ex^a ao apresentar essa PEC em que, por medida provisória, não se alterem contratos de qualquer natureza. Quero, portanto, de antemão, trazer o meu aplauso e o meu apoio à idéia de V. Ex^a. Que ela sirva de exemplo para que todos nós nos aprofundemos, com idéias dessa natureza, na construção de projetos que possam contribuir para ajudar o crescimento de nosso País.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, honrado e feliz, o aparte de V. Ex^a, que tem absoluta razão. É isto

mesmo que precisamos construir: uma convergência em torno de uma agenda que seja a do Brasil, a agenda que o País exatamente quer que coloquemos verdadeiramente em execução.

Imagino, Srs. Senadores, que a aprovação da nossa PEC acarrete redução do risco medido pelas agências internacionais no tocante ao cumprimento dos contratos.

A discussão das PPPs requer a participação de todos os partidos com representação no Congresso Nacional. As colocações técnicas da Oposição na discussão das parcerias são necessárias e indispensáveis.

No caso da necessidade de adequação das PPPs à Lei de Responsabilidade Fiscal, penso que a matéria é consensual. Tanto, Sr. Presidente, que fiz questão de discutir o assunto com Senadores como Tasso Jereissati; com Líderes como José Agripino, Arthur Virgílio e Sérgio Guerra; com o próprio Líder Senador Fernando Bezerra; com a Líder Ideli Salvatti; com o Líder Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa do Congresso Nacional, que inclusive, Sr. Presidente, por ocasião da discussão do parecer do então Senador João Tenório, colocava essas preocupações com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com as licitações, que deveriam ser levadas em consideração, diminuindo o espaço de uma avaliação subjetiva e não de uma avaliação objetiva como a PPP deve na verdade ter.

Na maioria das vezes, Srs. Senadores, a negociação política não se faz apenas com quem se quer.

As grandes estratégias nacionais devem, sim, merecer as opiniões das Oposições. Onde há liberdade, onde há democracia, deve haver oposição. A Oposição é instituição de Estado. O próprio Rui Barbosa dizia que a Oposição só não existe no batalhão, na companhia ou no Regimento.

É preciso, portanto, despassionalizar e despersonalizar o debate. O País precisa das Parcerias Público-Privadas. Por isso estamos conversando – e precisamos conversar mais – para aprimorar este modelo.

Esta PEC que ora apresento tem este objetivo. Nossa responsabilidade como Congressistas é ajudar a fortalecer esta Agenda do Desenvolvimento.

Ouçõ com muita satisfaçõ, primeiramente, o nobre Senador Alberto Silva e, em seguida, concederei a palavra ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade dessa proposta. Pelo nosso Partido, suponho que já possamos todos assinar a PEC, porque, além de oportuna, V. Ex^a deu o tom de abrangência de todos os partidos para um assunto de tamanha importância para o nosso País. Penso que a Bancada inteira é solidária com V. Ex^a, neste momento, pela lucidez e pela oportunidade com que apresenta essa PEC. Parabéns.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Alberto Silva, e concedo um aparte ao Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a com o brilhantismo que lhe é próprio nas atitudes, com o peso da liderança que exerce na maior Bancada desta Casa e com a longa vida pública de grandes serviços prestados ao País, mais uma vez, traz ao debate um tema que é essencial ao Estado de Direito e à própria Economia. Essa fronteira entre o Direito e a Economia é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea. Temos no Brasil uma influência, eu diria, descabida da cultura anglo-saxônica no debate econômico e um peso muito grande da tradição continental européia na formação da jurisprudência nacional. Há um conflito de concepção entre essas duas escolas. É muito importante que o Brasil construa o seu próprio caminho. E, depois de tanta história e do avanço da nossa cultura democrática, que construamos um caminho que supere a precariedade institucional dos países em desenvolvimento, onde os contratos não são elemento fundamental da vida dos cidadãos e da sociedade. Ainda mais numa Casa que faz leis, valorizar os contratos é uma contribuição inestimável, não apenas na Parceria Público-Privada, mas para as demais atividades da nossa sociedade. A PEC seguramente contará com minha assinatura. Trata-se de um debate que a Casa travará com muita atenção, na certeza de que, aprimorando esse instrumento e oferecendo mais garantias constitucio-

nais aos contratos, estaremos trabalhando para que os mecanismos de regulação da economia e das associações entre as partes ocorram com muito mais estabilidade, reduzindo o custo do País, estimulando o crescimento, a estabilidade e a sustentabilidade nacionais. Parabéns pela iniciativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o brilhante aparte de V. Ex^a, que honra, sem dúvida, o meu modesto pronunciamento.

Como bem afirmou ontem, V. Ex^a, aqui neste plenário, no momento em que mais efervescia o debate, “o Senado Federal mostra, mais uma vez, ser a Casa da maturidade, do espírito público e da capacidade de interagir, de dialogar e de construir respostas para o Brasil, que é o que o povo espera de nossos mandatos”. Ontem V. Ex^a, com muito bom senso, com muito equilíbrio, com muita sensatez, conhecendo a causa como conhece, apontou o caminho que por todos deve ser seguido.

Sabemos, Sr. Presidente, que não tem sido fácil administrar isso tudo em função das eleições, das contradições nos estados, das dificuldades na relação dos partidos da própria base de sustentação do Governo, com o clima que tem contaminado o andamento dos nossos trabalhos.

O País precisa disso, como precisamos conversar mais em torno desta tão propalada agenda do desenvolvimento. E o PMDB, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem procurado fazer a sua parte.

O Ministério das Comunicações tem se pautado exatamente por isso. O Ministro Eunício Oliveira tem se empenhado em tomar decisões que levem em conta a estabilidade dos contratos e do mercado, cuidando sobretudo do interesse público, mas também cuidando verdadeiramente das necessidades dos consumidores.

Mais do que nunca, é preciso fortalecer o papel do Senado Federal no debate econômico, a exemplo dos Estados Unidos, onde a Comissão de Economia do Senado norte-americano tem papel de destaque na formulação e implementação de medidas que refletem positivamente no País.

Ouçó com muita satisfação o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O discurso de V. Ex^ª, Senador Renan Calheiros, é relevante por algumas razões. Relevante por ser de sua lavra, Líder de um grande Partido como o PMDB, e por ser V. Ex^ª o Parlamentar, independentemente dessa coisa conjuntural que é a Liderança, acatado e respeitado por todos nós na Casa e no Congresso. Relevante também porque trata com olhos estratégicos a questão deste País, que não pode morrer nas suas agruras de curto prazo, que tem de saber se planejar para o médio e longo termos. Fico reconfortado porque o seu discurso acaba de colocar uma pá de cal em cima de toda essa campanha malévola, maledicente, até perversa, que procurava incutir na opinião pública a idéia de que a nossa Bancada de Oposição estaria impedindo a votação de PPPs, porque isso supostamente traria muito dinheiro para os investimentos do Governo Lula, que isso significaria a reeleição de Lula. Enfim, primeiro, os projetos não maturam em menos de dois ou três anos, se levarmos em conta o percurso burocrático, a liberação do financiamento, o início e a execução de uma obra; segundo, as nossas preocupações são parecidas com as de V. Ex^ª, pois são estratégicas; e terceiro, quando V. Ex^ª vem e traz essa preocupação com um contrato, tentando viabilizar por aí a aprovação das PPPs, acaba de corroborar que nós da Oposição temos razão, porque se dissemos que não dava para votar era porque ela não estava madura para ser votada àquela altura. Se dissemos que estava na hora de começarem as negociações com vistas a afunilar a questão, eliminando-se as dúvidas e aparando-se as arestas, era porque a matéria não estava amadurecida, discutida o suficiente, para que merecêssemos levá-la a voto. Ou seja, vivemos – e V. Ex^ª foi de oposição por muito tempo, inclusive a meu lado – um processo kafkiano, lendo em colunas de jornais todos os dias, por exemplo, que o Senador Tasso Jereissati e eu somos birrentos e que, por isso, não se aprovava matéria tão relevante para o País. Primeiro, o Governo erra se jogar todo o peso da sua expectativa no que seria essa fonte miraculosa, até porque fonte pode ser, mas miraculosa não é; segundo, este País deve ser entendido como um processo. E assim como reformas estruturais têm sido relevantes ao longo dos últimos dez, doze anos, neste País, elas terão que ser feitas e executadas para que o Brasil possa almejar a perspectiva de aproveitar todas as janelas

de oportunidade que a conjuntura internacional e suas condições locais lhe dêem para tocar o desenvolvimento de maneira sustentável. Portanto, se há um debate ao qual vou com prazer é este proposto por V. Ex^a – debate no substantivo, na qualidade, sem apodos, um debate que começa por reconhecer que a Nação é composta de vencedores das eleições, que têm o direito e o dever de governar; e perdedores das eleições, que têm o dever e o direito de opinar e, por essa forma indireta, governarem também. Quando V. Ex^a reconhece o peso institucional da Oposição, V. Ex^a marca um grande tento entre nós, pela lucidez e pelo espírito democrático que reafirma e a mim não surpreende. Parabéns e muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, agradeço o aparte de V. Ex^a, com o qual concordo inteiramente.

Acredito que o Brasil e, por conseqüência, os Estados precisam muito das PPPs. Mas precisamos aprimorar o modelo para evitar desvios, evitar que a insegurança jurídica, por exemplo, atrapalhe a retomada do investimento, do próprio crescimento da economia, da sustentabilidade que se quer. E o papel da Oposição é insubstituível nisso. Vamos votar as PPPs, mas no momento certo, no tempo certo, sabendo que estamos fazendo exatamente o que é melhor para o País.

Ouçó o Senador Tasso Jereissati e, em seguida, o Senador Hélio Costa, com muito prazer.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a acaba de fazer uma sugestão muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Tasso Jereissati, peço licença para interrompê-lo, por um minuto apenas, para prorrogar a sessão. Cinco minutos é tempo suficiente, ou V. Ex^a precisa de mais?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É suficiente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E prorrogo também por mais 5 minutos, a fim de que o Senador Arthur Virgílio, que está inscrito como Líder, possa pronunciar-se.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Mas como dizia, Senador Renan Calheiros, V. Ex^a acaba de dar uma sugestão muito importante, que representa muito bem a importância da discussão de uma matéria controversa, nova, como essa das PPP. Quando V. Ex^a diz que a questão contratual é fundamental, com certeza, ela pode representar em determinada circunstância muito mais do que as garantias de aspecto apenas financeiro que o Governo venha a dar. Alguns problemas que temos e de que todos têm lembrado em relação à dívida fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal podem também ser muito amenizados se pudermos dar uma garantia contratual. Às vezes, num contrato de longo prazo, para empresa privada, principalmente num país como o Brasil, é muito mais importante a garantia do contrato do que a garantia financeira, porque esta, sem a certeza do cumprimento do contrato, nada vale. Então, trata-se de uma contribuição valiosa e vem corroborar nossa posição de que a discussão é importante e dela vai nascer um projeto de PPP muito importante, que realmente seja bom para o País.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem dúvida, Senador Tasso Jereissati, é esse o debate que precisamos retomar.

Aliás, V. Ex^a pode ajudar muito, como já fez por ocasião da reforma tributária que aprovamos aqui no Senado Federal e que, lamentavelmente, não andou na Câmara dos Deputados.

Penso que é o momento de retomarmos essa discussão verdadeiramente, envolvendo todos os Partidos, para que este Congresso Nacional dê à sociedade as respostas que deseja desta Casa e dos nossos mandatos.

Ouçó o Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Renan Calheiros, quero apenas cumprimentar V. Ex^a, que, mais uma vez, mostra a qualidade da Liderança que temos no PMDB, apresentando, de forma objetiva e clara, a situação que estamos discutindo e que precisamos aprimorar na questão específica das PPPs, a lei que vai permitir as Parcerias Público-Privadas. Apenas quero dizer que, no passado, no nosso estado, Minas Gerais, tivemos exemplos muito claros de Parcerias Público-Privadas que deram certo, como o caso específico

da Fiat, que, quando foi instalada, foi uma parceria do Governo com os italianos; depois houve uma parceria anterior da Usiminas com os japoneses; e assim sucessivamente. Esse é o caminho que devemos adotar. Precisamos dessas parcerias. É importante o ponto de vista levantado por V. Ex^a porque, se discutirmos mais e melhor essa questão, não vamos cometer os descabimentos do passado, vendendo por R\$ 3,5 milhões uma empresa que hoje vale R\$ 40 bilhões, que é a Vale do Rio Doce. Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o seu aparte, Senador Hélio Costa.

V. Ex^a tem absoluta razão. Temos exemplos fantásticos de Parcerias Público-Privadas nos Estados e devemos que levá-los em conta. Também devemos – V. Ex^a tem razão – levar em conta também aquilo que não deve ser feito, não deve ser copiado, muitas coisas que ocorreram, equivocadamente, na própria privatização a que o País assistiu.

No momento, Sr. Presidente, em que se espera que todo o Estado brasileiro se una em torno de propostas positivas, relacionadas ao melhor desempenho da economia, à recuperação do emprego, outra motivação não poderia nos mobilizar senão essa.

O PMDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa do Congresso Nacional, tem se posicionado firmemente na governabilidade, e não é de agora. O nosso Partido tem se colocado também na defesa dos interesses do País. O PMDB, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, vai continuar cumprindo o seu papel, ajudando mais do que nunca na sustentabilidade do Brasil.

No PMDB, todos sabem, não há caciques nem baixo clero. Todas as figuras da nossa Bancada, de 23 Senadores, são igualmente representativas. Temos 13 ex-Governadores, vários ex-Ministros e, provavelmente, nomearemos novos Ministros da Bancada; novos Governadores da Bancada se elegerão. Temos até ex-Presidentes do Senado e da República.

O melhor caminho, portanto, é somar essas forças, e, como Líder, entendo ser esse exatamente o meu papel.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

“LINHA DIRETA”

Sessão de 26-10-2004.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos; Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, na noite passada, no Rio de Janeiro, um ex-policia! militar acusado de participar da chacina de Vigário Geral entregou-se à polícia. Ele estava foragido desde 1993 e decidiu entregar-se depois de aparecer no programa Linha Direta, da Rede Globo.

Adriano Maciel de Souza passou onze anos foragido. Segundo a polícia, disse que não sabia do mandado de prisão contra ele e que só tomou conhecimento da decisão ao assistir ao Linha Direta, na quinta-feira da semana passada.

Essa prisão, Sr^{as} e Srs. Senadores, demonstra não só como é relevante o trabalho da imprensa em denunciar a impunidade como nos traz à memória aquele triste episódio que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. É óbvio que também nos trouxe importantes lições. Daí a necessidade de parabenizarmos a Rede Globo e o programa Linha Direta.

Não foi à toa que a Associação de Familiares das Vítimas de Vigário Geral, cuja Presidente é Iracilda Toledo, promoveu uma noite de homenagens, na quinta-feira passada, no Rio de Janeiro, a algumas personalidades que, de alguma forma, ajudaram a combater a violência e suas seqüelas.

Foi uma homenagem singela, mas que muito me honrou.

Entre outros homenageados, estavam a novelista Glória Perez; a advogada e batalhadora dos direitos humanos, Cristina Leonardo; o

diretor do Linha Direta, Milton Abirached; o Gustavo Vieira, Coordenador de Jornalismo; o Carlos Henrique Schroder, Diretor Geral de Jornalismo da Rede Globo; a Daniele, produtora do programa, e a equipe do Linha Direta.

Além de todos já mencionados, vale destacar a luta do grupo Mães do Rio, da Casa da Paz, em Vigário Geral, do grupo Tortura Nunca Mais, do Ministério Público do Rio de Janeiro, de diversos representantes dos movimentos de direitos da cidadania, enfim, de todos que, de alguma forma, com pequenos ou grandes gestos, ajudaram a sociedade brasileira a tirar lições desse triste episódio.

A tragédia ocorreu no dia 29 de agosto de 1993, quando mais de 30 homens invadiram a favela Vigário Geral, no subúrbio do Rio de Janeiro, para vingar a morte de quatro PMs assassinados na véspera por traficantes da favela durante uma extorsão. Os invasores não encontraram os bandidos, mas deixaram 21 trabalhadores executados e quatro sobreviventes.

A chacina de Vigário Geral tornou-se um triste marco da violência no Brasil e teve repercussão internacional. Mais de onze anos se passaram, e o símbolo da barbárie ainda corre o risco de se tornar também símbolo da impunidade. O Ministério Público chegou a denunciar 71 pessoas, acusadas de formar uma quadrilha especializada em extorsões e homicídios. Mas, até agora, apenas seis foram condenadas e duas cumprem pena.

Diante disso, considero que é hora de pensarmos em meios de promover uma espécie de reparação social para as comunidades atingidas pela violência em todo o País, realizando um esforço em áreas como educação, saúde, habitação, transporte, cultura e lazer.

Sr. Presidente, tenho insistido também em medidas complementares ao investimento social. ***Temos de pensar em um projeto sistêmico de reforma das polícias, da carreira policial e dos órgãos de segurança pública.*** Também é importante realizar, em caráter emergencial, maior controle social dos instrumentos de repressão do Estado. É preciso garantir a proteção jurídico-social e a reparação moral e de direitos, de forma prioritária, às vítimas da violência e aos seus familiares. Além

disso, temos de atualizar nossos códigos, mudar a forma de investigação, implantar o juizado de instrução, organizar melhor o sistema penitenciário. Precisamos estabelecer metas de redução da violência.

Aliado a isso tudo, não podemos nos esquecer dos profissionais de segurança pública, que arriscam suas vidas no combate a esses e a outros crimes. Temos de garantir a formação continuada dos policiais e agentes penitenciários em disciplinas que englobem os direitos humanos e implantar um plano de valorização da carreira policial e de cargos e salários que contemplem os agentes da lei.

A falta de justiça, de punição exemplar e de julgamentos públicos faz com que vença a impunidade, e é essa que arma o braço da violência. Faz pior: forma a convicção de que o crime compensa e propaga generalizadamente seus tentáculos.

Quando não se pune exemplarmente uma chacina como essa, ficamos obrigados a ver a repetição em outras comunidades. Mas do que nunca, Sr. Presidente, agora não podemos cruzar os braços. Somente a mobilização de toda a sociedade que repudia a violência – em primeiro lugar, das próprias comunidades que a sofrem dia-a-dia – pode, sem dúvida, alterar essa situação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Antes de encerrar o meu discurso, concedo, com muita satisfação, o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Peço licença à Presidência um minuto, pois sei que o tempo de V. Ex^a já se esgotou, Senador Renan Calheiros. Mas eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pela homenagem que recebeu e que está relacionada a um aspecto tão importante para a sociedade: a luta contra a violência e em defesa dos menos favorecidos. V. Ex^a tem do nosso coração o agradecimento do povo, sabedor que somos da sua luta incessante pelo desarmamento. Também eu gostaria, se V. Ex^a permitir, de cumprimentar a Rede Globo, citada por V. Ex^a, pelos 35 anos do Jornal Nacional, principalmente pelos serviços que presta à democracia e à cidadania e pelo

combate à violência, com corajosas denúncias. Essa mesma a que V. Ex^a se referiu foi matéria do Jornal Nacional durante o período em que o fato chocava os brasileiros. Aplaudo V. Ex^a por se ter referido à importância de ver um policial, o guarda de presídios com outros olhos e não como um funcionário comum. Pela sua relevância, pela sua dedicação, é necessário que haja investimento na sua preparação e, sem dúvida alguma, um estímulo interior, para que ele realmente saiba o que representa para a sociedade na defesa do patrimônio e da vida do cidadão. Obrigado pela oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Honrado, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que muito enriquece o meu pronunciamento, sobretudo porque V. Ex^a é um dos Senadores que mais conhece o dramático assunto da segurança pública, que, lamentavelmente, tem marcado a imagem do nosso País. É importante, repito, que todos cumpram o seu papel, como V. Ex^a tem feito. É necessária a mobilização da sociedade e sobretudo daqueles que repudiam a violência, para que, dessa forma, possamos contribuir para o combate à impunidade.

Senador Romeu Tuma, as pessoas no Brasil muitas vezes matam porque acreditam na impunidade. Basta ver o que ocorre nas grandes cidades, nas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, menos de 2%, ou seja, apenas 1,7% dos crimes cujos autores não se conhecem na hora dos fatos – o típico crime que aconteceu na favela de Vigário Geral – são esclarecidos. No Rio de Janeiro, 90% dos crimes não são esclarecidos. Mais do que nunca, chegou a hora de mobilizarmos todos os esforços. É importante parabenizar a Rede Globo e o programa Linha Direta pela grande prestação de serviços à sociedade no que diz respeito ao combate ao crime, à violência e à impunidade.

IDEÁRIO DE CELSO FURTADO

Sessão de 23-11-2004.

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Economista brasileiro de maior prestígio internacional, com obras traduzidas em meia centena de idiomas, o paraibano de Pombal,

Celso Monteiro Furtado, de 84 anos, morreu na manhã do sábado, 20 de novembro, em sua residência, no Rio de Janeiro, de um ataque cardíaco.

Participante ativo da eterna peleja teórica que contrapõe os que, como ele, vêem os fatos econômicos como fenômenos sociais e históricos aos que os encaram como manifestações coletivas de comportamentos individuais, Furtado, com saúde frágil há alguns anos, vinha restringindo suas manifestações públicas. Em todas, porém, manteve uma férrea coerência, a mesma que orientou uma trajetória inigualável de acadêmico e homem público.

Celso Furtado integrou uma geração de economistas latino-americanos de frondosa produção intelectual. Juntamente com o argentino Raúl Prebisch, esteve no centro do laboratório de idéias desenvolvimentistas do qual resultou, no imediato pós-Guerra, a criação da Cepal, o escritório econômico das Nações Unidas para a América Latina.

Fez parte também, na primeira metade dos anos 50, do grupo que desenhou o sistema brasileiro de financiamento ao fomento econômico, cujo ponto de origem foi o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que depois agregou um “S” de social à sigla. Nesta empreitada – destaque-se – esteve ao lado de

Roberto Campos, outro economista brasileiro ilustre, ainda que de posições políticas e ideológicas opostas às de Furtado.

Celso Furtado foi o idealizador e primeiro dirigente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Para mim, a melhor homenagem que o Congresso pode fazer ao economista é justamente aprovar com celeridade a recriação da Sudene. O projeto já foi votado na Câmara dos Deputados e tramita nas comissões do Senado. Este órgão precisa ser recriado, mas com estruturas modernas e inovadoras, dotadas de mecanismos eficientes de fiscalização e gerência. Por outro lado, é preciso manter uma de suas melhores características: a formação de técnicos competentes.

Ministro do Planejamento de João Goulart, Furtado foi obrigado a exilar-se, em 1964. Fora do país, lecionou na Sorbonne, em Washington e em Cambridge, entre 1964 e 1974, quando voltou ao Brasil. Nessa época, aprofundou suas idéias sobre o caráter estrutural do subdesenvolvimento. Mais tarde, foi ministro da Cultura no governo Sarney, entre 1986 e 1988. Em 1997, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, tendo ocupado a cadeira 11, vaga meses antes com a morte de seu amigo Darcy Ribeiro, por um conjunto sólido de escritos sobre desenvolvimento econômico, no qual sobressai o clássico Formação Econômica do Brasil.

Em 2003, num movimento que contou com a adesão de mais de 600 economistas de várias partes do mundo e o patrocínio de quatro vencedores do Nobel, além de entidades e instituições internacionais, foi lançada a candidatura de Furtado ao Prêmio Nobel de Economia. O brasileiro, o primeiro a disputar a indicação, infelizmente, não foi escolhido.

O resultado da hegemonia de um pensamento econômico tecnocrático e sem compaixão humana – da qual Celso Furtado encontrava-se a anos-luz de distância – é que, apesar do progresso tecnológico e material, tem aumentado e já supera a marca de 2 bilhões o exército de seres humanos na face da Terra condenados a sobreviver com menos de US\$2 por dia. Na América Latina, especificamente, abaixo dessa linha de pobreza encontram-se hoje mais de 130 milhões de pessoas – cerca de um terço do total e 10 milhões a mais do que em 1990.

Com a morte de Celso Furtado, o Brasil perde seu mais destacado e influente economista, intelectual de envergadura e homem público que dedicou a vida ao progresso do País.

Teoria e prática foram dimensões indissociáveis em sua trajetória, que se entrelaçou com momentos fundamentais da história brasileira no século XX.

Seus esforços se concentraram na tentativa de compreender as razões do atraso social e econômico do país e de formular diretrizes para superá-lo. Na concepção de Furtado, o desenvolvimento não é um processo natural e espontâneo que decorre da dinâmica dos mercados, mas um projeto social a ser planejado e impulsionado por meio de ações racionais do Estado.

O desenvolvimento não se confunde com o mero crescimento da economia e encerra, segundo suas palavras, uma “dimensão política incontornável”. As idéias do economista, que exerceram forte influência interna e lhe conferiram prestígio internacional, começaram a ser afastadas da cena política oficial a partir de 1964.

A crise do Estado, o descontrole inflacionário e a ascensão de propostas liberais num cenário internacional marcado por profundas mudanças acabaram relegando Furtado e suas proposições a um passado que, embora meritório, na visão de seus críticos não mais conteria respostas para os problemas do País.

É uma avaliação, no entanto, que o tempo não parece de todo sancionar. Se o modelo econômico daquele Brasil está vencido, não há dúvida de que as preocupações que animaram Furtado permanecem presentes, pois os seus adversários teóricos não foram capazes de oferecer soluções para o baixo crescimento econômico e as dramáticas assimetrias sociais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

UM COMBUSTÍVEL BRASILEIRO

Sessão de 6-12-04.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para tratar de uma importante medida hoje anunciada pelo Presidente da República: o lançamento do Programa Biodiesel.

O biodiesel é um dos principais vetores do processo de mudança na cadeia energética mundial, sendo utilizado principalmente na Alemanha, França, Itália e Estados Unidos, embora haja iniciativas e interesses de vários outros países, a exemplo da China. Não é à toa o estímulo científico e financeiro dado por diversas nações ao biodiesel. Isso ocorre, entre outras razões, por causa do expressivo potencial que possui o biodiesel na redução da emissão de poluentes causadores do chamado “efeito estufa”.

Ecologicamente correto, o biodiesel também tem finalidade estratégica, como substituto na matriz energética brasileira. No tocante ao petróleo, por exemplo, o Senador Pedro Simon, no plenário desta Casa, já nos alertava para o fato de que as nossas reservas de petróleo são suficientes para um período de 18 anos, o que, nessa matéria, representa uma faixa curta de tempo.

Estima-se que o Brasil gaste algo próximo a R\$1 bilhão com doenças resultantes da poluição. Com o uso do combustível verde, poderíamos reduzir sensivelmente essas despesas, direcionando recursos para outras frentes.

A utilização efetiva do biodiesel trará impactos positivos para a nossa balança comercial. De um lado, economizaremos nas importações de petróleo; de outro, poderemos figurar como líder das expor-

tações do novo combustível. Dessa forma, o biodiesel se apresenta como um instrumento importante de política comercial externa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo êxito do Programa do Biodiesel, como esperamos, a agricultura brasileira poderá se beneficiar da redução de custos, já que o setor é o segundo maior consumidor de diesel mineral, perdendo apenas para o segmento de transportes.

Não é exagero afirmar que o biodiesel será também um aliado da política de estabilidade dos preços. Na medida em que for ampliada a sua utilização, estaremos mais protegidos em relação aos eventuais incrementos dos preços da gasolina e do álcool.

Na captação de recursos internacionais, a produção de biodiesel possibilitará ao Brasil obter financiamentos em condições favorecidas, sob o mecanismo chamado de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto. São incentivos e benefícios ofertados às nações que operam seu desenvolvimento sob uma forma, digamos, ambientalmente correta.

As estimativas do Governo indicam a possibilidade de que sejam gerados quase um milhão de novos empregos com o biodiesel. Estudos da Embrapa, Srs. Senadores, avaliam que a exploração da mamona consorciada com o feijão, somente com a produção primária, sem agregação de valor, poderá gerar uma renda líquida de até R\$400,00 por hectare cultivado. Como a mamona é abundante no Nordeste, temos uma oportunidade de melhoria de vida para as populações mais necessitadas dessa Região.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Com muita satisfação, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan Calheiros, hoje, no começo desta sessão, tive a oportunidade de fazer alguns registros a respeito do biodiesel. E assisti, há pouco, no Palácio da Alvorada, ao lançamento, pelo Governo, desse Programa, esclarecido quase de forma didática pela eminente Ministra de Minas

e Energia, Dilma Rousseff. Efetivamente, o Governo apresenta um programa relativamente modesto, quando se propõe a aduzir 2% de biodiesel no diesel hoje utilizado no País. Vejo com muito otimismo essa medida, principalmente porque permitirá, na produção de uma energia renovável, o robustecimento da economia das regiões mais sacrificadas e mais carentes do País, como o Nordeste, que V. Ex^a tão bem representa, e o Norte, que aqui represento. Estou otimista e penso que será reduzida a importação de petróleo e a descarga de monóxido de carbono na atmosfera. E o mais importante é que gerará riquezas, mas também empregos para essas duas relevantes Regiões do País. Estou, pois, muito satisfeito com o referido Programa, que, a exemplo do Proálcool, dará certo. Cumprimento V. Ex^a pela abordagem desse tema muito importante, que, seguramente, será o foco de discussões futuras nesta Casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sem dúvida! Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Leomar Quintanilha, que constata a eficácia do Programa e o seu significado para o futuro do País, sobretudo das nossas Regiões desfavorecidas, que precisam desse estímulo, desse incremento e desse patrocínio.

Há pouco conversava com o Presidente José Sarney, que participou, a exemplo de V. Ex^a, da solenidade de lançamento do Programa, e S. Ex^a, também um homem do Nordeste, dizia com convicção de sua fé em relação ao Programa, de como acredita nos resultados, inclusive para sua região.

Para os Senadores da região amazônica, lembro que o biodiesel será um componente de peso nas políticas de ocupação espacial. Como é possível a geração de energia elétrica mais barata a partir do biodiesel (bioeletricidade), mais e mais comunidades poderão se formar em locais isolados com propósitos produtivos. Diga-se ainda que a energia elétrica mais barata possibilitará a utilização de computadores em regiões distantes, ampliando a chamada inclusão digital.

Ao lado do fomento, Sr. Presidente, o programa do biodiesel merece igualmente incentivo tributário. Tenho conhecimento de que, na tramitação da matéria no Congresso Nacional, Parlamentares do próprio Partido do Governo apresentaram emendas que ofe-

recem tratamento tributário diferenciado aos empreendimentos do biodiesel. Lembro que, em pronunciamento no início deste ano, o Senador Sibá Machado, que é grande defensor do “petróleo verde”, falava-nos da possibilidade de a conta CCC da Petrobras, atualmente utilizada para subsidiar o transporte e consumo do óleo diesel, financiar também a pesquisa do biodiesel e o seu transporte. Por que não avançarmos no exame dessa possibilidade?

Estamos caminhando bem na pesquisa. Hoje, praticamente, temos experiências com biodiesel em todos os Estados da Federação. E nunca é demais lembrar que quem primeiro falou do biodiesel nesta Casa, defendendo a necessidade de aprofundar os estudos para sua aplicação, foi exatamente o Senador Alberto Silva. S. Ex^ª é profundo conhecedor do assunto e defendeu o biodiesel em todos os momentos e, mais do que nunca, defende a sua plena execução.

Abro um parêntese para, honrado, conceder um aparte a V. Ex^ª.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Renan Calheiros, nosso Líder, tenho acompanhado os debates nacionais sobre o biodiesel e entendo que nós, do PMDB, nesta Casa, que damos sustentação ao Governo, tendo V. Ex^ª como Líder, devemos conduzir essa questão de uma maneira não equivocada. Por exemplo, o biodiesel existe há trinta anos, quando eu era o Presidente da EBTU e recebi a incumbência do Presidente Geisel de encontrar um sucedâneo para o óleo mineral. Isso foi feito e a tecnologia, dominada completamente. Fizemos até querosene de aviação naquela época. Resumiria, para não tomar muito o tempo de V. Ex^ª, que devemos tentar direcionar a matéria para um novo rumo. Fala-se em mamona, que dá em todos os lugares, como na região do Semi-árido do seu estado e do meu, mas o que interessa é que, como a mamona não pode ser colhida à máquina, vamos aproveitar essa facilidade e fazer com que famílias de lavradores, devidamente organizadas, plantem mamona, que é energia para o País, e feijão, que é energia para quem está com fome. Então, meu caro, quando se diz que, para compor o biodiesel, mistura-se 2% disso e daquilo, eu faria uma proposta: o padrão do biodiesel já está definido, e a única usina que pode realmente carimbar um padrão é aquela que montamos na Universidade Federal do Piauí e

que tem três anos de convivência técnica comigo e com o pessoal. A proposta seria a seguinte: definido o padrão do biodiesel, seja de óleo de mamona, soja ou o que for, vamos tentar exportar isso. Os europeus pagam US\$1 por litro de biodiesel. Eles não têm biodiesel e assinaram o Protocolo de Kyoto. Se assinaram, há várias vantagens para quem exportar esse óleo. A definição deve ser: mamona é para gerar emprego no campo e biodiesel é para gerar dólar para o País. Vamos encaminhar assim? Essa é uma proposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão e esses novos rumos a que V. Ex^a se refere para o biodiesel têm de ser orientados, sem dúvida nenhum, pela pesquisa. Sobre isso, Senador Alberto Silva, várias universidades federais já realizam pesquisas em carros com combustíveis derivados do óleo de soja, por exemplo.

A Universidade Federal de Alagoas, por exemplo, constituiu um setor específico para estudar o biodiesel a partir da mamona. Minas Gerais também dá o exemplo. Como bem anunciou recentemente, neste Plenário, o Senador Hélio Costa, teremos a construção e implantação da Refinaria de Biodiesel no Distrito Industrial de Barbacena, projeto que está sendo considerado um dos mais importantes empreendimentos dos últimos anos.

Sr. Presidente, o biodiesel é verdadeiramente um tema de dimensão estratégica e merece todas as atenções do Parlamento. O PMDB, no que depender das suas lideranças, no que depender dos meus esforços, estará opinando em grandes questões nacionais como esta; será ator e não coadjuvante. É o que todos desejamos.

Muito obrigado.

ARMAS NOCIVAS

Sessão de 20-12-2004.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exemplo vem de um dos países que mais têm problemas com armas no mundo.

O Estado de Maine, nos Estados Unidos, está lançando uma campanha para diminuir os crimes com armas de fogo, principalmente os relacionados à violência doméstica.

A lei federal norte-americana proíbe pessoas acusadas de cometer crimes dentro de casa de possuir armas. Violar essa proibição pode dar cadeia. O nível de violência armada no Maine – um dos Estados com a legislação anti-armas mais avançada daquele país – é um dos menores, ficando atrás somente de Vermont e Dakota do Norte.

Enquanto isso, Sr. Presidente, aqui no Brasil, registramos a grata notícia de que, com quase um ano de vigência, o Estatuto do Desarmamento reduziu o número de homicídios por armas de fogo, no Estado de São Paulo, em 18%, entre janeiro e setembro deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. De acordo com levantamento do Ministério da Justiça, isso representa 2.630 mortes a menos. Entre janeiro e setembro, foram registrados 6.855 homicídios, contra 9.485 de 2003. Na região metropolitana de Curitiba – reflete a pesquisa – o número de homicídios caiu em 27%.

Depois que aprovamos no Senado, em 2003, o Estatuto do Desarmamento, já foram recolhidas mais de 200 mil armas. No Estado de São Paulo foi batido o recorde, 53.880 armas apreendidas. Depois, o cidadão fluminense fez sua parte, entregando 23.832 armas; os gaúchos, 14.518 armas, e assim por diante.

Os números são animadores, uma vez que a campanha pelo desarmamento está longe de terminar, porque no dia 2 de outubro do ano que vem, o povo responderá, num referendo, se a venda de armas deve ou não ser proibida em nosso País. Apesar de previsto desde a Constituição de 1988, o instituto do referendo nunca foi usado. Essa é, portanto, uma excelente oportunidade para aperfeiçoarmos os instrumentos de consulta popular.

No Brasil, ouvimos muito pouco a população. Temos de consultar as pessoas sobre tudo o que pode mudar a vida delas e sobre o que é polêmico para entidades representativas, como a Igreja, os sindicatos, as federações. Há na Câmara e no Senado um movimento para ouvir a sociedade sobre outros temas – todos válidos e atuais, como a pena de morte, a união de pessoas do mesmo sexo, o aborto e outros.

São assuntos, Sr. Presidente, que mexem com paixões, convicções pessoais, religiosas e até políticas. Por isso, não podem ser tratados no atacado. Devem ser avaliados pelas pessoas separadamente, em consultas exclusivas. Como estamos para realizar nossa primeira experiência com o referendo, temos de nos dedicar a uma consulta única, que envolva um só tema, para não confundir a população, principalmente as pessoas que têm menos acesso à informação e aos meios de formação da opinião pública.

O referendo sobre a proibição da venda de armas e munições no Brasil é uma experiência pioneira em todo o mundo. Não podemos desperdiçar essa chance de aprender com a consulta popular e de torná-la um modelo para as outras consultas.

Já pedi ao Relator Geral do Orçamento de 2005, o Senador Romero Jucá, que incluía os recursos para a realização do referendo: algo em torno de R\$300 milhões – bem menos que os R\$400 milhões que o Governo gastou para socorrer vítimas da violência urbana no ano passado.

Sempre que sou chamado a falar sobre o assunto, procuro lembrar o quanto as armas de fogo são nocivas à nossa sociedade, sobretudo aos mais jovens. Dados recentes do Ministério da Saúde mostram

que os homicídios dobraram nos últimos 23 anos e responderam por 40,3% das mortes no ano passado. Isso significa que, para cada dez homicídios registrados pelo SUS, sete foram por arma de fogo. A consequência dessa tragédia é o aumento das despesas com internações, que levaram o Governo a gastar R\$397 milhões, somente no período entre janeiro e setembro deste ano.

A todo momento me chegam dados, oficiais ou não, sobre crimes provocados por armas de fogo. Asseguro que muitos casos são de cortar o coração. Por isso, neste momento em que os números apontam para a redução desses crimes, não se pode deixar de comemorar. Muito ainda haveremos de fazer, mas afirmo com toda a convicção que a aprovação do Estatuto do Desarmamento e a campanha pelo recolhimento de armas de fogo são um sucesso.

Tem sido fundamental a luta das organizações não-governamentais como a Viva Rio; o Instituto Sou da Paz, de São Paulo; e a Convive, de Brasília. Seus dirigentes, incansáveis batalhadores, são exemplos, para todos nós, da força da sociedade organizada e de que é possível mudar a realidade com pequenos e singelos gestos. Com eles, estamos no caminho da construção de um País mais humano e menos violento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.